UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E ATUÁRIA

CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO *GOODWILL*:
DEPÓSITOS ESTÁVEIS, UM ATIVO INTANGÍVEL

Vinícius Aversari Martins

Orientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

São Paulo
2002

Reitor da Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Prof. Dr. Eliseu Martins

Chefe do Departamento de Contabilidade e Atuária

Prof. Dr. Reinaldo Guerreiro

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

Prof. Dr. Fábio Frezatti

Vinícius Aversari Martins

**CONTRIBUIÇÃO À AVALIAÇÃO DO GOODWILL:
DEPÓSITOS ESTÁVEIS, UM ATIVO INTANGÍVEL**

Dissertação apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Controladoria e Contabilidade.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Nelson Guedes de Carvalho

**São Paulo
2002**

Martins, Vinícius Aversari

Contribuição à avaliação do goodwill: depósitos estáveis,
um ativo intangível / Vinícius Aversari Martins. – São Paulo :
FEA/USP, 2001
p.277

Dissertação – Mestrado
Bibliografia

1. Contabilidade - Teoria 2. Goodwill 3. Avaliação do ativo intangível 4. Instituições financeiras 5. Bancos comerciais I. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP.

CDD - 657

Agradecimentos

Ao professor Nelson Carvalho pela dedicação, paciência e habilidade dispendidas durante o processo de elaboração dessa dissertação e ao longo do curso de Mestrado.

Ao pai e mestre Eliseu pelas incessantes contribuições (e cobranças imprescindíveis) recebidas durante a minha pequena vida acadêmica (e pessoal).

À minha esposa Sofie, pelas enormes ajudas, tanto técnicas quanto sentimentais e comportamentais, pelo carinho, dedicação e extrema paciência com que me tratou (e tem constantemente tratado) ao longo da nossa vida. Não me esqueço de agradecer pelas noites que passou em claro ao meu lado para que pudesse concluir o curso de Mestrado.

À minha mãe Débora, pelos puxões de orelha bem dados, sempre nos momentos certos, e pelas pitadas de inteligência emocional adicionadas no tempero da minha vida.

Aos meus colegas e amigos da FEA (em especial ao Poueri) que contribuíram imensamente para a agregação de idéias, além de sempre proporcionarem ótimo ambiente para intensos debates acadêmicos e pessoais.

SUMÁRIO de GRÁFICOS

Gráfico 1: Representação das receitas esperadas anualmente, em termos percentuais, comparando-se o volume de receitas esperadas em cada ano com o total acumulado de receitas esperadas ao longo de dez anos.....	212
Gráfico 2: Comparativo das despesas de amortização do ativo intangível feitas pelo método linear e pelo método proporcional às receitas.	213
Gráfico 3: Comparativo dos resultados (receitas menos despesas) com o uso dos diferentes métodos de amortização do ativo intangível: o método linear (arbitrário) e o método proporcional às receitas	214

SUMÁRIO de TABELAS

Tabela 1: Memória de cálculo do exemplo reproduzido.	200
Tabela 2: spreads por carteira e taxas de crescimento das carteiras	249
Tabela 3: taxas de risco para análise de sensibilidade e vida útil dos depósitos centrais	250
Tabela 4: resultados parciais I.....	251
Tabela 5: resultados parciais II.....	251
Tabela 6: resultados consolidados	253
Tabela 7: resultados da análise de sensibilidade	255

SUMÁRIO

RESUMO	VI
ABSTRACT	VIII
1 INTRODUÇÃO	1
1.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA.....	3
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS	8
2.1 PROBLEMAS DE PESQUISA.....	8
2.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	13
2.3 MÉTODOS CIENTÍFICOS.....	15
3 REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL	17
3.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE ATIVO.....	17
3.1.1 Observações quanto à definição de ativo.....	27
3.1.2 Mensuração de ativos	42
Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos futuros de caixa	45
Valor Econômico.....	50
Fair Value (Valor Justo).....	57
3.1.3 Contabilização de ativos	65
Critérios de Reconhecimento Contábil.....	74
Enquadramento na Definição:	75
Possibilidade de Mensuração:.....	75
Relevância:.....	77
Confiabilidade:	79
3.2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE ATIVOS INTANGÍVEIS	81
3.2.1 Contabilização de Ativos Intangíveis.....	87
3.2.2 Vida útil dos Ativos Intangíveis	95
3.2.3 Mensuração de Ativos Intangíveis	102
3.3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE <i>GOODWILL</i>.....	112
3.3.1 Identificação e Avaliação do <i>Goodwill</i>	120
3.3.2 Contabilização do <i>Goodwill</i>	136
<i>Goodwill</i> adquirido.....	137
<i>Goodwill</i> não Adquirido.....	144

3.4	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	150
3.4.1	Bancos Comerciais	151
	Depósitos a vista e depósitos a prazo	153
3.4.2	Bancos Múltiplos	160
3.4.3	Caixas Econômicas	162
	Depósitos de Poupança	163
4	DEPÓSITOS ESTÁVEIS (DE_s).....	165
4.1	EXPLICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE DEPÓSITOS ESTÁVEIS (DEs).....	165
4.2	CARACTERIZAÇÃO DOS DE_s COMO ATIVO INTANGÍVEL	171
4.2.1	Depósitos Estáveis como ativos intangíveis	178
4.2.2	Identificabilidade do intangível decorrente dos DEs	182
4.2.3	Intangível decorrente dos Depósitos Estáveis (IDEs).....	188
4.2.4	Relevância da Informação sobre IDEs	189
4.3	METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DO IDEs.....	192
4.3.1	Avaliação pelo Método do Lucro Marginal (ou Lucro Futuro)	195
4.3.2	Avaliação pelo Método da Economia de Custo.....	198
4.3.3	Avaliação pelo Método do Custo Histórico de Desenvolvimento	202
4.4	DETERMINAÇÃO DA VIDA ÚTIL E AMORTIZAÇÃO DOS IDEs	204
4.4.1	Conceitos de amortização.....	205
4.4.2	Métodos de determinação da vida útil dos IDEs	228
4.4.3	Amortização dos IDEs	236
4.4.4	Teste de recuperabilidade Versus Amortização	238
5	EXEMPLO PRÁTICO.....	246
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	258
7	ANEXO.....	264
	Valores de Entrada.....	264
	Custo Histórico (CH; ou custo original):	265
	Custo Histórico Corrigido (CHC):	266
	Custo Corrente (CC):.....	266
	Custo Corrente Corrigido (CCC):.....	267
	Custo de Reposição Futuro (CRF):	268
	Custo Futuro de Entrada Descontado (CFED):	268
	Valores de Saída.....	268
	Valor Realizado passado (VR):	269
	Valor Corrente de Venda (VCV):	270
	Valor Realizável Líquido (VRL):.....	270
	Valor de Liquidação (VL);	270
	Valor de Realização Futuro (VRF):.....	271
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	272

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal demonstrar que parcela da base de depositantes de instituições financeiras que se utilizam de depósitos (a prazo e a vista) como fonte de financiamento das suas atividades, identificada pelos depósitos estáveis, representa um ativo intangível da instituição depositária.

Esse ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis, quando passível de identificação específica, explica parte do *goodwill* da instituição depositária, pelo fato do *goodwill* ser um ativo residual dependente principalmente da avaliação da empresa como um todo.

Sendo o valor do *goodwill* determinado pela diferença entre o *fair value* da entidade como um todo, como um ativo único em continuidade, e a soma algébrica dos *fair values* dos ativos líquidos identificáveis dessa entidade, à medida que novos ativos antes não contabilizados são identificados, está-se explicado a natureza do *goodwill*, assim como está-se auxiliando na sua atribuição de valor.

Portanto a identificação de mais um ativo intangível das instituições financeiras implica na identificação de parcelas componentes do *goodwill*, que englobava esse ativo intangível antes da identificação do ativo intangível, assim como também implica na explicação econômica de parte do *goodwill*.

Para que o objetivo pudesse ser alcançado, comparou-se as características econômicas e contábeis dos ativos, dos ativos intangíveis e do *goodwill* com as características econômicas e contábeis dos depósitos estáveis, chegando-se à conclusão de que tais depósitos representam um ativo intangível, identificável em separado e passível de registro contábil.

O registro contábil desse ativo intangível nas demonstrações contábeis utilizadas para fins de publicação é atualmente possível somente quando a instituição depositária tiver sido objeto de compra por outra entidade. Caso isso não tenha ocorrido, alternativamente pode-se fazer uso do ativo intangível para fins de controle gerencial.

O trabalho também apresenta um caso real de avaliação dos depósitos estáveis como forma de corroborar a possibilidade de identificação e avaliação do ativo intangível decorrente desses depósitos.

ABSTRACT

The main objective of the present work is to demonstrate that a part of the depository base of financial institutions that make use of (time and demand) deposits as a source of funding for their activities, which is identified by stable deposits, represents an intangible asset of the depository institution.

When its specific identification is possible, this intangible asset, which results from the stable deposits, explains a part of the goodwill of the depository institution, considering that goodwill is a residual asset that mainly depends on the valuation of the company as a whole.

As the value of goodwill is determined by the difference between the fair value of the entity as a whole, that is, as a unique asset in a going concern, and the algebraic sum of the fair values of the entity's identifiable net assets, to the extent that new assets are identified, which were not recorded before, the nature of goodwill is explained and its value attribution is enhanced.

Hence, the identification of another intangible asset in the financial institutions implies the identification of new parts of the goodwill, which incorporated this intangible asset before the identification of the intangible asset, as well as the explanation of the economic nature of goodwill.

To achieve this goal, the economic and accounting characteristics of assets, intangible assets and goodwill were compared to the economic and accounting characteristics of the stable deposits, which led to the conclusion that those deposits represent an intangible asset, which can be identified separately and can be registered in the accounting records.

The accounting record of this intangible asset in the financial statements, which are used for publication, is only possible nowadays when the depositary institution has been the target of a purchase by another entity. In case this has not happened, the intangible asset can alternatively be used for management control.

The present work also presents a real case of stable deposit valuation, so as to corroborate the possibility of identification and valuation of intangibles resulting from the stable deposits.

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem por objetivo enquadrar uma parcela da base de depositantes de instituições financeiras, representada pelos depósitos estáveis dessa base, como um ativo intangível da instituição depositária.

Decorre desse objetivo principal a contribuição pretendida para a avaliação e entendimento do *goodwill* de instituições financeiras. De forma resumida, entende-se que o *goodwill* é um ativo residual que possui significado econômico somente após a identificação de ativos tangíveis e intangíveis de uma entidade.

Esse entendimento levado ao extremo implica que se todos os ativos tangíveis e intangíveis de uma entidade forem identificados e registrados contabilmente, e avaliados por seus *fair values*, não haveria mais a existência do *goodwill*.

“Quanto mais rigorosa for a busca do valor econômico, menor será a quantidade de ingredientes incluídos no goodwill.” (MARTINS, 2000:131)

Com a identificação de ativos intangíveis, portanto, pretende-se contribuir para o melhor entendimento e avaliação do *goodwill* de qualquer entidade, e no caso da presente dissertação, do *goodwill* de instituições financeiras.

Pretende-se com o trabalho em questão contribuir para a Contabilidade Financeira no sentido de avaliação, registro e divulgação de um ativo intangível característico de instituições financeiras que operam com base de depositantes. Dessa forma está-se contribuindo para o melhor entendimento e avaliação do *goodwill* de instituições financeiras bancárias (e de outras que se utilizam de depósitos a prazo).

Para que a contribuição pretendida possa ser alcançada, o presente trabalho explora a parte conceitual teórica sobre ativos em geral, sobre ativos intangíveis e sobre o *goodwill*. Após essa etapa, as características dos depósitos estáveis são discutidas, à luz dos assuntos tratados na revisão teórica, de forma que os depósitos (ou parcela deles) possam ser caracterizados como um ativo intangível, passível de avaliação e registro contábil.

Além da contribuição para a Contabilidade financeira, voltada para divulgação das Demonstrações Contábeis, o assunto também pode ser tratado pela Contabilidade Gerencial, como ferramenta útil na administração financeira baseada em valor.

Elaborada a parte teórica, um exemplo baseado em caso real é apresentado no sentido de poder-se verificar a praticabilidade da teoria desenvolvida.

1.1 JUSTIFICATIVA DO TEMA

O tema principal da dissertação tem como justificativa dois fatos principais. O primeiro decorre das atuais atividades econômicas em alto grau de desenvolvimento, principalmente aquelas que envolvem novas tecnologias, e de outras que não dependem tanto dos meios de produção tradicionais (maquinas, equipamentos, fábricas etc.), assim como prestação de serviços.

As atividades econômicas estão cada vez mais sendo exercidas por entidades que possuem grande parte de seus recursos aplicados em ativos intangíveis, elementos esses que atualmente são objeto de muito estudo, tanto no meio acadêmico quanto pelo mercado. Os intangíveis, no contexto econômico atual, representam grandes desafios para a administração de empresas, pois a identificação e principalmente a mensuração desses ativos ainda são pouco compreendidas, refletindo raro consenso no que se refere ao seu registro nas demonstrações contábeis.

“A importância de ativos intangíveis é a característica distintiva da nova economia. De modo geral, as demonstrações contábeis existentes reconhecem esses ativos somente quando adquiridos de outros. Normatizadores contábeis deveriam desenvolver uma base para o reconhecimento e a mensuração de ativos intangíveis gerados internamente.” (UPTON,2001:3) ¹

¹ Original: “The importance of intangible assets is the distinguishing feature of the new economy. By and large, existing financial statements recognize those assets only when they are acquired from others. Accounting standard setters should develop a basis for the recognition and measurement of internally generated intangible assets.”

O segundo fato, mais específico, decorre do cenário econômico e político contemporâneo do Brasil. Após a abertura comercial iniciada no começo da década de 90, o Brasil começou a passar por alterações profundas na sua estrutura econômica, reflexo de uma nova política econômica neo-liberal, que, entre outros aspectos, incentivou a privatização de diversas instituições, financeiras e industriais.

Decorrente da mentalidade neo-liberal, o mercado acabou por tornar-se vultosamente relevante para o desenvolvimento das economias, tanto global como de países capitalistas. Dentre as diversas características desse mercado, destacam-se aquelas que demandam das entidades que o integram uma gama mais ampla de divulgação de informações econômica-financeiras. Em termos de responsabilidade contábil traduz-se essa demanda em constantes esforços da Contabilidade no sentido de modernizar as suas práticas contábeis, conferindo a seus produtos finais para o mercado (demonstrações contábeis, entre outras) características informacionais mais relevantes e transparentes.

Quanto ao setor bancário brasileiro em específico, grande parte dos bancos estaduais foram (e ainda estão sendo) alvo de privatizações, por motivos econômicos, sociais e políticos, os quais não são objetos específicos deste trabalho. E parte dos bancos privados também foram e ainda estão passando por fusões e aquisições.

Quando uma privatização (ou aquisição) de uma instituição financeira (ou de qualquer outra entidade) ocorre, o que na essência acontece é a transferência do controle de um determinado ativo (o banco), ou parte dele, do poder público (ou do antigo controlador) para a iniciativa privada (ou para o novo controlador) mediante o pagamento por parte da iniciativa privada (ou do comprador) de um determinado valor. A iniciativa privada (ou o comprador) mediante o pagamento desse valor para o vendedor passa a controlar ativos já existentes, usufruindo de todos os benefícios proporcionados pela entidade adquirida.

É notório que o preço pago na aquisição do controle de uma entidade numa situação normal de continuidade não é igual ao seu valor patrimonial contábil registrado nos livros oficiais da empresa, e nem igual ao seu valor corrente de mercado (quando a entidade possui ações representativas do controle negociadas em bolsa ou em outros mercados organizados ou mesmo quando a parcela do patrimônio líquido representativa do controle for avaliada em termos de valor de mercado).

Na grande maioria dos casos de aquisições (sejam estas através de privatizações ou em negociações privadas) existe uma diferença (geralmente denominada de ágio²) entre o valor pago pelo controle do ativo e o valor contábil desse controle. Em síntese, tal diferença representa pelo menos parte do valor do acesso à base de depositantes, que o vendedor está “cobrando” do comprador nesse processo de alienação de controle.

Ao mesmo ativo estão sendo inferidos valores diferentes: valor contábil, valor corrente de mercado das ações e valor de transação. Sob o ponto de vista de avaliação, o mesmo ativo está sendo avaliado mediante critérios diferentes. E cada valor atribuído ao ativo possui suas características próprias, com seus aspectos negativos e positivos inerentes aos usuários da informação contábil.

É nesse contexto geral de entendimento de ativos e dos valores possíveis de seus atributos que encontra-se o segundo elemento de justificativa para a dissertação. De forma mais específica pode-se enquadrar o foco do presente trabalho na avaliação de ativo específico de instituições financeiras que usam os recursos de depositantes (depósitos bancários) na sua atividade.

²Vale diferenciar o conceito de ágio numa privatização do conceito de ágio contábil. O primeiro refere-se à diferença entre o valor efetivo da transação e o valor mínimo determinado para a privatização. O segundo (ágio no contexto brasileiro) refere-se ao ativo existente na contabilidade da empresa compradora e que representa a diferença entre o valor pago (na aquisição do patrimônio líquido ou parte dele) e o seu respectivo valor contábil.

Aumentando o foco sobre a atividade bancária, o alvo específico de análise é a avaliação da base de depositantes³ de um banco, ou parte dessa base, como um ativo intangível.

Sendo a base de depositantes de um banco (que se utiliza de depositantes) o “coração” da instituição financeira, é a sua principal fonte de recursos e de sustentação da atividade bancária de intermediação financeira. Por outro ponto de vista, a existência de diferença entre o valor pago por um ativo em uma privatização, ou outra forma de aquisição de controle, e o seu valor contábil (ou outros valores que não o valor da transação), por si só já justificaria a investigação. Como já colocado anteriormente, se o “coração” de um banco de varejo é a sua base de depositantes, então deve haver uma relação entre o valor dessa base de depositantes e a diferença de valores mencionada.

“...a base de depositantes centrais, estão no próprio coração da atividade bancária.” (MORGAN, October 1991:66)⁴

Não se pode deixar de reforçar que os fatos abordados anteriormente não são válidos exclusivamente para privatizações, mas também para outras transferências de controle e até mesmo para aquisições de ativos de um modo genérico, onde não há transferência de controle.

³ A expressão ‘base de depositantes’ é utilizada no sentido de representar os recursos que estão depositados nos bancos em suas diversas modalidades de depósitos a prazo e a vista.

⁴ Original: “...the base of core depositors, are at the very heart of banking.”

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

2.1 PROBLEMAS DE PESQUISA

O que foi comentado no item anterior pode ser descrito de outra forma, utilizando-se termos contábeis, técnicos, financeiros, de maneira que a identificação do problema e a abordagem para sua solução fique mais objetiva. Isso implica em enquadrar o problema nos campos das Ciências Contábeis e Econômicas, de forma que possa ser tratado científica e tecnicamente.

Genericamente quando se fala em diferença entre valor pago por um ativo, ou valor de negociação, e seu valor contábil, está se falando em ágio adquirido. Neste ponto deve-se lembrar que no Brasil a figura do ágio, ou o *goodwill* adquirido “brasileiro”, representa a diferença entre o valor de negociação e o valor contábil de determinado ativo. Essa figura na verdade não representa o *goodwill* como é internacionalmente tratado, principalmente nos EUA.

Internacionalmente o sentido do *goodwill* adquirido é representado pela diferença entre o valor pago pelo ativo como um todo (no caso o valor de venda do controle de um banco em uma privatização ou em outra transação de compra de ativos) e o valor de mercado⁵ de todos os ativos líquidos⁶ contabilmente identificados que foram adquiridos.

Reenfatizando, o termo *goodwill* adquirido, internacionalmente utilizado, não pode ser equiparado ao termo ágio adotado no Brasil. Ambos os termos referem-se à diferença entre o valor pago por um ativo e seu outro valor de referência: no caso do ágio esse valor é o contábil e no caso do *goodwill* é o valor de mercado.

Mas o pagamento por si só não caracteriza o *goodwill*, pois se houve pagamento por ele isso significa que já existia antes de ter sido adquirido. O pagamento simplesmente é a validação, em termos genéricos, de seu valor. Antes de haver a figura do *goodwill* adquirido, existe a figura do *goodwill* não adquirido, gerado internamente e atualmente não registrado contabilmente.

⁵ Ressalta-se que, conforme item “*Conceitos e Definições de Goodwill*” discutido a partir da pág. 112, o *goodwill* é na realidade representado pela diferença entre o valor pago e a soma dos *fair values* dos ativos líquidos adquiridos. Entretanto, pelo fato de essa parte ser introdutória, preferiu-se a utilização do termo ‘valor de mercado’ ao invés do *fair value* pelo fato de haver estreita ligação entre os termos. Vide item “*Valor Justo (Fair Value)*” à pág. 57.

⁶ Ativos líquidos é a diferença entre os ativos e passivos, o que em outras palavras representa o patrimônio líquido da entidade.

Para se avaliar o *goodwill*, deve-se inicialmente tentar defini-lo, ou pelo menos chegar a um consenso sobre seu(s) significado(s), de forma adequada e que seja útil no contexto dessa dissertação. A intenção é tal que quando o termo *goodwill* for utilizado em outros casos possa-se chegar às mesmas conclusões, e de forma objetiva.

Tem-se então um primeiro problema a ser abordado: a conceituação mais adequada do *goodwill* (problema 1). O segundo problema decorre do primeiro, pois trata-se da sua mensuração. Isto é, definido (ou entendido) o *goodwill*, como mensurá-lo de maneira objetiva e confiável (problema 2)? Qual o tratamento contábil mais adequado para o *goodwill*? (problema 3)

Visto que um dos focos principais do trabalho é a base de depositantes de bancos comerciais de varejo, um quarto problema a ser abordado reside na conceituação dessa base de depositantes como um ativo bancário (problema 4). Também decorrente da conceituação é o problema da avaliação desse ativo (problema 5) e da sua contabilização (problema 6). Portanto a investigação a ser desenvolvida tem a intenção de relacionar parcela do *goodwill* de uma instituição financeira com sua base de depositantes (problema 7).

Sendo a determinação do valor presente de fluxos de caixa futuros uma das metodologias mais adequadas para avaliação econômica⁷ de ativos (conforme itens “*Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos futuros de caixa*” da pág. 45 e “*Fair Value (Valor Justo)*” à pág. 57), outro problema reside em como relacionar tal metodologia com a avaliação do *goodwill* (problema 8).

O último problema é decorrente da utilização do termo *fair value*, o qual está umbilicalmente relacionado com a utilização da metodologia do valor presente de fluxos de caixa futuros, com a avaliação de ativos (portanto o *goodwill* está incluso). Em outras palavras, o último problema a ser abordado é a relação entre *fair value*, fluxos de caixa descontados e avaliação de ativos

(problema 9).

⁷ Com relação à atribuição de valor econômico, CHAMBERS (1966), no capítulo 2 (*Ends and Means*), discute de modo filosófico diversas questões, sendo que merecem destaques, no contexto dessa dissertação, as seguintes considerações: a) Existe diferenciação entre medição e avaliação. A primeira refere-se ao tempo passado e tempo presente, enquanto a segunda refere-se ao futuro. b) As avaliações são pessoais e subjetivas, pois referem-se ao futuro. Além disso, são sempre temporais, e limitadas ao tempo e contexto; ou seja, são elaboradas em um determinado tempo e contexto ambiental, que pode ser alterado no futuro. “Avaliação significa preferir ou classificar de acordo com a ordem de preferência”; Original: “*Valuation is preferring or ranking in order of preference.*” (CHAMBERS, 1966:56). c) A escolha de uma avaliação é subsidiada pela procura do entendimento entre relações entre eventos (ou ações) e suas conseqüências no ambiente das ações. d) As alternativas de avaliações e de valores dependem do que se espera como objetivo final, ou seja, da utilidade final pretendida. Sendo assim, a atribuição de valor depende da base de crença. Um exemplo dessa situação é dado pelo autor: uma pessoa pode desejar imensamente uma coisa; essa coisa pode ter um grande valor para a pessoa relativamente a outras coisas; mas quando a pessoa adquire a coisa, ela pode descobrir ou vir a acreditar que a coisa adquirida tem muito menos capacidade de proporcionar satisfação do que foi antecipado. Isso demonstra a relatividade na atribuição de valor. O valor é atribuído não à ‘coisa’, mas à utilidade relativa esperada da ‘coisa’. e) Portanto o valor é algo subjetivo. Com relação ao valor econômico no contexto dessa dissertação (e utilizado pela Contabilidade), esse refere-se à expressão matemática de valor, que é a quantidade de moeda atribuída a alguma variável ou atributo (ou atribuída para a utilidade relativa). Nesse sentido, por exemplo, quando se fala em valor de mercado, implica que existe uma convergência em termos de expressão monetária para as utilidades relativas esperadas pelos diversos agentes do mercado, que atribuem constantemente valor para essas utilidades.

Resumindo os nove problemas de pesquisa - 1) conceituação adequada do *goodwill*, 2) mensurar o *goodwill*, 3) qual a contabilização mais adequada para o *goodwill*, 4) conceituar a base de depositantes de um banco como ativo, 5) mensurar o ativo decorrente da base de depositantes, 6) contabilização e tratamento contábil do ativo decorrente da base de depositantes, 7) relacionar o *goodwill* não adquirido de um banco com sua base de depositantes, 8) utilizar a metodologia de fluxos de caixa descontados para avaliar o *goodwill* não adquirido e 9) relacionar *fair value* com metodologia de fluxo de caixa descontado e avaliação de ativos - pode-se colocar em forma de indagação o principal problema a ser pesquisado:

É possível que a base de depositantes de uma instituição financeira seja caracterizada e contabilizada como ativo intangível, de forma que explique parcela do *goodwill* dessa entidade depositária?

2.2 OBJETIVOS E HIPÓTESES

O principal objetivo dessa dissertação é caracterizar parcela da base de depositantes de um banco como um ativo intangível.

O segundo objetivo, marginal, é verificar que a caracterização do ativo intangível é possível de ser feita na prática.

Pode-se objetivamente colocar os dois objetivos da seguinte maneira:

Objetivo Teórico: A possibilidade de contabilização da base de depositantes de instituição financeira como um ativo intangível implica na explicação de parte do *goodwill* dessa instituição.

Objetivo Prático: Verificar a possibilidade de se contabilizar o ativo intangível decorrente da base de depositantes de uma instituição financeira, com base em dados reais.

Para o atingimento dos objetivos esperados, as hipóteses básicas a serem testadas são:

Hipóteses

H₀: Se a base de depositantes de um banco representa um ativo intangível, então esse ativo explica parcela do *goodwill* da entidade depositária.

H₁: Se a base de depositantes de um banco não representa um ativo intangível da instituição depositária, então o *goodwill* da entidade é representado por outros ativos intangíveis e/ou outros elementos diferentes daquele que seria decorrente da base de depositantes.

Dentro das hipóteses apresentadas podem ser destacadas as seguintes variáveis a serem estudadas:

- Características necessárias para reconhecimento de um ativo intangível (independentes);
- Características do *goodwill* (independentes);
- Características da base de depositantes de uma instituição financeira (independente);
- Base de depositantes como ativo intangível (dependente).

Ou seja, as variáveis independentes apresentadas são estudadas de forma que expliquem a variável independente.

2.3 MÉTODOS CIENTÍFICOS

O método científico geral utilizado no desenvolvimento da dissertação é caracterizado como hipotético-dedutivo: inicialmente usa-se a dedução e posteriormente utiliza-se a indução como método comprobatório da teoria formulada. Isso concorda com KAPLAN⁸, pois segundo ele, no método hipotético-dedutivo:

“... o cientista, através de uma combinação de observação cuidadosa, hábeis antecipações e intuição científica, alcança um conjunto de postulados que governam os fenômenos pelos quais está interessado; daí deduz ele as conseqüências observáveis; a seguir, verifica essas conseqüências por meio da experimentação e, dessa maneira, refuta os postulados, substituindo-os, quando necessário, por outros e assim prossegue.”

Coerente com esse método científico geral, o desenvolvimento desta dissertação inicia-se a partir de “postulados” sobre ativos⁹, e chega-se pela dedução à conclusão de que passivos bancários (depósitos bancários) podem representar verdadeiros ativos bancários, o que a princípio parece contraditório.

⁸KAPLAN, Abraham. A conduta na pesquisa: metodologia para ciências do comportamento. São Paulo: Herder, 1972, pg. 12, em GIL (1995:30).

⁹ A palavra postulados foi colocada entre aspas pois os conceitos de ativo não são postulados em si, no seu significado amplo, mas de certa forma, se aceitos como sendo verdadeiros, pelo menos nesta dissertação, podem ser considerados postulados.

Está-se formulando a partir da teoria clássica contábil sobre ativos novas assertivas acerca dos depósitos bancários. O teste de um novo ponto de vista é então desenvolvido. Este aspecto representa a formulação de um novo postulado, que conforme POPPER¹⁰, equivale à fase de elaboração da teoria-tentativa¹¹, fase fundamental do processo hipotético-dedutivo.

Quanto à parte comprobatória, ou tentativa de falseamento da teoria-tentativa, utiliza-se um exemplo prático real para verificar a praticabilidade das hipótese do trabalho. Nesse exemplo real mostra-se que a dedução teórica sobre o ativo intangível é cabível na prática.

Mais detalhadamente, a metodologia seguida nesse trabalho é comparar as características da base de depositantes de um banco com as características de um ativo, inicialmente, e depois com as características de um ativo intangível. Com base nessa comparação, conclui-se que a base de depositantes é um ativo intangível, pois suas características são as mesmas que as de um ativo intangível.

Portanto utiliza-se o método comparativo como método específico de pesquisa.

Para corroborar que na prática a base dos depositantes pode ser caracterizada como um ativo intangível, um exemplo baseado em dados extraído de um caso real ocorrido no Brasil é apresentado.

¹⁰ POPPER, Karl S. *Autobiografia*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1977:140, em LAKATOS e MARCONI (1995, pg. 66).

¹¹ Significa que a partir de um problema estabelecido tenta-se resolvê-lo através de uma solução provisória, que subseqüentemente possa ser testada e/ou alterada.

3 REVISÃO TEÓRICA E CONCEITUAL

A revisão teórica consiste em três partes principais: a primeira revisita criticamente conceitos contábeis de ativo, a segunda enfoca especificamente ativos intangíveis e a terceira discute aspectos do *goodwill*.

(Observação: nesse trabalho foram utilizadas como fontes de pesquisa os seguintes materiais: livros de Teoria da Contabilidade, artigos científicos e normativos internacionais (FASB e IASB). Quanto aos normativos internacionais, mesmo não sendo material puramente teórico, optou-se por utilizá-los pelo fato de fornecerem amplos subsídios para discussão teórica. Isso se deve ao fato de que esses órgãos emitem seus pronunciamentos após intenso debate conceitual e prático entre membros da Academia, do mercado, de órgãos governamentais e das empresas que participam do mercado.)

3.1 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE ATIVO

O conceito de ativo adotado nesta dissertação é decorrente da definição de CANNING, a qual foi utilizada como base pelo FASB na formulação da sua definição de ativos. Na revisão teórica sobre ativos também são feitas referências a outros comentários e críticas sobre a definição de ativos do FASB. CANNING¹² em 1929 já relacionava o conceito de ativo como sendo um agente de obtenção de benefícios econômicos futuros, ou seja, a futuros serviços. A definição de ativos de Canning é:

¹²CANNING, John B. *The economics of accountancy*. New York. Ronald Press. 1929. pg. 22 em Hendriksen, 1992:452.

“qualquer serviço futuro em dinheiro ou qualquer serviço futuro conversível em dinheiro ... cujo interesse benéfico está legalmente ou eqüitativamente ligado a alguma pessoa ou conjunto de pessoas. Tal serviço é um ativo somente para aquela pessoa ou aquele conjunto de pessoas para quem [o serviço] flui.”¹³

Alguns aspectos dessa citação merecem destaque. É de se reparar que a definição não diz nada a respeito das características físicas de um ativo. O ativo é definido como sendo o(s) benefício(s) futuro(s) que é(são) controlado(s) por uma entidade, e nada de físico é atribuído ao(s) benefício(s) que é(são) controlado(s). O que se pode tentar imaginar como cabível fisicamente na definição de ativo é a substituição da expressão benefício futuro por dinheiro futuro. Percebe-se então que a definição permite que haja distinção entre um objeto físico controlado por uma entidade e o ativo decorrente desse objeto. Também fica aberta a possibilidade de uma entidade controlar algum objeto físico, mas que tal objeto não represente um ativo para ela. Fica aberta também a possibilidade de existir algo não corpóreo, sem forma física, mas que represente um ativo.

Ou seja, se algo físico ou não físico possibilita que o seu controlador obtenha benefícios em tempo futuro, então esse ‘algo’ pode ser um ativo.

Talvez por causa da definição de CANNING (de 1929) ser abrangente, o FASB a tenha adotado como base para a sua própria definição, que é a mais citada em trabalhos contábeis científicos e não científicos.

¹³ Original: “any future service in money or any future service convertible into money ... the beneficial interest in which is legally or equitably secured to some person or set of persons. Such service is an asset only to that person or set of persons to whom it runs.”

O mais relevante, entretanto, no contexto deste trabalho, é que um ativo implica na possibilidade de obtenção de serviços futuros. E o que é chamado de *serviço*¹⁴ são os benefícios econômicos (e também os não econômicos), tanto em forma de dinheiro como sob outras formas que possam ser conversíveis em dinheiro.

Ressalta-se nesse ponto que existem benefícios que muito dificilmente podem ser convertidos em forma de benefícios econômicos, passíveis de mensuração monetária. Suponha-se a situação de duas pessoas que estão dispostas a comprar um carro novo, do mesmo modelo e ano, perfeitamente iguais em suas condições físicas e comerciais. A primeira delas pretende pagar uma certa quantidade de dinheiro para adquirir o carro porque espera que esse carro possa proporcionar, por um período de tempo, um benefício de ter a satisfação de dirigir um carro novo, mais moderno, mais potente e confortável, além de proporcionar um certo grau de *status* social. A segunda pessoa está disposta a pagar a mesma quantia de dinheiro para adquirir o carro, com a esperança de que esse carro possa levá-la e trazê-la de lá para cá com segurança e velocidade.

Nesse exemplo simples, os benefícios futuros esperados são completamente diferentes para as duas pessoas (conforto e *status* versus segurança aliada à velocidade), mas o preço do carro a ser pago, na realidade, é o preço justo que ambas as pessoas julgam valer esses benefícios futuros esperados.

¹⁴As origens dos conceitos econômicos de serviços podem ser encontradas em FISHER, Irwin. *The nature of capital and income*. New York, 1906.

O exemplo demonstra que existem certos benefícios que não podem ser convertidos em fluxos de caixa futuros por não envolverem expectativas de conversibilidade dos benefícios esperados em forma de caixa futuro. E nem por causa disso o carro deixa de ser um ativo para as pessoas que o comprarem. Esses benefícios subjetivos são avaliados, por cada pessoa, de maneira completamente diferente, mas de maneira que possam ser refletidos no preço de compra do carro, atribuindo-se valor a esses benefícios.

Quando trata-se de serviços, pode-se pensar sob a forma de obtenção dos benefícios esperados. Ou seja, ativo representa serviços quando benefícios fluírem do ativo para o seu controlador, numa relação de obtenção de benefícios que fluem ‘de fora’ do ativo para ‘dentro’ de seu controlador.

Para se ter uma melhor idéia do significado de serviços adotado na definição de ativo, KAM (1986; pg. 55) fornece um auxílio, quando considera como serviços o mesmo que benefícios (*“O serviço ou benefício poderia ser qualquer coisa que fosse economicamente vantajosa para a entidade.”*¹⁵) (grifos adicionados)

O termo ‘economicamente vantajoso’ usado por KAM pode implicar em diversas conotações. Uma redução de custos é um benefício economicamente vantajoso, pois ao contrário de se obter serviços futuros, obtém-se uma redução dos desserviços futuros. Em outras palavras, uma redução de custos implica numa redução de saída de serviços futuros, mais comumente caixa.

¹⁵ Original: “The service or benefit could be anything that is economically advantageous to the entity.”

Outro aspecto contido na definição de CANNING é o direito que a entidade tem sobre o controle dos benefícios. Ou seja, o benefício econômico deve ser controlado por uma entidade para que seja um ativo para essa entidade. Para poder ser caracterizado como ativo não basta somente que o benefício econômico exista, é necessário que ele seja controlado, e que quem o controle tenha efetivamente o direito de fazê-lo. Além disso, o benefício deve fluir única e exclusivamente para a entidade.

Numa analogia à indústria cinematográfica, existem casos em que um filme é produzido por uma empresa 'X', que é dona do filme. Mas os direitos sobre os recursos arrecadados com a exibição ou venda do filme são de outra empresa, a 'Y'. Mesmo que a empresa 'X' seja dona do filme, quem efetivamente controla os benefícios decorrentes do filme é a empresa 'Y'. Logo o ativo verdadeiro é da empresa 'Y', que usa o filme como agente para obtenção de benefícios, ou seja, dinheiro, no caso.

O FASB, quando comparado com CANNING, explicita a idéia da necessidade de controle dos benefícios futuros e da necessidade do controle ser decorrente de algum fato ou evento passado que garanta a 'alguém' o direito ao pleno controle dos benefícios esperados.

Ainda sobre o FASB, como já comentado, baseando-se em CANNING, aquele complementa-o, oferecendo o seguinte conceito de ativo:

“Ativos são prováveis benefícios econômicos futuros obtidos ou controlados por uma entidade específica como resultado de transações ou eventos passados”¹⁶

(Ressalta-se que a citação de ativo do FASB refere-se somente à sua definição, e não é suficiente para o reconhecimento do ativo nas demonstrações contábeis. Os critérios de reconhecimento contábil de ativos são tratados no item “*Crítérios de Reconhecimento Contábil*” à pág. 74.)

Um aspecto importante é adicionado pelo FASB na definição de ativo. O conceito de incerteza é introduzido e atribuído ao ativo, por considerar-se o ativo como o *provável* benefício econômico futuro que é esperado que ocorra no futuro.

A incerteza nesse caso refere-se tanto ao valor do benefício quanto ao tempo em que será obtido. Ou seja, refere-se à mensuração do benefício (tamanho do fluxo de caixa) e à data em que esse benefício será obtido.

Como todos os eventos futuros envolvem certo grau de incerteza, então o FASB adicionou essa incerteza na definição de ativo. Sob outro enfoque, esse órgão acabou por inserir o conceito de risco na definição de ativo.

¹⁶Statement of Financial Accounting Concepts n.º 6 – Elements of Financial Statements (CON6), §25 em FASB (1993:1119). Original: “Assets are probable future economic benefits obtained or controlled by a particular entity as a result of past transactions or events”

O termo risco embutido na definição refere-se às possibilidades de que o benefício esperado não ocorra da forma como integralmente esperado. Existe a chance de não ocorrer o benefício ou de ocorrer por um montante menor do que o esperado.

Portanto, em termos estatísticos, a definição do FASB permite que um ativo seja definido por uma curva de probabilidade de ocorrência de benefícios futuros.

Essa característica de incerteza inerente ao ativo se torna no mundo moderno 'globalizado' um aspecto fundamental e de importância crescente, onde cada vez mais tenta-se desenvolver ferramentas (as mais diversas possíveis) que buscam a maior diminuição possível do risco.¹⁷

Portanto, um ativo tem sua definição suportada por direitos a prováveis serviços futuros, embutindo o conceito de incerteza. E isso pode gerar alguns problemas na mensuração do valor do ativo. Entretanto, nada impede que a incerteza esteja contida na definição de ativo.

Ainda comentando-se os conceitos emanados pelo FASB, este órgão vai mais além da definição antes comentada. Três características essenciais dos ativos são listadas, sendo que uma delas merece destaque:

¹⁷Peter L. Bernstein em seu livro *Desafio dos Deuses - A fascinante história do risco*; Ed. Campus, 5a. Ed, R.J., 1997, nos apresenta de forma interessantíssima a evolução histórica do conceito de risco, desde o surgimento do conceito de risco em idades antigas até a apresentação sucinta de vários modelos atualmente utilizados na mensuração do risco de diversos ativos.

*“(a) ele [um ativo] incorpora um provável benefício futuro que implica em uma capacidade para, individualmente ou em combinação com outros ativos, contribuir direta ou indiretamente para futuras entradas líquidas de caixa, (b) ...”*¹⁸

A citação implica que os benefícios econômicos a serem esperados não podem ser interpretados como decorrentes sempre única e exclusivamente de um único agente. Um exemplo pode ser mais elucidativo: suponha que uma empresa que fabrica automóveis tenha comprado uma máquina de fazer pacotes. Essa máquina sozinha não representa benefícios futuros, pois os pacotes que são feitos pela máquina não possuem utilidade nenhuma para a fábrica, não possuem mercado e não podem ser vendidos separadamente, assim como a máquina possui valor de revenda igual a zero. Então como não pode ser esperado nenhum benefício econômico diretamente decorrente da máquina, a máquina não é um ativo para a empresa. Mas se a empresa que fabrica automóveis também vende auto-peças, então os pacotes podem ser utilizados como embalagem das peças.

Dessa forma, a máquina que sozinha não representava capacidade de obtenção de benefícios econômicos passou a apresentar possibilidades de obtenção de benefícios econômicos, mas somente quando utilizada com outros ativos da empresa. É por esse motivo que a citação anterior menciona que um elemento para ser considerado como ativo deve envolver possibilidades de obtenção de benefícios econômicos, ou de forma independente ou de forma integrada com outros ativos.

¹⁸FASB CON6 Op. cit, §26. Original: “(a) it [an asset] embodies a probable future benefit that involves a capacity, singly or in combination with other assets, to contribute directly or indirectly to future net cash inflows, (b) ...”

Um outro detalhe é que um elemento, para ser ativo, não precisa necessariamente contribuir diretamente com a obtenção dos benefícios, podendo contribuir de forma indireta. Um computador de um banco não representa benefícios econômicos decorrentes diretamente dele, mas contribui para que atividades sejam exercidas, como por exemplo desenvolver uma linha de crédito especial para uma faixa de depositantes em específico. Os benefícios serão decorrentes diretamente do empréstimo, mas se não houvesse o computador para fazer cálculos de, por exemplo, risco-retorno, os empréstimos poderiam não representar possibilidades de obtenção dos benefícios.

Esse tipo de característica geralmente pode ser atribuída a certos grupos de ativos não correntes, tais como os pertencentes ao grupo dos ativos permanentes (na nomenclatura contábil brasileira), os quais auxiliam na produção de outros ativos. Estes sim é que serão os responsáveis diretos na obtenção de benefícios.

O FASB ainda comenta o seguinte a respeito de ativos:

“Ativos geralmente têm outras características que ajudam a identificá-los – por exemplo, ativos podem ser adquiridos a um custo e podem ser tangíveis, trocáveis, ou legalmente executáveis. Contudo, essas características não são características essenciais de ativos. Sua ausência em si não é suficiente para impedir a classificação de um item como ativo. Isto é, ativos podem ser adquiridos sem custo, podem ser intangíveis, e apesar de não serem trocáveis, podem ser utilizáveis pela entidade ao produzir ou distribuir outros bens ou serviços.”¹⁹ (grifos adicionados)

Depreende-se dessa citação que ativos não são necessariamente corpóreos, como pôde-se perceber pela definição de CANNING, mas se são úteis para a entidade, sob a forma de ajuda na obtenção de benefícios econômicos, podem ser considerados ativos. Ressalta-se a última parte da citação, que está ligada diretamente a ativos intangíveis, são analisados no item “*Conceitos e definições de ativos intangíveis*” iniciado na pág. 81.

(Com referência ao Brasil, as definições de ativo encontradas possuem caráter mais normativo do que conceitual. O IBRACON²⁰, através da resolução CFC nº. 686-90, no parágrafo 3.2.2.1 item a), considera que: “o ativo compreende as aplicações de recursos representadas por bens e direitos,” (IBRACON, 1992:263).)

¹⁹FASB CON6 Op. cit. §26 (FASB, 1993:1119). Original: “Assets commonly have other features that help identify them – for example, assets may be acquired at a cost and they may be tangible, exchangeable, or legally enforceable. However, these features are not essential characteristics of assets. Their absence, by itself, is not sufficient to preclude an item’s qualifying as an asset. That is, assets may be acquired without cost, they may be intangible, and although not exchangeable they may be usable by the entity in producing or distributing other goods or services.”

²⁰ Instituto Brasileiro de Contadores

3.1.1 OBSERVAÇÕES QUANTO À DEFINIÇÃO DE ATIVO

Pode-se ter visões críticas e diferenciadas sobre as definições de ativo analisadas no item anterior recorrendo-se a algumas outras referências. Dentre elas, destaca-se o *paper* de SAMUELSON (*The Concept of Assets in Accounting Theory*) (1996), por envolver uma discussão entre o conceito de ativos e o de despesas. Neste *paper*, a definição de ativo do FASB é discutida pelo fato de ser ela (conforme posição do autor do *paper*) associada com as características de confrontação de receitas com despesas, desviando-se dos conceitos de direito de propriedade, dos conceitos de riqueza, de capital, dos direitos de uso da riqueza e outros conceitos econômicos emanados por FISHER (1906) em seu trabalho *The Nature of Capital and Income*.

Note-se a seguinte citação de SAMUELSON (1996:149): “A experiência demonstrou que uma definição ligada ao conceito de confrontação é subjetiva demais para estabelecer e implementar políticas contábeis claras e não ambíguas que distinguem ativos de despesas.”²¹

Segundo SAMUELSON, a definição do FASB falha no sentido de deixar aberta a possibilidade de se confundir despesas com ativos. A esse respeito pode-se achar no *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements* do *International Accounting Standards* uma solução:

²¹ Original: “Experience has shown that a definition tied to the matching concept is too subjective for establishing and implementing clear and unambiguous accounting policies that distinguish assets from expenses.”

“59. Existe uma ligação próxima entre incorrer gastos e gerar ativos mas os dois não necessariamente coincidem. Portanto, quando uma empresa incorre em gastos, isto pode providenciar evidência de que benefícios econômicos futuros foram pretendidos mas não é prova conclusiva de que um item que satisfaz à definição de um ativo foi obtido. Do mesmo modo, a ausência de um gasto relacionado não impede que um item satisfaça à definição de um ativo e conseqüentemente torne-se candidato para reconhecimento no balanço patrimonial; ...” (IASB, 2001:57) (grifos adicionados) ²²

Portanto uma diferença crucial é que uma despesa é um gasto que foi feito na busca de benefícios futuros, mas tal busca não forneceu evidências suficientes para que tal gasto possa ser enquadrado como um ativo. Ou por outro lado, as despesas foram gastos feitos para a obtenção de benefícios, e tais benefícios efetivamente já ocorreram. Nesse sentido não há como se confundir ativos com despesas, mesmo sendo ambos os conceitos estreitamente relacionados: busca por benefícios. Ativos são provedores de potenciais benefícios e despesas significam a utilização dos benefícios.

Para enfatizar a conclusão acima, cita-se o próprio FASB²³, quando trata de critérios de reconhecimento das despesas:

“. A intenção de orientação para despesas e perdas é o reconhecimento de:

²² Original: “59. There is a close association between incurring expenditures and generating assets but the two do not necessarily coincide. Hence, when an enterprise incurs expenditure, this may provide evidence that future economic benefits were sought but is not conclusive proof that an item satisfying the definition of an asset has been obtained. Similarly the absence of a related expenditure does not preclude an item from satisfying the definition of an asset and thus becoming a candidate for recognition in the balance sheet; ...”

²³ Statement of Financial Accounting Concepts n.º 5 – Recognition and Measurement in Financial Statements of Businesses Enterprises (CON5) em (FASB, 1993:1084).

- O consumo de um benefício. *Em geral, despesas são reconhecidas quando os benefícios econômicos de uma entidade são consumidos em atividades ganhadoras de receita ou de outra maneira ou*
- A perda ou falta de um benefício. *Despesas ou perdas são reconhecidas quando torna-se evidente que os benefícios econômicos futuros anteriormente reconhecidos de ativos foram reduzidos ou eliminados, ou que passivos foram incorridos ou aumentados, sem os benefícios econômicos associados.”* (grifos adicionados)²⁴

Não há confusão entre o conceito de ativo e despesas, sendo que essas representam o consumo do ativo, ou a realização do ativo, ou por fim, a obtenção dos benefícios derivados do ativo.

Ainda sobre o *paper* de SAMUELSON, quando critica a falta de associação da definição do FASB com os direitos de propriedade, não há nenhuma menção nesse artigo sobre o fato da definição de ativo do FASB já incorporar o direito de propriedade quando diz que o ativo, entre outros, é resultado de uma transação passada ou evento passado. E essa transação (ou evento) passado deve garantir à entidade o controle exclusivo dos benefícios esperados do ativo.

²⁴ Original: “Guidance for expenses and losses is intended to recognize: Consumption of benefit. Expenses are generally recognized when an entity’s economic benefits are consumed in revenue-earning activities or otherwise or Loss or lack of benefit. Expenses or losses are recognized if it becomes evident that the previously recognized future economic benefits of assets have been reduced or eliminated, or that liabilities have been incurred or increased, without associated economic benefits.”

SAMUELSON enumera três aspectos que acha que são fraquezas da definição do FASB: *“(1) o termo “benefícios econômicos” pode ser entendido tanto num sentido financeiro quanto num sentido não financeiro, que confunde a definição de ativos com a mensuração”* (SAMUELSON, 1996:150)²⁵

Quanto a esse aspecto, a definição de ativo é dissociada da sua mensuração, pelo fato de existirem ativos que não podem ser mensurados. E isso não implica que tais elementos não sejam ativos, mas simplesmente não podem ser mensurados e reconhecidos como ativos contábeis. Um exemplo pode ser o fato de alguém que é autônomo e que tem uma oficina mecânica considerar um grande benefício o fato de trabalhar sem possuir um patrão. Esses benefícios esperados de não possuir um patrão são (em termos simplórios) benefícios não financeiros, e dependendo da pessoa (do autônomo), não existe expressão monetária que traduza de forma justa o valor do ativo ‘não ter patrão’.

Esse exemplo simplista auxilia no entendimento de que a definição (teórica) de ativo do FASB não tem o intuito de confundir a ‘essência’ de um ativo com sua mensuração.

²⁵ Original: “(1) the term ‘economic benefits’ can be understood either in a financial sense or a non-financial sense, which confuses the definition of assets with measurement”

O segundo aspecto de fraqueza do FASB, conforme SAMUELSON (1996:150) é: *“(2) falta conteúdo empírico à definição porque confunde estoques e fluxos ao definir ativos, que são estoques, em termos de benefícios econômicos futuros, que são eventos ou fluxos;”*²⁶

Novamente, a confusão está na distinção entre definição e mensuração. Quando se mensura um ativo através do valor presente dos benefícios futuros (discutido no item “*Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos futuros de caixa*” à pág. 45), o que se está fazendo é a ‘estocagem’ de fluxos futuros. E se empiricamente esse fato é plausível, não implica numa fraqueza da definição do FASB, mas demonstra que procedimentos práticos ainda devam ser desenvolvidos no sentido de aprimorar ferramentas para a mensuração de ativos.

MOST₍₁₉₈₂₎, discorrendo sobre renda e capital (fluxo e estoque de riqueza), faz a seguinte colocação:

*“Lucro é um fluxo de riqueza; o capital é um estoque de riqueza. A riqueza representada como um fluxo é capital a qualquer momento. Portanto, não pode existir nenhuma diferença fundamental entre lucro e capital.”*²⁷ (grifos adicionados)

²⁶ Original: “(2) the definition lacks empirical content because it confuses stocks and flows by defining assets, which are stocks, in terms of future economic benefits, which are events or flows;”

²⁷ Original: “Income is a flow of wealth; capital is a stock of wealth. The wealth represented as a flow is capital at any point in time. There can thus be no fundamental difference between income and capital.”

Portanto ambos o ativo e seus fluxos podem ser confundidos com o ativo. A definição de ativo implica em benefícios, os quais podem ser mensurados de formas variadas, cada uma com características próprias (os itens “*Mensuração de ativos*” da pág. 42 e “*Anexo*” da pág. 264 tratam das diversas formas de atribuição de valor aos ativos). O conceito é uma coisa, e a tradução desse conceito em termos econômico-financeiros é outra.

Também decorrente disso é que a incerteza contida na definição do ativo implica numa certa subjetividade, que por sua vez é decorrente das percepções humanas, do comportamento humano.

SCHUETZE (1993:69) refere-se a essa grande confusão entre ativo e prováveis fluxos futuros de caixa. Ele se utiliza de um exemplo extremamente simples para demonstrar tal confusão da seguinte maneira:

“Definir ativos como um benefício econômico futuro provável significa usar uma abstração de alta ordem. Sob tal abordagem, se uma empresa possui um caminhão, o caminhão em si não é o ativo. O ativo é o valor presente dos fluxos de caixa que resultarão do uso do caminhão para transportar madeira, ou carvão, ou pão. Contudo, na prática atual, o ativo representado no balanço patrimonial é um caminhão, e usuários das demonstrações contábeis o vêem como um caminhão. Os usuários não o vêem como o benefício econômico que resultará do uso do caminhão para transportar madeira. Acho que a maioria das pessoas sentem-se mais confortáveis ao pensar no ativo como um caminhão em vez de uma abstração, em vez do valor presente dos fluxos de caixa futuros ou o benefício econômico a ser derivado dele.”²⁸ (grifos adicionados)

Mas mesmo a definição de ativo sendo abstrata, é coerente com os conceitos econômicos de capital e renda. E esses conceitos também envolvem abstrações. Uma abstração nunca pode ser um impedimento para que uma definição seja boa. A prática tem outros aspectos. Nessa crítica, o autor contrapõe a prática com a teoria, e chega à conclusão de que a prática (em 1993) ainda se distancia muito da teoria.

²⁸ Original: “Defining assets as a probable future economic benefit is to use a high-order abstraction. Under such an approach, if an enterprise owns a truck, the truck per se is not the asset. The asset is the present value of the cash flows that will come from using the truck to haul lumber, or coal, or bread. Yet, in today’s practice, the asset represented on the balance sheet is a truck, and users of the financial statements see it as a truck. The users do not see it as the economic benefit that will come from using the truck to haul lumber. I think most people are more comfortable thinking of the asset as a truck instead of an abstraction, instead of the present value of the future cash flows or the economic benefit to be derived from it.”

Por outro lado, SCHUETZE (1993) é explícito ao mencionar que os ativos são o **valor presente** dos prováveis benefícios esperados, ou o valor presente dos prováveis fluxos de caixa esperados. E este último conceito de mensuração de ativos, de que o valor dos ativos é o valor presente dos fluxos futuros prováveis de ocorrerem, é de extrema importância. A discussão do valor presente como valor de ativo é retomada mais adiante (no item “*Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos futuros de caixa*” á pág. 45), assim como outros modos de avaliação de ativos (no item “*Mensuração de ativos*” da pág. 42).

MOST (1982:342) também chama atenção para o ativo, alertando que ele é a representação dos benefícios, e não os benefícios propriamente ditos. (“[...] um ativo é uma representação de [...] serviços e não os serviços em si [...]”²⁹). Essa afirmação encontra-se em perfeita harmonia com o exemplo do caminhão dado por SCHUETZE (1993). Além de servir para corroborar que os ativos são representados pelos benefícios econômicos, tal alerta leva a concluir que ativos não são necessariamente elementos físicos, mas sim representações dos benefícios que decorrem de agentes.

“Usando a linguagem do economista americano Irwin Fisher, capital é um estoque de riqueza num dado momento. Lucro é um fluxo de serviços por unidade de tempo. O capital é a representação concreta de serviços futuros, e o lucro é o desfrute destes serviços ao longo de um período específico de tempo. ...

²⁹ Original: “[...] an asset is a representation of [...] services and not the services themselves [...]”

Enquanto o capital ainda é visto como estoque de riqueza capaz de gerar serviços futuros, o lucro é visto como fluxo de riqueza ou benefícios acima do necessário para manter o capital constante.”
(HENDRIKSEN,1992:279-80) ³⁰

Um exemplo de ativo físico, além do próprio ativo dinheiro, cujos benefícios podem ser representados mais proximamente pelos próprios ativos físicos é o ouro. O ouro fisicamente já é praticamente o benefício, pois o seu valor é igual à quantidade física existente vezes o valor em moeda atribuído pelo mercado para cada unidade física³¹. Geralmente os ativos físicos correntes (ou circulantes conforme nomenclatura nacional) são mais fáceis de serem associados a seus benefícios de forma mais direta, o que pode ser mais difícil no caso de ativos de longo prazo. Mas essa questão refere-se mais à mensuração e expectativa de realização do ativo do que à sua própria conceituação.

O terceiro e último aspecto ressaltado por SAMUELSON (1996:150) é; *“a definição salienta características econômicas mais que legais de ativos, ou os benefícios da riqueza em vez dos direitos ao uso da riqueza.”*³²

³⁰ Original: “In the language of the American economist Irwin Fisher, capital is a stock of wealth at an instant of time. Income is a flow of services through time. Capital is the embodiment of future services, and income is the enjoyment of these services over a specific period of time. ...

Whereas capital is still thought of as the stock of wealth that can provide future services, income is thought of as the flow of wealth or service in excess of that necessary to maintain a constant capital.”

³¹ O ouro, historicamente, também representa outras formas de benefícios, tais como segurança, ‘poder ser carregado de lá para cá’, status etc., que muitas vezes não podem ser mensurados.

³² Original: “the definition emphasizes economic rather than legal characteristics of assets, or the benefits of wealth instead of the rights to use wealth.”

Novamente, pelo fato de um ativo somente ser ativo se for controlado única e exclusivamente por uma entidade, pelo fato de ser decorrente de evento ou transação passados, a característica de direito de uso do ativo está embutida na sua definição.

FISHER ao definir riqueza como sendo tanto um estoque como fluxos, e ao definir propriedade como direito de usufruto da riqueza (portanto riqueza e propriedade coexistem), acaba na realidade subsidiando a definição de ativo do FASB.

Portanto um ativo também pode ser visto como direitos abstratos que podem ser negociados, e o valor do ativo a representação monetária do direito de propriedade.

SAMUELSON não é o único que critica a definição de ativo do FASB. SCHUETZE, anterior a SAMUELSON, também a critica, mas de outra forma. Uma das críticas em comum é que despesas podem ser enquadradas como ativos pela definição do FASB. SCHUETZE vai mais além, citando casos em que algumas perdas podem ser classificadas como ativos (perdas de instrumentos de hedge relacionados a transações antecipadas, perdas operacionais de atividades iniciais de varejo, perdas operacionais de plantas e equipamentos quando em suas fases de pesquisa).

SCHUETZE (1993), em seu *paper*, acaba por sugerir uma definição de ativo, com o apelo de que com esta definição qualquer pessoa comum pode entender o que os ativos de um balanço representam. O problema é que certos ativos intangíveis acabam por serem excluídos do rol de ativos, o que é de se estranhar em uma definição geral de ativos. Sendo a definição geral, esta deve abranger todas as possibilidades de enquadramento dos mais variados tipos de ativos.

A definição dada por SCHUETZE (1993:69) “*Caixa, reivindicações contratuais de caixa ou serviços, e itens que podem ser vendidos separadamente por caixa.*”³³, mesmo imperfeita, é útil, pois abrange a maioria (mas não todos)³⁴ dos ativos³⁵.

Uma outra definição complementar de ativo, dada por MARTINS (1972:30), é: “*Ativo é o futuro resultado econômico que se espera obter de um agente.*” Está claro nessa citação que os ativos são os resultados econômicos esperados a partir de um agente, sendo este agente físico ou incorpóreo. MARTINS (1972:30) justifica a adoção dessa definição de ativo da seguinte forma:

“*Consideramos o potencial de resultado econômico a verdadeira caracterização de um elemento como ativo, e não só isso, considerámo-lo como sendo ele próprio [o potencial de resultado econômico] o real ativo de uma entidade.*” (grifos adicionados)

³³ Original: “Cash, contractual claims to cash or services, and items that can be sold separately for cash.”

³⁴ Os seguintes ativos não são abrangidos pela definição proposta: proporções de ativos que surgem em decorrência de consolidações proporcionais (*joint ventures*), ativos utilizados através de *leasings*, impostos diferidos e o próprio *goodwill*.

³⁵ Tais como caixa, contas a receber, aluguéis a receber, certificados de depósitos bancários, títulos emitidos por outras entidades, adiantamentos concedidos para futuro uso ou compra de outros ativos, matérias-primas, estoques (em processo e acabados), ações de outras empresas, plantas e equipamentos, depósitos minerais, direitos de *broadcasting*, patentes, direitos autorais, entre outros.

Percebe-se que o ativo, sob esse ponto de vista de MARTINS, também é a representação dos benefícios esperados em tempos futuros.

Entrando superficialmente no mérito da discussão do que é o agente, o seguinte raciocínio pode ser desenvolvido: se uma entidade for pensada como um todo, como um único ativo, pode-se, à luz da definição anterior, considerar a entidade como o agente que faz com que benefícios econômicos sejam obtidos pelos seus sócios e não controladores. Então, do ponto de vista do proprietário, o valor do ativo 'entidade' será dado pelos benefícios futuros líquidos que são esperados pela entidade como um todo, o que de modo mais analítico implica na soma algébrica dos benefícios esperados por todos os elementos que compreendem o total do ativo da entidade. E os ativos totais referidos não são somente os ativos físicos da entidade, mas sim todos as formas geradoras de benefícios que a entidade controla, incluindo os intangíveis, que muitas vezes não são reconhecidos pela contabilidade tradicional.

IUDÍCIBUS (1997:136), resumindo de certa forma o que foi comentado até aqui, fornece em duas frases as características gerais de um ativo:

“A característica fundamental [de um ativo] é a sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade que os tem, individual ou conjuntamente com outros ativos e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos líquidos de entradas de caixa. Todo ativo representa, mediata ou imediatamente, direta ou indiretamente, uma promessa futura de caixa.”

Vale esclarecer que o termo promessa futura de caixa decorre de uma intenção de venda ou de uso do agente (mercadoria e máquinas, como exemplos de uma e outra), seja de forma direta (mercadoria) ou de forma indireta (máquinas).

Destaca-se dessa última citação que, em última instância, o ativo representa uma potencialidade de entrada de caixa, em algum período de tempo. Se essa potencialidade não existir, então não existe ativo para a entidade.

Como não é objetivo principal deste trabalho discutir profundamente qual a melhor definição teórica possível para ativos, somente algumas definições foram citadas e comentadas, de forma que possam dar fundamentação teórica aos argumentos a serem elaborados no decorrer deste trabalho.

Finalizando este tópico, portanto, os conceitos adotados como ativo neste trabalho são os subjacentes às definições do FASB, de MOST, do IASB³⁶ e de MARTINS, inclusive de SCHUETZE na parte em que menciona que ativos são o valor presente dos fluxos esperados. Deixam-se de lado as discussões comentadas levantadas por SAMUELSON e SCHUETZE.

A definição de ativo do IASB proporciona algo diferente das outras, e merece maiores esclarecimentos. Esse órgão considera como ativo também “*capacidade de reduzir saídas de caixa*”³⁷. Ou seja, considera como ativo a capacidade de redução de saídas de fluxo de caixa. Com relação a esse aspecto, alguns gastos decorrentes de reorganizações e reestruturações de empresas também seriam ativos, pois na realidade são gastos incorridos com a intenção de redução de futuros fluxos de caixa.

À luz de benefícios futuros, tais gastos mencionados anteriormente possuem uma vasta margem de incerteza quanto à possibilidade de obtê-los. Ou seja, mesmo que futuras reduções de saída de caixa estejam associadas a certos gastos incorridos, os elos que fazem esse tipo de ligação (gastos passados incorridos e reduções futuras de saídas de caixa) são muito tênues, e carregam uma grande probabilidade de serem quebrados.

Por causa dessa grande incerteza de geração (ou obtenção) de benefícios futuros esse ativo acaba por enveredar para o problema de mensuração, de forma que na prática esses tipos de gastos incorridos não sejam reconhecidos contabilmente como ativos reais ou intangíveis. Casos como esses devem ser muito bem analisados no sentido de se verificar a identificação dos gastos incorridos com geração de novos ativos, com aumento da capacidade de obtenção de benefícios ou com redução de saídas futuras de caixa.

³⁷ Original: “capability to reduce cash outflows”.

Com base no que foi até aqui discutido, são destacadas as características que itens devem ter ou proporcionar para que possam ser caracterizados como ativo:

- 1) devem representar uma potencialidade de obtenção de benefícios econômicos futuros, que em algum determinado momento serão representados por entradas líquidas de caixa;
 - 2) esses benefícios decorrentes dos ativos devem ser controlados pela entidade, isto é, devem fluir para a entidade e somente para ela. A entidade deve ter controle total sobre esses fluxos e ter capacidade de restringir o acesso de outras entidades a esses benefícios;
 - 3) o último aspecto refere-se ao fato de ter havido um evento passado gerador para que o ativo seja caracterizado. Esse evento pode ser desde uma simples transação de compra até eventos internos de difícil identificação tais como desenvolvimento de novas tecnologias. Isto é, deve ter havido um evento no passado que tenha possibilitado a existência de um ativo.
-

3.1.2 MENSURAÇÃO DE ATIVOS

Para que os ativos possam ser registráveis contabilmente, devem ser antes de tudo, mensuráveis. Ao ativo deve ser atribuída expressão monetária que se refira ao valor (ou às suas diversas possibilidades de representações de valor). Enquanto o ativo em si possui características que o habilitam a ter um potencial de benefícios futuros, esses benefícios em forma de caixa é que são as expressões de valor do ativo. O valor de um ativo é uma representação monetária do ativo em si. A avaliação de um ativo pode mudar, assim como muda a sua expressão monetária, mas o ativo em si mantém-se 'ativo'.

Os atributos³⁸ de ativo que potencializam a obtenção de benefícios futuros podem ter avaliações diferentes, e até mesmo incertas, mas isso não faz com que o ativo subjacente à avaliação deixe de ser um ativo.

³⁸Conforme CON1 (Statement of Financial Accounting Concepts n.º 1 – Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises, em FASB,1993:1008, nota de rodapé n.º 2, “**Atributos a serem mensurados**’ referem-se aos traços ou aspectos de um elemento a serem quantificados ou mensurados, tais como custo histórico/receitas históricas, custo corrente/receitas correntes, etc. Atributo é um conceito mais estreito do que mensuração, que inclui não só a identificação do atributo a ser mensurado mas também a seleção de uma escala de mensuração (por exemplo, unidades monetárias ou unidades de poder de compra constante). “Original: “**Attributes to be measured**’ refers to the traits or aspects of an element to be quantified or measured, such as historical cost/historical proceeds, current cost/current proceeds, etc. Attribute is a narrower concept than measurement, which includes not only identifying the attribute to be measured but also selecting a scale of measurement (for example, units of money or units of constant purchasing power).”

O presente tópico visa elucidar que o ativo *de per se* é conceito, e que a sua possível representação monetária (expressão de valor) pode ser derivada de diferentes conceitos (ou teorias ou filosofias) e de metodologias de avaliação. Ressalta-se que as diversas formas de atribuição de valor (aos atributos do ativo) não são conflitantes entre si, mas sim complementares. E todas as formas visam fornecer diferentes tipos de informações para diferentes usuários. HENDRIKSEN (1992:488) assim coloca:

*“Visto que ativos possuem vários atributos, a mensuração e publicação de mais de um atributo pode ser relevante para investidores e usuários das demonstrações contábeis. Portanto, conceitos de avaliação podem tanto complementar-se quanto competirem entre si. Em muitos casos, uma medida é usada para representar outra.”*³⁹

Cada tipo de forma de avaliação acaba por mensurar ativos (e conseqüentemente o patrimônio líquido) sob ponto de vista específico, de tal sorte que as diversas modalidades de atribuição de valor aos ativos fornecem subsídios suficientes para diversas interpretações de valor dos ativos líquidos (patrimônio líquido) de uma entidade.

³⁹ Original: “Since assets have several attributes, the measurement and publication of more than one attribute may be relevant to investors and users of financial statements. Therefore, valuation concepts can be complementary to each other as well as competitive with one another. In many cases, one measure is used to represent another.”

O assunto de atribuição de valor é complexo, pois o valor⁴⁰ *”pertence ao número daqueles conceitos supremos, como os do ‘ser’, ‘existência’, etc., que não admitem definição. Tudo o que pode fazer-se é simplesmente tentar uma clarificação ou mostração do seu conteúdo.”* A complexidade sobre esse assunto pode ser retratada pelas diferentes práticas contábeis de avaliação patrimonial adotadas no mundo.

Partindo-se para a atribuição de valor aos diversos atributos dos ativos, um amplo *menu* de possibilidades é oferecido aos praticantes e usuários da contabilidade. Esse *menu* é abrangente, partindo-se da simples atribuição de custo histórico passado (custo histórico original) e chegando-se na atribuição do valor presente líquido dos prováveis benefícios futuros para o ativo.

Nesse tópico em específico as metodologias de atribuição de valor mais relevantes para o assunto principal do trabalho são discutidas, sendo que outras formas de atribuição de valor são comentadas no item “Anexo” da pág. 264.

⁴⁰HESSEN, apud MARTINS (2000:15)

VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL) DOS FLUXOS FUTUROS DE CAIXA

As características principais e que interessam ao assunto estão resumidas a seguir:

- Determinado pelo processo do desconto a valor presente dos fluxos de caixa futuros por taxas de juros que expressem os riscos associados a esses fluxos de caixa.
- Para alguns ativos que geram benefícios de forma indireta a aplicabilidade fica prejudicada.
- Forma de avaliação que aproxima a forma de avaliação à definição conceitual de ativo.
- Busca o valor econômico da entidade, e é influenciado por custos de oportunidade.
- Utilizado para avaliação econômica dos ativos líquidos de uma entidade.

A utilização do valor presente líquido pode causar alguns problemas de ordem prática, além de ter sido provavelmente o causador da maioria dos problemas relacionados à confusão entre definição de ativos e sua mensuração.

A definição de ativos considera a expressão '*prováveis benefícios*', o que enseja que tais benefícios a serem obtidos no futuro sejam os efetivos atributos dos ativos. E a técnica aplicável na avaliação desses atributos é a do valor presente líquido. Decorre de sua baixa praticabilidade⁴¹ que quando confrontada essa forma de avaliação teórica com as práticas mais comuns, surgem dúvidas entre a definição de ativos e a sua mensuração.

Quando se pensa numa duplicata a receber pode-se de maneira imediata calcular o valor presente desse ativo. Tem-se a data estimada para o recebimento num futuro não muito distante, o risco de inadimplência geralmente é conhecido, e a taxa de juros de curto prazo (ou outras taxas de custo de oportunidade de curto prazo associadas a esse fluxo) são mais facilmente determináveis do que as de longo prazo.

No caso de ativos referentes a vendas a longo prazo, ou outros tipos de contratos ou ativos a serem realizados em diversas parcelas, em prazos de realização geralmente superiores a um ano, também é possível a avaliação pelo valor presente líquido, o que envolve mais riscos de mensuração que os anteriormente citados.

Esses dois ativos usados como exemplo (valores a receber de curto e de longo prazo) são geradores diretos de benefícios futuros; a identificação do ativo subjacente (ou ativo conceitual ou teórico) com seus atributos realizáveis é de fácil entendimento e execução prática.

⁴¹ Quando comparado com o alto teor de objetividade do custo histórico, o mais utilizado.

Entretanto existem ativos que geram benefícios de forma indireta, ou seja, que não proporcionam de forma direta entradas de caixa em períodos futuros. Os casos mais típicos são os ativos classificados no grupo dos Ativos Imobilizados (no Brasil) – Máquinas e Equipamentos, Imóveis, Móveis e Utensílios, Terrenos etc.). Esses ativos, quando não destinados à venda, são auxiliares no processo total de geração de riqueza da entidade⁴². Comparando-se ativos indiretos geradores de benefícios com os geradores diretos, os primeiros são mais difíceis e mais subjetivos ao se associar fluxos líquidos de caixa a esses ativos.

No caso dos Ativos Imobilizados (ou de outros ativos semelhantes) o que geralmente é utilizado na prática como representação dos seus atributos, acaba por ser o seu custo histórico ou no máximo o seu custo de reposição.

⁴² Por exemplo, o contas a receber gera benefícios diretamente, pois desse ativo esperam-se fluxos de caixa em períodos futuros. No caso de máquinas e equipamentos, esses serão utilizados para produção de estoques que serão vendidos. Quanto contabilizados como estoques, implicam que ainda devem ser vendidos para os benefícios serem obtidos. Quando vendidos a prazo, os estoques geram contas a receber, estes sim geradores diretos de benefícios futuros. Nesse raciocínio, as máquinas e equipamentos não geram benefícios de forma direta, mas são ativos imprescindíveis na geração de benefícios.

Geralmente, sob o ponto de vista do valor presente líquido, para esses ativos indiretamente geradores de benefícios futuros, o custo do ativo representaria o valor do investimento (fluxos com valor negativo do modelo, que representam saídas de caixa do projeto ou custos de obtenção do ativo). Mas ao se tratar da mensuração por custo, a sua expressão de valor é justamente o valor dos investimentos (e sem ajustes a valor presente), que ficam estocados na entidade até o momento em que as respectivas receitas sejam realizadas, para nesse momento da realização das receitas haver o confronto das mesmas com o seu respectivo custo de obtenção (despesas).

O que o VPL faz, entre outros, é antecipar as receitas em termos de entradas de caixa e o custo do ativo, dessa forma o valor do ativo já fica representado pela diferença algébrica entre o valor presente das receitas e o valor presente do custo de obtenção das receitas (todos os valores presentes numa mesma data).

Então pela avaliação de ativos através do valor presente líquido o que representa valor é a diferença líquida entre o valor presente dos investimentos de caixa (saídas de caixa) e o valor presente das receitas líquidas decorrentes do uso do ativo (entradas de caixa decorrentes do uso do ativo).

Quando se pensa num trator como ativo (por exemplo), então a sua expressão como valor presente seria a expressão das entradas líquidas de caixa⁴³ que o trator geraria até o fim da sua vida útil. Mas o que se encontra registrado na realidade é o custo do ativo (somente um componente do valor presente líquido). São duas formas distintas de representação de valor dos atributos de um mesmo ativo. Cada uma traz informações diferentes sobre o mesmo ativo. E cada forma de avaliação deve ser escolhida conforme o interesse e as necessidades de informação do usuário da informação contábil.

Essas duas formas comentadas de avaliação do mesmo ativo possuem cada uma suas aplicabilidades. Quando o custo histórico é utilizado está-se beneficiando o critério de reconhecimento da receita, através da sua confrontação com as respectivas despesas, numa tentativa de mensuração de um resultado contábil conservador com todas as características associadas ao custo histórico. Por essa forma de avaliação não se antecipam os fatos, mas pelo contrário, reportam-se os resultados dos fatos estritamente já ocorridos até a data da demonstração contábil.

Através desse procedimento (avaliação por custo) existe a possibilidade clara de haver o confronto das receitas em termos de valores históricos com as despesas, também em valores históricos. O resultado do período seria a diferença entre as receitas e despesas registradas naquele período. Reflete o lucro decorrente das transações passadas, e não reconhece potenciais de lucros futuros.

⁴³ As entradas líquidas de caixa já estão livres dos fluxos de caixa negativos necessários para a aquisição do ativo.

A utilização do valor presente líquido, para enfatizar, implica na antecipação de eventos econômicos. A aplicação desse modelo implica na antecipação da obtenção de receitas, assim como antecipações de despesas, reportando o resultado dessa antecipação em moeda de uma única data. O processo de transformação desses eventos futuros em moeda em data presente passa por um catalisador de riscos, pois as taxas de juros utilizadas como fatores de desconto representam os riscos inerentes a cada ativo (tanto para fluxos de entrada como para fluxos de saída), e são o elo entre os eventos futuros antecipados e a sua expressão monetária.

Valor Econômico

O uso do VPL para avaliação dos ativos implica no reconhecimento dos riscos associados a cada fluxo dos ativos; na avaliação de uma entidade como um todo implica no reconhecimento dos riscos a que tal entidade está exposta.

Quando se utiliza o valor presente como representação dos valores dos atributos dos ativos de uma entidade, beneficia-se a identificação imediata dos maiores geradores de valor. O uso do VPL aplicando-o a uma entidade como um único ativo implica na busca do valor econômico daquela entidade, em termos de situação normal de continuidade (indefinida).

Sob esse aspecto, o lucro procurado seria o lucro econômico, avaliado diferentemente do lucro contábil mensurado pelo custo histórico. O lucro econômico de um período seria dado pela diferença (em termos brutos) entre o Valor Presente Líquido ($VPL_2 - VPL_1$) dos fluxos futuros da entidade, cada um avaliado na respectiva data.

A primeira medida, a do VPL da data mais passada (t_1), teria que refletir todas (e somente aquelas) as expectativas (ou informações) existentes até aquela época, sem refletir ajustes nas expectativas decorrentes de fatos ocorridos em períodos subseqüentes. O VPL da segunda data, a mais recente (t_2), deve refletir todas (e somente aquelas) as expectativas (ou informações) existentes até aquela data. O lucro econômico auferido no período compreendido entre t_1 e t_2 seria dado pela diferença entre esses VPLs ($VPL_2 - VPL_1$).

“Ao promover sua marca específica de lucro comercial; os economistas geralmente argumentaram que o aumento no patrimônio líquido da empresa que constitui o lucro deve ser conseguido para avaliação da empresa como um todo no começo e no final do período que queremos mensurar. Esta avaliação, de acordo com eles, deve ser feita descontando, a cada data, o fluxo esperado de recebimentos menos o fluxo esperado de pagamentos da empresa tão distante no futuro quanto for possível, para chegar-se ao valor presente do fluxo líquido. Quaisquer montantes distribuídos pela empresa aos seus proprietários durante o período, claro, devem ser novamente adicionados para dar o aumento no patrimônio líquido que, neste ponto de vista, é sinônimo do lucro.” (SOLOMONS, 1966:378-79)

44

Decorrem da variação de valores presentes entre diferentes datas vários aspectos relacionados ao valor econômico e sua mensuração, assim como suas medidas de agregação ou destruição de valor econômico. A seguir estão comentados alguns desses aspectos de maior relevância para o assunto do presente trabalho, assim como outros aspectos pertinentes:

- a. Diferença entre os momentos de reconhecimento do lucro contábil (avaliado por custo) e o lucro econômico: o lucro contábil somente é registrado quando existem condições para o reconhecimento contábil da receita e da respectiva despesa; ambas já devem ser efetivamente realizadas (não confundir com pagas ou recebidas).
- b. O lucro econômico é auferido quando um evento (ou ativo) ocorre, e que esse evento (ou ativo) proporciona condições de obtenção de benefícios futuros (a receita e a despesa não foram realizadas).

⁴⁴ Original: “In advocating their particular brand of business income; economists have usually argued that the increase in the net worth of the enterprise which constitutes income, must be arrived at by valuing the whole enterprise at the beginning and at the end of the period whose income we wish to measure. This valuation, they say, must be made by discounting, at each date, the expected stream of receipts less the expected stream of payments of the enterprise as far into the future as possible, to arrive at the present value of the net stream. Any amounts distributed by the enterprise to its proprietors during the period must, of course, be added back to give the increase in net worth which, in this view, is synonymous with income.”

-
- c. O lucro econômico é atribuído ao período em que foi originado o potencial de geração de lucro (surgimento de lucro potencial futuro).
- d. O lucro contábil espera a realização do ganho para que possa ser registrado.
- e. Dentro do próprio lucro econômico existem outros sub-resultados que podem ser segregados. Ou seja, o lucro econômico pode ser decomposto em partes distintas, que representam valores informacionais diferentes. A seguir alguns são brevemente citados de forma não exaustiva, mas somente a título de informação:

- **Lucros (Prejuízos) realizados;**
- **Lucros (Prejuízos) não realizados;**
- **Lucros (Prejuízos) decorrentes de novos fatos (novas expectativas);**
- **Lucros (Prejuízos) decorrentes de alteração de expectativas anteriores;**
- **Lucros (Prejuízos) decorrentes de fatos ocorridos e não esperados;**
- **Lucros (Prejuízos) decorrentes de fatos ocorridos e esperados anteriormente;**
- **Lucros (Prejuízos) decorrentes de alterações de variáveis macroeconômicas sem controle pela entidade (taxa de juros, legislação, cenário político etc);**
- **Outros eventos.**

(Todas essas partes do lucro econômico compõem explicações do porquê da variação do valor presente líquido de uma entidade entre duas datas distintas.)

O lucro econômico abrange o lucro contábil. Pode-se conciliar o lucro econômico com o lucro contábil; SOLOMONS (1966) propõe uma conciliação:

“ Lucro (ou Prejuízo) Contábil

(+) Variações **não realizadas** dos ativos **tangíveis**, decorrentes de eventos ocorridos durante o período corrente;⁴⁵

(-) Variações **realizadas** dos ativos **tangíveis**, decorrentes de ações de **períodos anteriores** e não reconhecidas nesses períodos;⁴⁶

(+) Variações no valor presente líquido dos **ativos intangíveis** (incluindo-se o goodwill) não reconhecidos pela contabilidade⁴⁷.

(=) **Lucro (ou Prejuízo) Econômico.**”

- f. O lucro econômico inclui alterações de expectativas decorrentes de dois fatores principais: (i) eventos reais que já aconteceram que afetaram de forma objetiva e direta as expectativas futuras dos fluxos e (ii) alterações de percepções humanas sobre o ambiente econômico, que refletem de forma mais subjetiva e indireta as expectativas sobre fluxos futuros. Esses dois aspectos são intrinsecamente correlacionados (mesmo com forças diferentes de correlação).
- g. A busca pelo lucro econômico implica na busca por um Valor Presente Líquido da entidade superior ao seu valor inicial de partida. Somente haverá agregação de valor econômico (lucro econômico) se houver aumento do valor presente líquido dos ativos líquidos da entidade,

⁴⁵ Refere-se a ajustes decorrentes de ganhos (ou perdas) patrimoniais ainda não realizados (geralmente quando os ativos líquidos são mensurados pelo valor de mercado, valor líquido de realização ou pelos *fair values* dos ativos líquidos que encontram-se registrados na contabilidade. São ajustes decorrentes de eventos econômicos (controlados ou não pelos administradores) ocorridos durante o período em que se está medindo o lucro. Os valores de depreciação e de ajustes a valor de mercado são desconsiderados como alteração de valor dos ativos contábeis. Ainda pode-se subdividir esse componente nas partes do resultado que podem ou não ser atribuídas para a administração da entidade.

⁴⁶ São as realizações de expectativas de ativos líquidos. Essas realizações já eram esperadas, pois são decorrentes de eventos econômicos já ocorridos em períodos anteriores, mas cujas expectativas não estavam registradas na contabilidade. Nesse caso as expectativas podem ou não ser ajustadas para refletir os seus valores efetivamente realizados. São fatos que aconteceram, mas cuja competência econômica é atribuída a períodos passados. Portanto esses eventos que causaram alteração no valor presente líquido da entidade devem ser excluídos do lucro econômico do período em questão.

⁴⁷ São as outras variações do VPL da entidade que não são atribuídas diretamente aos ativos líquidos já contabilizados. No caso de se identificar algum ativo intangível, a alteração de seu valor é inclusa nesse item. Também são inclusas nessa parcela do resultado econômico os efeitos decorrentes da geração de novas expectativas futuras, essas decorrentes direta ou indiretamente da atitude da administração da entidade. Inclui também reflexos de alterações de expectativas devidas a outros fatos não administrados pela entidade, assim como mudanças nas taxas de juros, mudanças de legislação, do nível geral de preços, de desvalorizações cambiais, alterações do cenário político etc. Em geral, todas as outras variações do valor presente líquido da entidade não categorizáveis nos itens anteriores são inclusas nesse item. Esse item confunde-se com avaliação de ativos intangíveis residuais não identificados e registrados pela contabilidade feita com base no custo histórico.

- h. O relevante para o administrador de uma entidade é a tomada de medidas que aumentem o valor presente líquido (valor econômico) dos ativos líquidos (do patrimônio líquido) da entidade,
- i. O lucro econômico sempre é mensurado com relação aos custos de oportunidade dos elementos que o formam,
- j. O lucro econômico é sempre obtido comparando-se um resultado total obtido (antecipado) com os custos totais incorridos na obtenção desses resultados (incluindo-se custos de oportunidade).
- k. O lucro contábil não implica diretamente num lucro econômico. A obtenção de lucro contábil não significa que a entidade agregou valor à sua riqueza líquida.
- l. Os lucros econômicos e contábeis tendem a ser iguais no infinito, sendo que as suas diferenças são no sentido temporal de realização. Ou seja, no infinito, depois de todas as expectativas serem feitas, ajustadas e realizadas, o lucro econômico tende ao lucro contábil (quando este considera o custo de oportunidade do capital próprio sacrificado no período).

Destaca-se novamente que a intenção de avaliação do ativo pelos diversos modelos disponíveis deve ser sempre coerente com o que se está buscando. O uso do VPL na busca de valor dos ativos tende sempre a maior aproximação do valor econômico dos mesmos.

O uso do VPL é atualmente a ferramenta mais utilizada quando se busca o valor econômico de uma entidade. Mesmo as empresas que possuem ações no mercado podem não ter seus valores intrínsecos refletidos no preço das ações, muitas vezes porque as ações de controle não estão sendo negociadas no mercado. Possuem seus valores de continuidade (VPL, ou valor econômico da entidade na continuidade) baseados nas expectativas dos administradores sobre o caminho futuro da empresa.

Esse valor econômico decorre de inúmeros fatores, sendo que as expectativas futuras têm muito peso nessa avaliação. Para uma empresa, em geral e de maneira muito simples, essas expectativas futuras são refletidas nos fluxos de caixa líquidos futuros da entidade.

Sem dar ênfase a nenhum tipo específico de modelo de avaliação de empresas (em busca de seu valor econômico), uma característica comum se sobressai: o uso do valor presente líquido para avaliação de fluxos futuros e seus riscos, mesmo que o ferramental realmente utilizado seja o mais variado possível, principalmente na avaliação dos riscos.

O valor intrínseco da entidade (ou seu valor econômico) estará refletindo o valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados da entidade, tendo seus riscos devidamente avaliados e ajustados por seus riscos inerentes.

O uso do VPL para avaliação de uma entidade como um todo é um dos passos necessários para a avaliação do *goodwill* da entidade. Este ativo por sua vez será dado pela diferença (resíduo) entre o valor econômico da entidade como um todo menos o valor justo de todos os ativos líquidos identificados (mesmo os ainda não contabilizados ou não registrados em relatórios para fins de reporte).

Portanto nesse trabalho, quando se estiver num contexto de avaliação econômica, sempre se estará usando a técnica do valor presente líquido que para a avaliação de um ativo em específico que para avaliação de uma entidade como um todo.

FAIR VALUE (VALOR JUSTO)

A expressão *fair value* é utilizada para atribuição de valores de saída para os atributos de ativos. Essa modalidade implica na avaliação de um ativo pelo seu *“montante que poderia ser recebido com a venda de um ativo quando existem compradores e vendedores interessados e financeiramente capazes de concretizar a transação e inexistem circunstâncias anormais tais como liquidação, desabastecimento e emergências.”*⁴⁸

Conforme IBRACON, *fair value* é *“a importância pela qual um artigo pode ser transacionado entre um comprador bem informado e disposto a negociar com um vendedor bem informado e disposto a negociar numa transação sem favorecimentos.”* (IBRACON,1992:394)

O IASB adota a seguinte definição de *fair value*: *“é o montante pelo qual aquele ativo poderia ser trocado entre partes interessadas bem-informadas e dispostas em uma transação entre partes não relacionadas.”*⁴⁹ (IASB,2001:1083)

O FASB em seu pronunciamento SFAS No 142 (*Goodwill and Other Intangible Assets*) menciona o seguinte a respeito do *fair value*:

⁴⁸ SIEGEL e SHIM, apud MARTINS (2000:120).

⁴⁹ Original: “is the amount for which that asset could be exchanged between knowledgeable, willing parties in an arm’s length transaction.”

23. O fair value de um ativo (ou passivo) é o montante pelo qual o ativo (ou passivo) poderia ser comprado (ou incorrido) ou vendido (ou liquidado) em uma transação corrente entre partes dispostas, isto é, outras do que numa venda forçada ou de liquidação.... Cotações de mercado em mercados ativos são a melhor evidência de fair value e serão usadas como base para a mensuração, se estiverem disponíveis. Porém, a cotação de uma ação patrimonial individual ... pode não ser representativa do fair value ... A cotação de mercado de uma ação patrimonial individual, portanto, não precisa ser a única base de mensuração do fair value ...

24. Se cotações de preço de mercado não estiverem disponíveis, a estimativa do fair value será baseada na melhor informação disponível, incluindo cotações para ativos e passivos semelhantes e os resultados de outras técnicas de avaliação. Uma técnica que usa o valor presente muitas vezes é a melhor técnica disponível para estimar o fair value ... “ (FASB,2001:142) ⁵⁰

O fair value de um ativo (ou passivo) pode ser entendido como seu preço de negociação num mercado organizado e eficiente. Nesse tipo de mercado o valor de negociação é a representação consensual dos benefícios que tal negociação trará para cada parte.⁵¹

⁵⁰ Original: “23. The fair value of an asset (or liability) is the amount at which asset (or liability) could be bought (or incurred) or sold (or settled) in a current transaction between willing parties, that is, other than in a forced or liquidation sale.... Quoted market prices in active markets are the best evidence of fair value and shall be used as the basis for the measurement, if available. However, the market price of an individual equity security... may not be representative of the fair value ... The quoted market price of an individual equity security, therefore, need not be the sole measurement basis of the fair value ...

24. If quoted market prices are not available, the estimate of fair value shall be based on the best information available, including prices for similar assets and liabilities and the results of other valuation techniques. A present value technique is often the best available technique with which to estimate fair value ...”

⁵¹Para o vendedor o benefício é o valor presente da receita obtida com a venda menos o valor presente das despesas associadas. Agora para o comprador, este somente chancela o valor do negócio se o objeto (ou elemento) negociado proporcionar benefícios futuros de forma tal que sejam superiores ao valor do custo. Ou sob o ponto de vista do valor econômico, o fair value do ativo será a representação do valor presente do investimento realizado. E o valor presente líquido seria a expressão do valor do ativo negociado.

Conforme o IASB o *fair value* de um item (ativo ou passivo) pode ser obtido do mercado quando o mercado for considerado 'mercado ativo'. Para tal, todas as seguintes condições devem existir:

- “(a) os itens negociados dentro do mercado são homogêneos:*
- (b) compradores e vendedores dispostos normalmente podem ser encontrados a qualquer momento; e*
- (c) cotações estão disponíveis para o público.”*⁵² (IASB,2001:1083)

Num mercado não eficiente, com características avessas às anteriormente citadas, o preço corrente pode não representar o *fair value* porque as informações levadas em consideração na formação do preço podem ser enviesadas, tanto por influência do vendedor como do comprador. Numa situação desse tipo, o valor corrente de mercado de um ativo ou passivo não deve ser utilizado como *fair value*. Como alternativa de mensuração, deve-se utilizar, preferencialmente, o valor presente dos fluxos de caixa futuros como estimativa do *fair value*. No uso dessa forma de avaliação, os fluxos de caixa utilizados devem ser projetados de forma que o viés existente seja desconsiderado. Ou seja, o fluxo de caixa adotado deve ser o mais próximo possível daquele que seria adotado num mercado eficiente.

Percebe-se que na inexistência de mercados eficientes, a atribuição do *fair value* a ativos e passivos passa a ser mais difícil de ser implementada, pois todos os aspectos negativos inerentes ao uso do valor presente como base de valor são incorporados no cálculo do valor do ativo ou passivo.

⁵² Original: “(a) the items traded within the market are homogeneous: (b) willing buyers and sellers can normally be found at any time; and (c) prices are available to the public.”

Mas a existência de mercado eficiente também não é garantia de que o preço do ativo ou passivo negociado nesse mercado seja efetivamente o *fair value*. No caso de, por exemplo, o controlador de um determinado ativo ter a capacidade de usufruir benefícios de sinergias e outros benefícios decorrentes de seu ativo, e que o mercado não possui essa capacidade, então o *fair value* desse ativo para o controlador difere do seu valor corrente de mercado. Em outras palavras, o fluxo de caixa que o controlador utiliza para avaliar seu ativo é diferente do fluxo de caixa que o mercado utiliza, justamente pelo fato do controlador possuir informações e premissas que não são compartilhadas com o mercado.

Outras considerações sobre *fair value* e valor de mercado podem ser feitas. Os preços de mercado oscilam diariamente por diversos motivos que não implicam que os fluxos de caixa que determinam o valor do ativo sejam alterados. Em grandes movimentos de compra e venda, os valores dos ativos negociados podem ser influenciados pela relação oferta e demanda. Isso não implica que o *fair value* do ativo tenha se alterado. Da mesma forma quando existem especulações no mercado o valor dos ativos variam, mas isso também não implica que necessariamente o *fair value* do ativo tenha efetivamente alterado.

E no caso de uma empresa não ter ações negociadas em bolsa ou em outro mercado? Não existe preço corrente de mercado para essa empresa, logo o *fair value* da entidade decorre do valor presente dos fluxos de caixa esperados. O mesmo ocorre para ativos específicos de determinadas entidades, os quais não possuem mercado organizado e eficiente, como para certos ativos intangíveis.

(Como evidência empírica de que as metodologias utilizadas na determinação do *fair value* de ativos e passivos de mesma natureza não são um consenso (para divulgação conforme US GAAP), Mark Rusbarsky e David B. Vicknair divulgam no artigo *“Accounting for bonds with accrued interest in conformity with brokers' valuation formulas”*, publicado em maio de 1999 na revista *Issues in Accounting Education* (vol 14, Iss. 2), que em pesquisa sobre evidenciação de títulos de dívidas de empresas (*bonds*) *“é indicado por Accounting Trends and Techniques (1997, 224): 500 [entre 600] empresas que participaram da pesquisa, entre as quais muitas fizeram múltiplas divulgações, divulgaram informação sobre o fair value para dívida a longo prazo. 134 empresas declararam que o fair value aproximou-se do valor contábil; 237 empresas declararam que as cotações do mercado ou de corretores foram usadas para estimar o fair value; 134 empresas declararam que fluxos de caixa descontados foram usados para estimar o fair value; e 157 empresas declararam que uma taxa de empréstimo atualmente disponível foi usada para estimar o fair value.”*⁵³)

⁵³ Original: “is indicated by Accounting Trends and Techniques (1997, 224): 500 [of 600] survey companies, many of which made multiple disclosures, disclosed fair value information for long-term debt. 134 companies stated that fair value approximated carrying amount; 237 companies stated that market quotes or quotes from brokers were used to estimate fair value; 134 companies stated that discounted cash flows were used to estimate fair value; and 157 companies stated that a current available borrowing rate was used to estimate fair value.”

Mesmo não existindo uma única metodologia de cálculo do *fair value* para ativos (e passivos)⁵⁴, o uso desse conceito de mensuração atualmente é tido como o de maior relevância para o mercado, e cada vez mais tem se incorporado no rol das práticas contábeis mais recomendadas⁵⁵. Essa afirmação pode ser corroborada através de vários pronunciamentos normativos internacionais sobre o tratamento contábil de certos ativos e passivos (principalmente ativos e passivos monetários e os referentes a instrumentos financeiros, tais como operações de créditos, operações com derivativos etc.), destacando-se os pronunciamentos do IASB e do FASB.

Além da tendência da normatização internacional, vários artigos de caráter empírico são publicados em revistas internacionais de Contabilidade demonstrando que a adoção do *fair value* como base de valor para certos ativos e passivos, ao invés da adoção do custo histórico como base de valor, possui maior relevância para o mercado no sentido de melhor explicar a relação entre o valor desses ativos (e passivos) e o valor de mercado das ações das entidades controladoras desses ativos (e passivos).

⁵⁴ HENDRIKSEN (1992:496): “O *fair value*, portanto, não é uma base específica de avaliação que possa ser aplicada de maneira generalizada às demonstrações financeiras. Na verdade, trata-se de uma combinação de bases de avaliação ...”. Original: “Fair value, therefore, is not a specific valuation basis that can be applied to financial statements generally. It is, rather, a combination of valuation bases ...”

⁵⁵ O Banco Central do Brasil através das circulares nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e nº 3.068 de 08 de novembro de 2001 estabelecem e consolidam critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos de instituições financeiras (entre outras). Consta nessas circulares que as operações com títulos e valores mobiliários e esses instrumentos financeiros **devem ser avaliadas e registradas pelos seus valores de mercado nos balancetes** mensais. Essas novas regulamentações para procedimento contábil revelam a importância crescente do uso do *fair value* (nesse caso utilizando-se o valor de mercado como *fair value*) para o registro contábil de ativos e passivos, principalmente os de natureza financeira.

Dentre as publicações internacionais mais importantes em que artigos dessa natureza são encontrados destacam-se '*The Accounting Horizons*', '*The Accounting Review*', '*The Journal of Accounting, Auditing & Finance*' entre outras.⁵⁶

Conclui-se que a adoção do *fair value* como base de valor para ativos e passivos é a forma de mensuração mais relevante, no sentido de estar-se buscando o valor econômico de ativos e passivos. Ressalta-se que o valor econômico de um ativo é subjacente aos seus benefícios esperados. Sendo o *fair value* o valor presente desses benefícios, conclui-se que a sua adoção como base de valor tende a maior aproximação do valor econômico.

Quando adota-se o valor corrente de mercado como sendo o *fair value* de determinado ativo (ou passivo), intrinsecamente está-se adotando o valor presente do fluxo de caixa futuro esperado projetado sob a ótica do mercado. Ao se abandonar o valor corrente de mercado e ao se adotar o valor presente do fluxo de caixa futuro esperado como metodologia de cálculo do *fair value*, é porque o valor de mercado pode não representar o efetivo *fair value*, ou por condições de mercado ou por divergências de expectativas futuras.

⁵⁶ Optou-se por não listar exaustivamente os artigos que tratam desses assuntos por serem vários. Adiciona-se a esse fato que os artigos dessas revistas não foram todos lidos integralmente. As conclusões dos artigos mais relevantes para essa dissertação foram lidas para poder-se mencionar os resultados empíricos que atualmente têm sido obtidos. Dentre os artigos visitados destacam-se os seguintes: Nelson, Karen K., Fair Value Accounting for Commercial Banks: An empirical analysis of SFAS n.º. 107, *The Accounting Review*, vol. 71, n.º. 2, April 1996; Barth, Mary E, Fair Value Accounting: Evidence from Investment Securities and the Market Valuation of Banks, *The Accounting Review*, vol. 69, n.º. 1, April 1994; Barth, Mary E, Beaver, William H., Landsman, Wayne R., Value-Relevance of Bank's Fair Value Disclosures under SFAS n.º. 107, *The Accounting Review*, vol. 71, n.º. 4, October 1996; Barth, Mary E; Landsman, Wayne R., Fundamental issues related to using fair value accounting for financial reporting; *Accounting Horizons*, Dec 1995; Vol. 9, Iss. 4; Cornett, Marcia Millon; An investigation of capital market reactions to pronouncements on fair value accounting; *Journal of Accounting & Economics*, Amsterdam; Aug-Dec 1996; Vol. 22, Iss. 1-3; Ryan, Stephen G; Fair Value Disclosures for Investment Securities and Bank Equity: Evidence from SFAS No. 115; *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, Boston; Summer 1999; Vol. 14, Iss. 3.

Caso não haja a possibilidade de se projetar o fluxo de caixa futuro, recomenda-se que sejam utilizados outros valores de saída como estimativas de *fair value*. Na impossibilidade desses, os valores de entrada como estimativa podem ser utilizados, até o limite do custo histórico como base de valor.

(Repare que itens quando negociados em mercados ativos, eficientes, são avaliados pelos seus *fair values*, mas quando comprados (adquiridos) por alguma entidade, passam a ser registrados na entidade adquirente como ativo (ou despesa) avaliado pelo seu custo histórico. Ou seja, imediatamente após a aquisição, o seu valor justo passa a ser o custo histórico. No dia seguinte à aquisição, por exemplo, o custo histórico do item adquirido pode não mais representar o seu valor justo. Um exemplo é o caso recente da falência da Enron (2001): no mês de outubro de 2001 as ações dessa empresa eram negociadas no mercado de ações de Nova York em torno de quarenta dólares. Um dia após a declaração de falência o valor de mercado das ações caiu para menos de um dólar. Se um dia antes da falência alguma entidade tivesse comprado ações dessa empresa, esse ativo ao fim do dia estaria avaliado pelo seu custo histórico, e equivaleria ao seu *fair value*. Mas ao fim do dia subsequente, o custo histórico já não mais representaria o valor justo.)

3.1.3 CONTABILIZAÇÃO DE ATIVOS

Antes de se entrar nos aspectos necessários que um ativo deve possuir para ser passível de registro contábil, os objetivos principais a serem alcançados pelos demonstrativos contábeis elaborados para publicação externa⁵⁷ merecem ser revisitados, para fornecer subsídios para o presente trabalho. A seguir encontram-se em forma de tópicos os mais relevantes objetivos das demonstrações contábeis⁵⁸:

OBJETIVOS GERAIS

- *“Permitir a cada grupo principal de usuários, a avaliação da situação econômica e financeira da entidade, num sentido estático, bem como fazer inferências sobre suas tendências futuras. Em ambas as avaliações, todavia, as demonstrações contábeis constituirão elemento necessário, mas não suficiente.”* (IUDÍCIBUS et al,2000:43)
- *“O principal objetivo da divulgação de informações financeiras é apoiar os acionistas e outros indivíduos na tomada de decisões financeiras, ajudando-os a prever os fluxos de caixa.”*⁵⁹ (HENDRIKSEN,1992:121)
- *“Os objetivos dizem que:*

⁵⁷Dá-se ênfase nos demonstrativos para publicação externa porque esses são elaborados de forma mais ‘amarrada’, pois devem seguir determinadas normas e regras contábeis, ao passo que demonstrativos para uso interno (ou gerenciais) podem ser mais flexíveis quanto às regras usadas para sua elaboração.

⁵⁸A pesquisa foi elaborada com base nos pronunciamentos conceituais do FASB (em específico os pronunciamentos CON1, CON2, CON3, CON4, CON5 e CON6 em FASB (1993) e outras obras.

⁵⁹ Original: “• The main objective of financial reporting is to support shareholders and others in their financial decision by assisting them in predicting cash flows.”

- *A divulgação de informações financeiras deveria proporcionar informações úteis para investidores atuais e potenciais e credores e outros usuários ao tomarem decisões racionais sobre investimento, crédito e assuntos semelhantes. A informação deveria ser compreensível para aqueles que possuem conhecimentos razoáveis das atividades comerciais e econômicas e estão dispostos a analisar a informação com um nível razoável de diligência.*
 - *A divulgação de informações financeiras deveria proporcionar informações para ajudar investidores atuais e potenciais e credores e outros usuários ao avaliar os **montantes, o cronograma e a incerteza de recebimentos futuros de caixa** de dividendos ou juros e os resultados da venda, resgate, ou vencimento de títulos ou empréstimos. Visto que os fluxos de caixa dos investidores e dos credores são relacionados com os fluxos de caixa da empresa, a divulgação de informações financeiras deveria proporcionar informações para ajudar investidores, credores e outros na avaliação dos montantes, do cronograma e da incerteza de entradas líquidas de caixa prospectivas para a empresa relacionada.*
-

- *A divulgação de informações financeiras deveria providenciar informações sobre os recursos econômicos de uma empresa, as reivindicações sobre aqueles recursos ..., e os efeitos de transações, eventos, e circunstâncias que mudam seus recursos e reivindicações sobre esses recursos.”* ⁶⁰ (grifos adicionados)
- As demonstrações contábeis fornecem subsídios para avaliação de desempenho (rentabilidade, lucratividade etc).
- Fornecem parâmetros para observação do desenvolvimento de setores de atividades econômicas.
- Fornecem informações sobre o valor agregado pela entidade⁶¹.

⁶⁰ CON1 – Objectives of Financial Reporting by Business Enterprises, em FASB,1993:1005-6. Original: “The objectives state that: Financial reporting should provide information that is useful to present and potential investors and creditors and other users in making rational investment, credit, and similar decisions. The information should be comprehensive to those who have a reasonable understanding of business and economic activities and are willing to study the information with reasonable diligence. Financial reporting should provide information to help present and potential investors and creditors and other users in assessing the amounts, timing, and uncertainty of prospective cash receipts from dividends or interest and the proceeds from the sale, redemption, or maturity of securities or loans. Since investors’ and creditors’ cash flows are related to enterprise cash flows, financial reporting should provide information to help investors, creditors, and others assess the amounts, timing, and uncertainty of prospective net cash inflows to the related enterprise. Financial reporting should provide information about the economic resources of an enterprise, the claims to those resources ..., and the effects of transactions, events, and circumstances that change its resources and claims to these resources.”

⁶¹ Esse conceito de valor agregado é diferente do conceito de valor econômico. O primeiro está relacionado com a geração e distribuição de riqueza (relacionados ao PIB), e não se refere ao aumento de valor econômico da entidade.

Com o advento da nova tecnologia, alguns novos objetivos das demonstrações contábeis começam a surgir. Pode-se dizer que a contabilidade tradicional, baseada nos custos históricos, é calcada no passado, em eventos que já aconteceram. Os novos objetivos vão na direção oposta, na busca de identificação e evidenciação de elementos patrimoniais (e até mesmo não patrimoniais) que são verdadeiros potenciais de geração de riqueza. Pode-se dizer que os novos objetivos não estão mais relacionados com o passado, mas sim com o futuro, em busca do valor econômico.

UPTON (2001), que foca justamente os novos paradigmas da nova economia e seus reflexos na contabilidade, assim coloca:

“As demonstrações contábeis tradicionais enfocam a capacidade que a entidade tem para realizar valor de ativos e passivos existentes. Proponentes argumentam que, em grande parte, as demonstrações contábeis olham para trás. É necessário um novo paradigma de divulgação de informações financeiras para capturar e relatar sobre a criação de valor da entidade. Este paradigma completaria, ou talvez substituiria as demonstrações contábeis existentes.”⁶²

Portanto são válidas as tentativas de fazer com que a Contabilidade forneça informações relevantes que visam o futuro, a busca do valor econômico. Um dos principais dilemas nesse sentido é justamente o reconhecimento de ativos intangíveis, que, novamente, estão sendo apontados como os verdadeiros ativos das empresas da nova economia.

⁶² Original: “Traditional financial statements focus on the entity’s ability to realize value from existing assets and liabilities. Proponents argue that financial statements are largely backward-looking. A new financial reporting paradigm is needed to capture and report on the entity’s creation of value. This paradigm would supplement, or might replace, existing financial statements.”

ALGUMAS LIMITAÇÕES

- As demonstrações devem fornecer subsídios necessários (e algumas vezes não suficientes) para que decisões econômicas sejam tomadas com base nessas informações.
- As demonstrações contábeis não demonstram o valor da entidade. Demonstram (na grande maioria das vezes) os efeitos patrimoniais decorrentes de transações já ocorridas. Mas esse fato não implica que possam reportar efeitos patrimoniais de transações futuras. *“A maior parte da informação é de natureza histórica, mas os seus usuários podem tentar prever o futuro ou podem usar a informação para confirmar ou rejeitar suas previsões anteriores. ... Usuários da informação precisam avaliar o impacto possível ou provável de fatores que podem causar mudanças e formar suas próprias expectativas sobre o futuro e sua relação com o passado.”*⁶³
- As informações das demonstrações contábeis servem como auxílio na busca do valor econômico da entidade, pois são as bases nas quais os resultados futuros serão obtidos.

⁶³CON 1 Op. cit., em FASB,1993:1011. Original: “The information is largely historical, but those who use it may try to predict the future or may use the information to confirm or reject their previous predictions. ... Users of information need to assess the possible or probable impact of factors that may cause change and form their own expectations about the future and its relation to the past.”

- *“Uma demonstração da posição financeira não pretende demonstrar o valor de uma empresa mas, junto com outras demonstrações contábeis e outras informações, **deveria providenciar informações úteis para aqueles que desejam fazer suas próprias estimativas do valor da empresa**. Aquelas estimativas fazem parte da análise financeira, não da divulgação de informações financeiras, mas a contabilidade financeira ajuda à análise financeira.”⁶⁴(grifos adicionados)*

Para este trabalho, o mais relevante é que as demonstrações contábeis fornecem subsídios para que os usuários (tanto internos com externos, principalmente) possam estimar o valor econômico da entidade. É nesse sentido de evidenciação de informações com caráter econômico que se inclui o tema central da dissertação.

Mais recentemente UPTON resume em quatro itens o que acha mais relevante na evidenciação de informações com caráter não financeiro para o atual mercado:

- “1. Informação não financeira expressa em números que podem ser entendidos e podem ser traçados de um período para outro.*
- 2. Agrupamento das medidas em uma única apresentação de tal maneira que os usuários não precisam procurar em vários lugares para achá-las.*
- 3. Proporcionar medidas feitas sob encomenda para os diferentes ramos de atividade em uma entidade diversificada (talvez na mesma base das divulgações existentes de segmentos de uma empresa)*

⁶⁴ CON5, Op.cit., em FASB,1993:1083. Original: “A statement of financial position does not purport to show the value of a business enterprise but, together with other financial statements and other information, should provide information that is useful to those who desire to make their own estimates of the enterprise’s value. Those estimates are part of financial analysis, not of financial reporting, but financial accounting aids financial analysis”

4. *Organização das medidas em categorias que dão compreensão de diferentes perspectivas sobre o negócio da empresa*" (UPTON, 2001:57) ⁶⁵

Embora não comentados até este ponto, percebe-se que os objetivos das demonstrações contábeis não são necessariamente relacionados com os princípios de contabilidade geralmente aceitos⁶⁶. Os objetivos existem independente da existência dos princípios, estes que por sua vez, em alguns casos, acabam na prática por limitar os objetivos apresentados⁶⁷. O FASB reconhece essas limitações práticas:

*"O Board reconhece que, sob certos aspectos, princípios contábeis geralmente aceitos atuais podem não ser consistentes com aqueles que podem resultar dos objetivos e conceitos expostos ..."*⁶⁸

⁶⁵ Original: "1. Expressing non financial information in numbers that are understandable and can be tracked from period to period. 2. Grouping the metrics into a single presentation so that users need not to search several places to find them. 3. In a diversified entity, providing metrics tailored to the different business activities (perhaps on the same basis as existing disclosures of business segments) 4. Organizing the metrics into categories that provide insight into different perspectives on the business enterprise."

⁶⁶ A expressão 'Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos' é adotada para se fazer referência às práticas contábeis no Brasil (conforme IBRACON), nos EUA (conforme US GAAP) e conforme o IASB. O termo 'geralmente' foi escolhido em detrimento do termo 'fundamentais' pelo fato de que os procedimentos contábeis podem (e são) alterados no decorrer do tempo, no sentido de inferir à Contabilidade melhores práticas, tornando-a cada vez mais relevante para seus usuários (principalmente usuários externos à entidade).

⁶⁷ Os princípios fundamentais de contabilidade, em termos bem simples, servem como regras 'uniformes' a serem seguidas na prática para elaboração das demonstrações contábeis para divulgação externa à entidade, para que essas demonstrações de diferentes entidades possam ser entendidas numa única linguagem contábil, para que possa haver parâmetros de comparabilidade entre eles.

⁶⁸ CON 1 Op. cit., em FASB (1993:1007). Original: "The Board recognizes that in certain respects current generally accepted accounting principles may be inconsistent with those that may derive from the objectives and concepts set forth ..."

(A praticabilidade da elaboração e divulgação da informação contábil acaba algumas vezes por tomar o lugar da utilidade informacional da contabilidade. Para cada oportunidade em que há possibilidade desse quadro ser revertido (fazer com que o fornecimento de informações mais úteis, relevantes e confiáveis seja mais 'forte' do que as condições práticas existentes para elaboração dos demonstrativos contábeis), esforço é merecido e válido, pois tanto os usuários externos quanto os internos da contabilidade serão os mais diretamente beneficiados. É nesse sentido que a presente dissertação foi elaborada: dar subsídios para a contabilidade no sentido de aumentar o seu poder informacional, mesmo sabendo que a utilidade da informação contábil seja relativa de usuário para usuário.)

O balanço patrimonial pode ser encarado como uma demonstração contábil estática em uma determinada data, onde os ativos e passivos de uma entidade são apresentados. Também se pode encarar os componentes ativos do balanço patrimonial como sendo os estoques de benefícios futuros, e os componentes passivos como direitos contra os ativos.

Na prática atual contábil, em geral, somente os ativos adquiridos por custo são registrados, e pelos seus valores de custo originais. Existem certos ativos que mesmo existentes não são contabilizados pelo fato de não ter havido atribuição direta de custo a eles (assim como intangíveis gerados internamente na entidade e que não foram objeto de aquisição de terceiros).

Para que os ativos sejam reconhecidos contabilmente, em relatórios elaborados para publicação externa à entidade, devem ser enquadrados nos aspectos a seguir comentados.

Ressalta-se que cada país possui legislação e/ou normatização contábil específicas, o que pode resultar na prática da elaboração das demonstrações contábeis em tratamentos diferenciados para os mesmos elementos patrimoniais. Os conceitos trabalhados nessa dissertação são fundamentalmente aqueles derivados da Teoria da Contabilidade, o que tenderia à harmonização dos tratamentos contábeis. Eventuais diferenças entre a teoria e a prática, tanto em termos da normatização contábil adotada nos Estados Unidos (*US GAAP*), quanto em termos da harmonização contábil preconizada pelo IASB e em termos da prática adotada no Brasil, são comentadas oportunamente no decorrer do trabalho.

Para que ativos sejam passíveis de registro contábil, devem antes de tudo ser enquadrados nos critérios de reconhecimento contábil, assim como devem possuir classificação contábil específica.

CRITÉRIOS DE RECONHECIMENTO CONTÁBIL

(Observação: preferiu-se utilizar os “Critérios de Reconhecimento Contábil” emanados pelo FASB e amplamente discutidos por HENDRIKSEN por ser conceitualmente abrangente. Na “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade”⁶⁹ brasileira e na normatização nacional não são encontrados de forma genérica os ‘critérios’ para reconhecimento contábil de ativos e passivos. Nela, os ativos e passivos que são adotados na prática contábil brasileira são discutidos especificamente. Portanto preferiu-se a discussão ampla em detrimento da particular.)

*“Reconhecimento é o processo que consiste em incorporar **formalmente** um item nas demonstrações contábeis de uma entidade como um ativo, passivo, receita, despesa ou coisas parecidas. Um item reconhecido é representado tanto em palavras quanto em números, com o montante incluso nos totais da demonstração. O reconhecimento compreende tanto o reconhecimento inicial de um item quanto o reconhecimento de mudanças subseqüentes em ou a remoção de um item anteriormente reconhecido.”⁷⁰ (grifos adicionados)*

⁶⁹ A “Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade” no Brasil foi aprovada e referendada pela Comissão de Valores Mobiliários através da Deliberação CVM n.º 29 de 05 de fevereiro de 1986, conforme termos da legislação societária (Lei 6.504/76), e pode ser encontrada em IBRACON (1992).

⁷⁰ CON5, Op. cit., §58, em FASB (1993: 1097). Original: “Recognition is the process of formally incorporating an item into the financial statements of an entity as an asset, liability, revenue, expense, or the like. A recognized item is depicted in both words and numbers, with the amount included in the statement totals. Recognition comprehends both initial recognition of an item and recognition of subsequent changes in or removal of a previously recognized item.”

O grifo da citação anterior denota mais uma vez que os critérios a serem discutidos referem-se àqueles que são adotados na elaboração de demonstrações contábeis para divulgação externa. Por isso o uso da expressão ‘formalmente’, pois como já mencionado, os relatórios gerenciais (ou de uso interno) podem ter como parâmetros de elaboração outros conceitos, iguais ou diferentes daqueles utilizados para elaboração e publicação das demonstrações contábeis.

Para que um ativo (e também passivo) seja passível de registro contábil ele deve preencher todos os quatro “Critérios de Reconhecimento Contábil”. E quando os elementos preencherem os quatro requisitos de reconhecimento, devem ser registrados e divulgados contabilmente.

Os quatro critérios fundamentais para reconhecimento contábil de ativos e passivos são:

Enquadramento na Definição:

Todos os elementos passíveis de contabilização devem ser primeiramente enquadrados nas respectivas definições (ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas, ganhos, despesas e perdas).

Um elemento para ser passível de registro contábil como ativo deve portanto ser caracterizável como ativo, conforme as suas definições anteriormente discutidas. Mas somente o seu enquadramento na definição de ativo não é suficiente para que tal elemento seja contabilizado.

Possibilidade de Mensuração:

O ativo deve possuir atributos relevantes que sejam capazes de ser avaliados, ou seja, a tais atributos devem ser associadas expressões monetárias. E a avaliação dos atributos (atribuição das expressões monetárias) deve ser feita sempre de forma confiável.⁷¹

A característica de mensurabilidade do ativo deve ser analisada em conjunto com as características de relevância e confiabilidade.

Geralmente a forma de avaliação mais utilizada é a identificação dos custos históricos de formação ou aquisição para os atributos do ativo. Mas outras formas de avaliação podem ser aplicadas aos ativos, conforme suas características mais relevantes.

*“Itens atualmente demonstrados nas demonstrações contábeis são mensurados através de diferentes atributos (por exemplo, custo histórico, custo corrente [de reposição], valor de mercado atual, valor líquido de realização, e **valor presente de fluxos de caixa futuros**), dependendo da natureza do item e da relevância e confiabilidade do atributo mensurado.”⁷² (grifos adicionados)*

⁷¹ Essa expressão não tem o sentido da avaliação ser precisa, exata, mas sim envolve outras características que minimizam o risco de erro.

⁷² CON5, Op. cit, em FASB (1993:1084). Original: “Items currently reported in the financial statements are measured by different attributes (for example, historical cost, current [replacement] cost, current market value, net realizable value, and present value of future cash flows), depending on the nature of the item and the relevance and reliability of the attribute measured.”

Com a possibilidade de avaliação de ativos sob diversas maneiras distintas, o balanço patrimonial acaba por apresentar ativos e passivos mensurados de diferentes formas, de forma que a demonstração não seja uniforme quanto aos critérios de mensuração de cada ativo e passivo⁷³.

No Brasil até fins de 1995, havia a obrigatoriedade de elaboração de publicação das demonstrações contábeis com seus elementos avaliados pelo custo histórico corrigido, tornando suas expressões monetárias totalmente comparáveis, pois eram sempre colocadas na mesma moeda (de capacidade aquisitiva constante).

Um elemento classificável como ativo e possuindo seu valor calculável com razoável confiabilidade ainda não o torna passível de contabilização. Outros dois requisitos devem ser preenchidos.

Relevância:

A **informação** contábil do elemento passível de contabilização deve ser tal que tenha influência nas decisões dos usuários contábeis. Ou seja, a informação deve ser relevante o suficiente para que seja considerada pelos usuários da contabilidade. Em outras palavras, a informação sobre o ativo deve 'fazer diferença' para os usuários em suas decisões.

⁷³Se pudessem ser atribuídas cores para cada tipo de avaliação sofrida por cada elemento patrimonial, o balanço não seria visto como uma fotografia (posição estática) antiga, em preto e branco. Mas sim poderia ser visto como uma palheta de um artista, contendo as mais variadas cores e tonalidades.

Esse assunto de relevância pode se tornar complexo, por cada usuário necessitar diferentes tipos de informação. O que é relevante para um pode não ser para outro. Mas a relevância é discutida no sentido de poder confirmar ou alterar expectativas sobre a entidade (ou parcela dela).

“A informação é relevante se o nível de incerteza sobre o resultado de uma decisão que já foi tomada é confirmado ou alterado pela informação nova; não precisa mudar a decisão.”⁷⁴

Um tipo de questão pode exemplificar a expressão relevância: um ativo teria um poder informacional mais relevante se ao invés de ser avaliado pelo seu custo histórico passar a ser avaliado pelo seu valor presente líquido? Ou seja, somente a alteração da forma de mensuração dos atributos de um ativo pode produzir informações mais relevantes?

Cabe enfatizar que o que está sendo atribuído como relevante é a informação contábil, e não o valor do ativo em si. Esse aspecto é mais cabível em discussões sobre o conceito de materialidade.

Uma informação contábil sobre um elemento patrimonial para ser relevante deve possuir valor de *feedback* ou valor preditivo, ou ambos. Ou seja, a informação deve confirmar, corrigir ou alterar expectativas, no sentido de reduzir as incertezas sobre os resultados passado e futuro.

⁷⁴ CON2, Op. cit., §49, em FASB (1993:1035). Original: “Information is relevant if the degree of uncertainty about the result of a decision that already has been made is confirmed or altered by the new information; it need not alter the decision.”

Então para um elemento ser registrado contabilmente como ativo ele deve primeiro se enquadrar na definição de ativo, seus atributos devem ser passíveis de mensuração e a informação sobre a sua evidenciação deve ser relevante para os usuários contábeis. Mas além desses três requisitos, o ativo também deve possuir a característica de ser confiável.

Confiabilidade:

“A qualidade da informação que garante que a informação seja razoavelmente livre de erro e viés e represente fielmente o que visa representar.”(HENDRIKSEN,1992:137) ⁷⁵

As informações referentes ao ativo contabilizável devem possuir caráter de representação fidedigna, devem ser verificáveis e neutras. Ou seja, a informação contábil deve possuir rastros ou pistas identificáveis, de forma que outras entidades possam chegar à mesma informação divulgada. Os atributos utilizados para a elaboração da informação contábil devem ser livres de viés, livres de erros, devem possuir seus parâmetros de risco o mais diminuto possível.

⁷⁵ Original: “The quality of information that assures that information is reasonably free from error and bias and faithfully represents what it purports to represent ”

Decorre da confiabilidade que uma informação contábil não seja divulgada no momento em que o evento econômico ocorre, mas seja divulgada somente quando existirem condições que permitam que a informação seja efetivamente confiável. Isso pode causar um certo descompasso temporal entre a ocorrência de um evento econômico e a correta evidenciação de seus reflexos nos elementos patrimoniais da entidade. Esse aspecto deve ser analisado junto com a relevância, pois o decorrer do tempo pode tornar a informação contábil irrelevante.

Portanto um elemento para ser passível de registro e divulgação contábil deve ser no mínimo enquadrável nas definições de ativo, deve possuir seus atributos mensuráveis, a sua informação contábil deve fazer diferença para os usuários, além de ser necessariamente confiável.

Derivam desses quatro conceitos de reconhecimento contábil de ativos alguns aspectos que merecem destaque:

1. Um ativo pode efetivamente ser um ativo, mas pode ser que não possa ser reconhecido contabilmente, principalmente por causa da sua não mensurabilidade com devida confiabilidade (o que ocorre muito com os ativos intangíveis, como será visto adiante em tópico próprio).
 2. Alguns eventos que afetam os ativos podem não ser reconhecidos nas demonstrações contábeis quando ocorrem, podendo até nunca ser reconhecidos.
-

3. Os critérios de mensuração embutem sempre aspectos subjetivos, principalmente quanto à relevância e à confiabilidade.

3.2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE ATIVOS INTANGÍVEIS

*“Os ativos intangíveis formam uma das áreas mais complexas da teoria da contabilidade, parte em virtude das dificuldades de definição, mas principalmente por causa das **incertezas a respeito da mensuração de seus valores** e da estimação de suas vidas úteis.”* (HENDRIKSEN, 1992:632) ⁷⁶ (grifos adicionados)

Por causa da dificuldade inerente aos ativos intangíveis, esse capítulo merece destaque especial, por discutir os aspectos mais relevantes desses ativos, tanto os utilizados nas suas definições como os adotados para mensuração de seus atributos.

⁷⁶ Original: “Intangible assets present one of the more difficult areas in accounting theory, partly because of difficulties of definition, but mainly because of the uncertainties regarding the measurement of their values and the estimation of their useful lives.”

A existência de natureza física para um ativo não é requisito necessário para que um elemento seja um ativo. Conforme suas definições e conceitos, a presença corpórea é indiferente ao ativo. Quando se discutiu a definição de ativo como potencial de prováveis fluxos de benefícios futuros, abstraiu-se de um objeto real, palpável, para imaginar-se o ativo como um agente que proporciona a obtenção de prováveis benefícios futuros, sendo o valor econômico desse ativo representado pela capitalização desses fluxos futuros, ou o valor de custo representado por capitalizações de gastos incorridos, mas cujos benefícios ainda não foram obtidos. Portanto, nada impede que um ativo não tenha forma física.

Entretanto, ativos sem forma física, para serem ativos reconhecidos contabilmente, devem ser enquadrados nas definições de ativos antes comentadas. Além disso, são necessários alguns cuidados especiais ao reconhecê-los contabilmente.

MOST (1982; pg. 378), tratando de ativos intangíveis, coloca que:

“Visto que as contas contêm somente valores e não objetos físicos, referir-se a algumas como ativos intangíveis não implica em tangibilidade literal mas figurativa.”⁷⁷

Essa citação encontra-se perfeitamente em linha com o comentado anteriormente, que ativos não são os objetos físicos, mas sim a representação dos benefícios econômicos esperados de um agente. E tal agente não é necessariamente físico, tangível. Pode ser algo incorpóreo.

⁷⁷ Original: “Since accounts contain only values and not physical objects, reference to some as intangible assets does not imply literal tangibility but figurative.”

Ainda sobre conceitos de ativos intangíveis e suas principais características, alguns conceitos adicionais merecem ser destacados e comentados.

Tomando por base teórica principalmente⁷⁸ a obra de HENDRIKSEN, outras considerações podem ser feitas. Segundo HENDRIKSEN (1992; pg. 361), a natureza dos ativos intangíveis consiste em:

*“Ativos intangíveis são ativos que carecem de substância. Como tais, esses ativos devem ser reconhecidos sempre que preenchem os requisitos de reconhecimento de todo e qualquer ativo, ou seja, devem atender à definição de um ativo, devem ser mensuráveis e devem ser relevantes e precisos.”*⁷⁹ (grifos adicionados)

Conforme já mencionado, os ativos intangíveis devem atender a todas as condições requeridas para registro de um ativo. É interessante e importante diferenciar os intangíveis da linguagem comum dos intangíveis no sentido contábil. Existem ativos que são por natureza intangíveis, mas que na contabilidade não são assim tratados (Exemplos: contas a receber, despesas antecipadas, créditos diferidos, várias outras despesas diferidas no ativo etc.).

⁷⁸Dentre os autores pesquisados, HENDRIKSEN é o que apresenta conceitos mais profundos e atuais sobre ativos intangíveis, tanto em relação à sua natureza quanto à sua mensuração. Quando necessário outros autores são também citados para corroborar ou evidenciar outros aspectos não abrangidos por HENDRIKSEN ou para demonstrar outros aspectos diferenciados.

⁷⁹ Original: “Intangible are assets that lack substance. As such, should be recognized whenever they satisfy the criteria for recognizing all assets, that is, they should meet the definition of an asset, they should be measurable, and they should be relevant and reliable.”

Para evitar confusões e interpretações incorretas, tenta-se convencionar contabilmente que os ativos intangíveis (contábeis) são limitados a ativos de capital, isto é, ativos não circulantes. (*“Contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo-a a ativos permanentes, ou seja, ativos não correntes.”* (HENDRIKSEN, 1992, pg. 633)⁸⁰).

Assim são excluídos do circulante todos os créditos fiscais diferidos e outros que só estejam no não circulante por questão de prazo e não de sua essência e intenção de uso. Porém, pode haver casos específicos onde ativos intangíveis são classificados como itens correntes, conforme a sua intenção de uso (por exemplo, se uma empresa tem como atividade a compra e venda de patentes, que são ativos intangíveis por sua natureza, tais ativos são classificáveis como circulantes ou não circulantes, conforme a intenção de uso dos mesmos). Da mesma forma podem ser citadas, como exemplo, as despesas antecipadas (mais comuns os aluguéis e seguros pagos antecipadamente) cujo benefício é esperado de ser obtido no prazo máximo de um ano a partir da data do balanço, e que são sempre contabilizadas como ativos circulantes.

⁸⁰ Original: “Accountants have sought to tighten the definition of intangibles by limiting them to capital assets, that is, to assets that are noncurrent.”

A classificação de ativos intangíveis como itens não correntes geralmente decorre da natureza do ativo, que normalmente é de longo prazo. Ressalta-se novamente que o tratamento como não circulantes é uma tentativa de convenção, e não uma regra geral aplicável aos intangíveis. Contabilmente, o mais correto é a classificação desses ativos como quaisquer outros ativos, tendo em vista os prazos de realização esperados ou prazos da intenção de uso do mesmo.

Sendo assim, geralmente os ativos intangíveis tratados pela contabilidade são ativos de longo prazo, não circulantes. Isto significa que os benefícios dos ativos intangíveis são esperados a ocorrer num prazo mais longo que (normalmente) um ano, ou maior que o ciclo operacional da entidade que controla o ativo.

Grande parte dos ativos intangíveis contabilizáveis decorrem de gastos já incorridos, mas cujos respectivos benefícios ainda não ocorreram. Sob esse ponto de vista, os gastos ficam 'estocados' no ativo até o momento em que as respectivas receitas são reconhecidas, para então haver o confronto das despesas (consumo dos gastos estocados no ativo) com as receitas. Esse é o tipo mais comum de ativos intangíveis de longo prazo encontrados nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se que os atributos dos intangíveis com essas características anteriormente mencionadas não são avaliados pelos seus valores econômicos, mas sim pelos seus custos históricos incorridos. Exemplos (não exaustivos) de intangíveis com essas características são: custo de patentes, o ativo diferido brasileiro⁸¹, gastos capitalizados com pesquisa e desenvolvimento⁸², gastos incorridos com direitos autorais, custos de atividades pré-operacionais, custos de filmes etc.

⁸¹Com referência ao grupo contábil Ativo Diferido constante na legislação contábil brasileira.

⁸²O FASB não admite a capitalização desses custos sob a forma de ativos (somente em alguns casos muito específicos), mas pode-se encontrar esse ativo em demonstrações contábeis de outros países.

3.2.1 CONTABILIZAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

*“Um **ativo intangível** é um ativo identificável sem substância física, mantido para ser usado na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, para ser alugado para outros, ou para finalidades administrativas.” (IASC,2001:1082) ⁸³*

A simples existência do ativo intangível, assim como para qualquer ativo, não é suficiente para que ele seja reconhecido contabilmente. Sendo um dos elementos do balanço patrimonial mais difícil de ser tratado, e mensurado, deve ser muito bem caracterizado, assim como deve ser mensurado objetivamente (na medida em que a subjetividade inerente aos ativos seja minimizada, ou seja tratada de forma consciente e responsável).

A terceira citação do capítulo sobre intangíveis coloca que um dos requisitos para o reconhecimento contábil de um ativo intangível é que ele seja mensurável. Da mesma forma, conforme citação KAM sobre ativos, o valor de um ativo deve ser mensurável de forma não abusadamente subjetiva, e também não abusadamente arbitrária. Caso isso não seja possível, o ativo não deve (e não consegue) ser reconhecido, pois qualquer tomada de decisão com base nesse ativo poderá ter sérias implicações negativas futuras.

⁸³ Original: “An intangible asset is an identifiable asset without physical substance held for use in the production or supply of goods or services, for rental to others, or for administrative purposes.”

HENDRIKSEN é enfático quanto ao reconhecimento dos ativos intangíveis, atrelando-os fortemente aos quatro critérios de registro contábil já mencionados (1- atender às definições de ativo, 2- dever ser mensurável, 3- a informação sobre o ativo deve ser relevante e 4- a informação sobre o ativo deve ser confiável), tanto que é colocado por ele explicitamente que *“Ativos devem ser reconhecidos somente quando satisfazem os quatro critérios acima apresentados.”*(HENDRIKSEN; 1992; pg. 635)⁸⁴.

O primeiro dos critérios colocados (atendimento às definições de ativo) é óbvio, e não será comentado novamente. Os comentários sobre esse tópico são os mesmos feitos sobre ativos em geral (item *“Critérios de Reconhecimento Contábil”* da pág. 74).

O segundo (mensurabilidade) é fortemente atrelado ao quarto (precisão), pois além do ativo intangível ter que ser mensurável, a informação sobre o seu valor deve ser razoavelmente precisa⁸⁵ e confiável, de forma que possa ser corroborada por terceiros que não sejam da própria entidade que o controla, desde que disponham das mesmas informações que suportaram o cálculo do valor. Isso garante que o valor atribuído ao ativo não seja arbitrário e nem extremamente subjetivo, diminuindo possibilidades de usos indevidos com ativos intangíveis.

⁸⁴ Original: “Assets should be recognized only when they meet the four criteria presented above.”

⁸⁵ A precisão, no sentido de exatidão do valor do ativo, refere-se à diminuição dos efeitos negativos inerentes à subjetividade dos ativos. Ou seja, a precisão é quando essa subjetividade é diminuída o quanto for possível. Também pode-se mais facilmente associar o sentido de erro e vieses na avaliação do ativo como aspectos relacionados à confiabilidade da informação.

O terceiro critério (informação relevante) também já foi comentado no item “*Critérios de Reconhecimento Contábil*” da pág. 74; os aspectos lá discutidos são válidos também para os ativos intangíveis. Reenfatizando, se a informação sobre o ativo intangível não for relevante o seu registro também não tem impacto relevante nas decisões tomadas pelos usuários da informação contábil com base nas demonstrações contábeis elaboradas tanto para publicação externa quanto para uso interno gerencialmente.

UPTON quando discute ativos intangíveis relata que pesquisa realizada no *The Intangibles Center at New York University* fornece duas possíveis definições:

“Definição Ampla – *Ativos intangíveis são fontes não físicas de prováveis benefícios econômicos futuros para uma entidade ou alternativamente todos os elementos de uma empresa que existem além de ativos monetários e tangíveis.*

Definição Restrita – *Ativos intangíveis são fontes não físicas de prováveis benefícios econômicos futuros para uma entidade que foram adquiridas por meio de uma troca ou foram desenvolvidos internamente com base em custos identificáveis, têm vida limitada, possuem valor de mercado em separado da entidade, e são possuídos ou controlados pela entidade.” (UPTON,2001:68)*⁸⁶

⁸⁶ Original: “**Broad Definition** - Intangible assets are nonphysical sources of probable future economic benefits to an entity or alternatively all the elements of a business enterprise that exist in addition to monetary and tangible assets. **Narrow Definition** – Intangibles are nonphysical sources of probable future economic benefits to an entity that have been acquired in an exchange or developed internally from identifiable costs, have a finite life, have market value apart from the entity, and are owned or controlled by the entity.”

Outras Características dos Ativos Intangíveis

Além desses quatro critérios necessários para reconhecimento contábil dos intangíveis⁸⁷, existem outras características que os ativos intangíveis **podem** possuir para reconhecimento contábil. O argumento usado por HENDRIKSEN e por outros autores para justificar essas outras características é que ativos intangíveis são diferenciados dos outros ativos tangíveis justamente por **normalmente** apresentarem certas características.

Conforme relata HENDRIKSEN (1992; pg. 635):

*“[...] alguns alegam argumentam que os intangíveis possuem diversas características específicas que os distinguem de ativos tangíveis, e que exigem que os intangíveis sejam tratados diferentemente dos tangíveis. Três dessas supostas características distintivas seriam a inexistência de usos alternativos, a falta de separabilidade e a maior incerteza quanto à recuperação.”*⁸⁸ (grifos adicionados)

É de se reparar que o autor relata que ‘*alguns alegam*’ ‘*supostas*’ características distintivas, o que implica que os intangíveis **podem** apresentar tais características, mas que não são todas presentes ao mesmo tempo. Por este motivo, se um ativo intangível não apresentar todas as características a serem comentadas adiante, não significa necessariamente que ele não seja um ativo intangível reconhecível contabilmente. Mas pelo fato da maioria dos intangíveis apresentar tais características, a discussão é válida.

⁸⁷As expressões *intangíveis* e *ativos intangíveis* são usadas com o mesmo sentido no trabalho.

⁸⁸Original: “[...] some claim that intangibles have several particular characteristics that distinguish them from tangible assets and that demand that intangibles be treated differently from tangibles. Three of these supposed distinguishing characteristics are said to be no alternative use, lack of separability and great uncertainty of recoverability.”

A primeira característica comentada é a de que um ativo intangível geralmente não possui uso alternativo. Essa característica é decorrente da comparação que se faz dos intangíveis com ativos tangíveis, sendo que os últimos ainda podem ter algum benefício para a entidade que os controla, se dispostos de formas economicamente diferenciadas. Isto é, os tangíveis possuem valor econômico independente de como sejam utilizados e independente do estado físico em que se encontram (mesmo que o valor econômico seja irrisório, ou de sucata).

Já grande parte dos intangíveis, pelo fato da argumentação de que eles podem representar o desenvolvimento de processos de produção exclusivos, ou a proteção da superioridade de marketing, ou outras características semelhantes (tais como proteção de mercado etc.), podem não ter uso alternativo se transferidos para outras entidades ou atividades econômicas. Entretanto, tal argumentação é falha para alguns intangíveis, como algumas marcas, alguns processos, que se transferidos para outras entidades, possuem valor intrínseco. Talvez por essa característica não ser amplamente abrangente para os intangíveis que o IAS 38 (IASB, 2001) nem chega a mencioná-la.

A segunda característica a ser comentada é a falta de separabilidade. Alguns autores alegam que os ativos intangíveis não podem ser separados da empresa ou das propriedades físicas da empresa, pois somente possuem valor econômico e utilidade se usados em combinação com ativos tangíveis da entidade.

Alguns outros intangíveis, por causa da inseparabilidade são considerados representantes de benefícios residuais, pois somente depois de todos os ativos tangíveis terem sido identificados separadamente os ativos intangíveis aparecem. (Essa característica é mais detalhada no tópico do “*Conceitos e Definições de Goodwill*” da pág. 112, pois esse sim é um ativo intangível residual).

Essa característica em especial pode ser extremamente contestada, pois existem vários casos em que os ativos intangíveis podem ser identificados em separado, assim como existem ativos intangíveis que podem ser vendidos separadamente. É evidente que alguns ativos intangíveis são identificáveis objetivamente, assim como marcas e patentes registradas e avaliados pelos seus respectivos custos históricos. Mas existem outros que não são tão objetivamente identificáveis, sendo o exemplo mais comum o *goodwill*.

A terceira e última característica é a da incerteza quanto aos benefícios futuros esperados dos ativos intangíveis. Talvez essa seja uma das características mais delicadas a ser discutida. Da mesma forma que os ativos em geral, os intangíveis representam elementos de obtenção de benefícios futuros, mas tais benefícios são muitas vezes na prática difíceis de ser associados às receitas específicas esperadas (e até às realizadas) e a períodos específicos.

Nos Estados Unidos os gastos com pesquisa e desenvolvimento não podem ser considerados como ativos intangíveis (conforme US GAAP). Esse fato decorre da dificuldade de se associar receitas futuras com os gastos. Se por acaso acontecer que um (ou mais) produto(s) objeto de pesquisa e desenvolvimento acabe por não ser lançado no mercado, ou provado que não tenha utilidade para a entidade, então o ativo contabilizado (avaliado pelos gastos incorridos nesse processo de pesquisa e desenvolvimento) não representaria nenhum benefício futuro, tendo que ser baixado imediatamente. Isso traria alta volatilidade dos resultados contábeis. Esse é um dos motivos pelos quais os gastos com pesquisa e desenvolvimento não são tratados como ativos nesse país.

A incerteza quanto à obtenção dos benefícios futuros decorrentes de alguns intangíveis é muito grande, e conforme os critérios de reconhecimento de ativos intangíveis, o reconhecimento contábil não é permitido.

Por outro lado, com o desenvolvimento de ferramentas estatísticas e dos computadores, atualmente existem processos aplicáveis através dos quais pode-se ter uma certeza razoável dos benefícios futuros, traduzindo-se na esperança matemática dos benefícios futuros.

Novamente, essa característica não é inerente a todos os intangíveis, podendo ser ‘quebrada’. No caso prático (decorrente do tema central dessa dissertação) (“*Exemplo prático*” da pág. 246) tal característica é posta abaixo, pois prova-se que pode-se estimar os benefícios que são esperados de um determinado ativo intangível, e que pode-se também associá-los a determinadas receitas e a períodos específicos.

As características mencionadas são todas contestáveis por não serem características sempre presentes nos intangíveis, mas sim características normalmente, geralmente observáveis nos intangíveis. Decorre desse fato que a definição de ativos intangíveis do IASB parte justamente da sua identificabilidade, e não de outras características dos intangíveis. O IAS 38 define intangível como:

*“Um ativo intangível é um ativo identificável não monetário sem substância física, mantido para ser usado na produção ou no fornecimento de bens ou serviços, para ser alugado para outros, ou para finalidades administrativas.”*⁸⁹

Além dessa definição, o IAS 38 requer que um ativo seja reconhecido contabilmente somente se for provável que os benefícios econômicos futuros que são atribuídos ao intangível fluam para a empresa, e também que o custo do intangível seja mensurado precisamente.

⁸⁹ IAS 38, *Intangible Assets*, Junho/1998, parágrafo 2 em IASC, 2001. Original: “An intangible asset is an identifiable non-monetary asset without physical substance held for use in the production or supply of goods or services, for rental to others, or for administrative purposes.”

Ainda faltam duas considerações para complementar as características dos ativos intangíveis. A primeira trata-se da vida útil do intangível, e conseqüentemente da sua amortização. A segunda refere-se à forma de constituição (mensuração) do intangível.

3.2.2 VIDA ÚTIL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Quanto à vida útil econômica, dependendo do tipo de intangível ela pode ou não ser determinável. A determinação da vida útil econômica de um ativo intangível tem o mesmo significado que a vida útil econômica de um ativo tangível qualquer. O IAS 38 (1998; par. 7) define vida útil como:

“Vida útil é ou: (a) o período de tempo ao longo do qual espera-se que um ativo seja usado pela empresa; ou (b) o número de unidades de produção ou semelhantes esperado de ser obtido do ativo pela empresa.”⁹⁰

Dessa forma, determinada a vida útil de um ativo, este deve ser amortizado sistematicamente através do período durante o qual contribui para a obtenção de benefícios econômicos pela empresa que o controla. Vale lembrar que tais benefícios tanto podem ser sob a forma de entrada de dinheiro ou equivalentes de caixa, quanto sob a forma de redução de saídas de caixa ou equivalentes (quando determináveis de forma objetiva). O ativo (quando avaliado por custo histórico, ou outra forma diferente de seu valor presente líquido) deve ser amortizado durante a sua vida útil, de forma que o seu custo seja confrontado com as respectivas receitas.

⁹⁰ Original: “Useful life is either: (a) the period of time over which an asset is expected to be used by the enterprise; or (b) the number of production or similar units expected to be obtained from the asset by the enterprise.”

HENDRIKSEN associa a vida útil de um intangível à depreciação amplamente conhecida:

“Tal como no caso da depreciação, o ritmo de amortização de intangíveis é considerado geralmente apropriado caso seja relacionado às contribuições esperadas à receita ou aos fluxos de benefícios.”⁹¹

Ou seja, conceitualmente o ativo intangível, quando identificado e mensurado por custo, deve ser amortizado de forma proporcional às receitas que serão obtidas com o uso desse ativo, se o ativo tiver vida útil econômica limitada. E o período em que tais receitas serão obtidas é o que define a vida útil do ativo.

Para alguns intangíveis, tais como algumas marcas registradas, patentes e outros direitos, a vida útil é mais objetiva de ser determinada, pois esses ativos apresentam vida útil determinada legalmente ou contratualmente⁹². Entretanto para outros ativos intangíveis (tais como *goodwill*) a vida útil é praticamente indeterminável ou possui vida útil econômica não limitada. Isso pode implicar que a amortização desses ativos pode resultar em uma forma arbitrária, o que faz com que o resultado (lucro ou prejuízo) seja também afetado de forma arbitrária.

⁹¹ Original: “Like depreciation, the pattern of amortization of intangibles is generally thought to be appropriate if it is related to the expected associated revenue contributions or benefits pattern.”

⁹² Mas por outro lado, se algum intangível apresentar vida útil econômica menor que a legal, a vida útil econômica é que deve ser o parâmetro utilizado para amortização do intangível.

O importante nessa discussão é que a vida útil de um ativo intangível, se determinável, deve ser calculada de forma razoavelmente precisa.

Pela própria característica de difícil determinação das vidas úteis dos intangíveis, quando forem determinadas, devem passar por revisões periódicas para que não deixem de ser baixados quando perderem seu significado econômico.

O IASB considera que vários fatores podem influenciar na determinação da vida útil econômica de um ativo intangível, e relaciona alguns desses fatores, a saber:

“(a) o uso esperado do ativo pela empresa e se o ativo poderia ser administrado eficientemente por outra equipe gerencial; (b) ciclos de vida típicos do produto para o ativo e informação pública sobre estimativas de vidas úteis de tipos semelhantes de ativos usados de maneira semelhante; (c) obsolescência técnica, tecnológica ou de outro tipo; (d) a estabilidade da indústria em que o ativo opera e mudanças na demanda do mercado pela produção dos produtos ou serviços do ativo;

(e) ações esperadas de concorrentes ou concorrentes potenciais; (f) o nível de gastos com manutenção necessário para obter o benefício econômico futuro esperado do ativo e a capacidade e intenção da empresa para alcançar tal nível; (g) o período de controle sobre o ativo e limites legais ou semelhantes ao uso do ativo, tais como as datas de vencimento ou arrendamentos relacionados; e (h) se a vida útil do ativo depende da vida útil de outros ativos da empresa.”⁹³

Ainda sobre a vida útil de ativos intangíveis o SFAS 142 introduziu na normatização contábil dos Estados Unidos novos conceitos. Mesmo que sendo esse aspecto seja detalhado no item sobre “*Conceitos e Definições de Goodwill*” à pág. 112, valem aqui alguns breves comentários a respeito.

Podem existir alguns ativos que possuem suas vidas úteis não determináveis porque a cada período a entidade faz esforços para que o valor econômico do ativo seja cada vez mais aumentado. Em outras palavras, alguns intangíveis são objeto (mesmo que de forma inconsciente por parte da administração da entidade) de aumento do potencial de obtenção de benefícios futuros.

⁹³ IAS 38, §80 em IASC (2001:1101). Original: “(a) the expected usage of the asset by the enterprise and whether the asset could be efficiently managed by another management team; (b) typical product life cycles for the asset and public information on estimates of useful lives of similar types of assets that are used in a similar way; (c) technical, technological or other types of obsolescence; (d) the stability of the industry in which the asset operates and changes in the market demand for the products or services output from the asset; (e) expected actions by competitors or potential competitors; (f) the level of maintenance expenditures required to obtain the expected future economic benefit from the asset and the company’s ability and intent to reach such level; (g) the period of control over the asset and legal or similar limits on the use of the asset, such as the expiry dates or related leases; and (h) whether the useful life of the asset is dependent on the useful life of other assets of the enterprise.”

Pode-se exemplificar através de uma marca ou nome de fantasia de alguma empresa. Num período t_0 a empresa incorre em gastos com a publicidade da marca da empresa. Nesse período espera-se que a publicidade da marca traga receitas até, digamos, o fim do período t_3 , e trata esses gastos como um ativo intangível. No período t_2 a empresa obtém as receitas esperadas, e percebe que a marca efetivamente está sendo reconhecida no mercado, e que esse fato pode efetivamente potencializar outras vendas futuras, que vão além do fim do período t_3 .

O que aconteceu na realidade é que por algum motivo o ativo intangível teve a sua vida econômica aumentada, e portanto a amortização do custo do ativo contabilizado ao fim do período t_3 não faz sentido. O intangível teve seu valor econômico aumentado, e a amortização do seu custo perdeu significado econômico.

Quando esse tipo de fato acontece, o tratamento contábil e econômico mais correto é ao final de cada período (ou após alguns fatos econômicos específicos) verificar-se se os benefícios futuros esperados do intangível serão suficientes para fazer face à recuperação do custo contabilizado.

Em outras palavras, ao invés de se amortizar o intangível em períodos determinados (muitas vezes completamente arbitrários), procede-se o teste de recuperabilidade do custo do ativo. Caso haja indicações de queda do potencial de benefícios futuros, então o custo do ativo intangível deve ser ajustado de tal forma que o seu custo seja pelo menos 'igualado' às receitas futuras esperadas. Tal procedimento é conhecido mundialmente como *impairment test*.

Esse novo procedimento elimina a possibilidade de estimação arbitrária da vida útil dos intangíveis, resultando em informações econômicas mais relevantes, quando comparado com o atual procedimento de amortização de intangíveis (ao longo da vida útil estimada).

Esse novo procedimento vai diretamente de encontro com uma das finalidades da informação contábil, a relevância.

Interpretando-se o IASB a respeito de intangíveis que possuem vida útil indeterminável (vida útil regenerável), percebe-se que esse aspecto está refletido em alguns casos específicos:

*“85. Se o controle sobre os benefícios econômicos futuros de um ativo intangível for conseguido por meio de direitos legais que foram concedidos por um período finito, a vida útil do ativo intangível não deveria exceder o período dos direitos legais **a não ser que:***

(a) os direitos legais forem renováveis; e

(b) a renovação estiver quase garantida. ...

87. Os seguintes fatores, entre outros, indicam que a renovação de um direito legal está quase garantida:

- (a) o fair value do ativo intangível não diminui ao longo da aproximação da data de vencimento inicial, ou não diminui em mais do que o custo da renovação do direito subjacente;
- (b) existe evidência (possivelmente baseada em experiência passada) de que os direitos legais serão renovados; e
- (c) existe evidência de que as condições necessárias para obter a renovação do direito legal (caso existam) serão atendidas.⁹⁴ (grifos adicionados)

Além da possibilidade do recálculo da vida útil do intangível o IAS 38 alcança os efeitos da alteração na vida útil econômica nas parcelas de amortização do ativo:

*“94. O período de amortização e o método de amortização deveriam ser reconsiderados pelo menos a cada exercício financeiro. Se existe diferença significativa entre a vida útil esperada do ativo e estimativas anteriores, o período de amortização deveria ser alterado de acordo. Se tiver acontecido uma mudança significativa no ritmo esperado de benefícios econômicos do ativo, o método de amortização deveria ser alterado para refletir o ritmo alterado .”*⁹⁵

(Esse assunto é tratado com maior profundidade no tópico específico “*Conceitos e Definições de Goodwill*” à pág. 112.)

⁹⁴ IASC, IAS 38, §87, em IASC(2001:1103). Original: “85. If control over the future economic benefits from an intangible asset is achieved through legal rights that have been granted for a finite period, the useful life of the intangible asset should not exceed the period of the legal rights unless: (a) the legal rights are renewable; and (b) renewal is virtually certain. ... 87. The following factors, among others, indicate that renewal of a legal right is virtually certain: (a) the fair value of the intangible asset does not reduce as the initial expiry date approaches, or does not reduce by more than that the cost of renewing the underlying right; (b) there is evidence (possibly based on past experience) that the legal rights will be renewed; and (c) there is evidence that the conditions necessary to obtain the renewal of the legal right (if any) will be satisfied.”

⁹⁵ IASC, IAS 38, §94, IASC(2001:1105). Original: “94. The amortization period and the amortization method should be reviewed at least at each financial year. If the expected useful life of the asset is significantly different from previous estimates, the amortization period should be changed accordingly. If there has been a significant change in expected pattern of economic benefits from the asset, the amortization method should be changed to reflect the changed pattern.”

3.2.3 MENSURAÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

O último aspecto a ser comentado acerca dos ativos intangíveis é sobre a sua forma de constituição. Podem ser tanto gerados internamente quanto adquiridos de terceiros. Quanto aos gerados internamente, normalmente são difíceis de serem reconhecidos contabilmente, pois é difícil de se determinar o momento em que o ativo começa a gerar benefícios, e também é difícil de se determinar o seu custo (ou valor) de forma precisa. Os casos mais comuns (mas também muito questionáveis) em que tais ativos são gerados internamente, identificados, mensurados e reconhecidos contabilmente, são os constituídos em fases de pesquisa e desenvolvimento.⁹⁶

Normalmente os ativos intangíveis são reconhecidos apenas quando adquiridos de terceiros. Isso pode ocorrer quando determinados ativos são negociados em separado ou através da aquisição de um grupo de ativos, normalmente uma entidade como um todo, representada por uma coleção de ativos, ou por parcela dessa entidade.

⁹⁶Neste trabalho não são aprofundados os conceitos de despesas com P&D diferidas (que também são gastos passíveis de classificação como ativos intangíveis, quando atendem às características requeridas de ativos).

Em pesquisas⁹⁷ feitas no mercado norte-americano, há vários indícios de que certos ativos intangíveis não reconhecidos contabilmente são reconhecidos como ativos pelo mercado de capitais⁹⁸. Isto é, os valores de mercado de ações de determinadas empresas refletem o valor dos intangíveis não reconhecidos pela contabilidade tradicional. Isso ocorre particularmente para gastos com pesquisa e desenvolvimento que são lançados como despesas. A empresa incorre em gastos com pesquisa e desenvolvimento de produtos ou processos que irão beneficiar a empresa em períodos seguintes, mas por determinação do FASB, SEC, e outros órgãos normatizadores, tais gastos são lançados como despesas. Esse procedimento tende a distorcer o resultado contábil, de forma a apresentar resultados menores nos períodos em que os gastos são lançados como despesas e resultados maiores em períodos futuros.

Entretanto, quando o mercado tem informação sobre tais procedimentos, as pesquisas indicam que ele percebe que tais gastos (lançados para o resultado das empresas como despesas) na verdade são gastos que irão beneficiar períodos futuros, e portanto os considera como ativos intangíveis, cuja amortização é feita no período em que tais gastos irão beneficiar a empresa.

Ou seja, o mercado absorve a informação, dando tratamento econômico a ela, sob a forma de valorização ou desvalorização de suas ações.

⁹⁷A menção de tais pesquisas e seus resultados pode ser constatada em BOATSMAN et al. (1998).

⁹⁸Sob a hipótese de mercados eficientes, o tratamento contábil dado a esses custos não faz diferença, desde que seja evidenciado o montante de caixa empregado, e que haja claras expectativas (ou não) de obtenção de benefícios futuros. O que pode afetar o valor econômico de uma entidade por tratamentos contábeis diferenciados é quando tais tratamentos têm impacto nos fluxos de caixa da entidade, geralmente fluxo de imposto de renda e de dividendos.

Essas pesquisas indicam que a contabilidade pode fornecer informações de caráter economicamente mais relevante, ao ponto em que os ativos intangíveis, principalmente os gerados internamente, sejam reconhecidos dentro dos critérios apresentados. Tal posição é enfatizada por BOATSMAN (1998; pg. 314):

“Os critérios para reconhecimento no E60⁹⁹ resultariam no reconhecimento como ativos intangíveis de alguns dos itens que foram demonstrados que contribuem para o fortalecimento do valor. Alguns custos de desenvolvimento seriam qualificados para reconhecimento. Em algumas circunstâncias, a aquisição de clientes e outros custos semelhantes poderiam qualificar-se também. Conforme isso, o Committee considera que a exigência de capitalização de intangíveis gerados internamente que satisfaçam aos critérios de reconhecimento é uma melhoria dos padrões atuais.”

¹⁰⁰ (grifos adicionados)

Portanto, os atributos dos ativos intangíveis são possíveis de serem mensurados conforme as diversas maneiras (já comentadas no tópico “*Mensuração de ativos*” da pág. 42). Para algumas delas a aplicabilidade prática fica prejudicada.

⁹⁹ Nota do autor: E60 é o nome dado ao Exposure Draft nº60 do IASC (*Intangible Assets*), que resultou no pronunciamento final IAS 38.

¹⁰⁰ Original: “The recognition criteria in E60 would result in recognition as intangible assets of some of the items that have been shown to contribute to firm value. Some development costs would qualify for recognition. In some circumstances, customer acquisition and other similar costs might also qualify. Accordingly, the Committee view that requirement to capitalize internally generated intangibles that satisfy the recognition criteria as an improvement over current standards.”

Geralmente os intangíveis são avaliados pelos seus custos de formação ou aquisição. Certos intangíveis possuem mercados organizados e eficientes, de forma que a eles podem ser atribuídos os seus *fair values*. Quanto à avaliação econômica dos atributos de um intangível, quando este não possui mercado eficiente, pode-se usar o critério do valor presente para a determinação de seu valor econômico.

A avaliação do intangível pelo seu valor presente líquido é de caráter fundamental, pois representa a verdadeira essência econômica do ativo, ao invés de representar custos acumulados à espera de receitas para futuros confrontos. Quando se utiliza o valor presente líquido, está-se antecipando todos os potenciais de benefícios futuros, dando a esse valor um caráter informacional mais relevante do que o seu custo histórico.

A contabilização de intangíveis pelos seus valores presentes líquidos representaria um aumento do poder econômico da informação contábil.

IUDÍCIBUS ^(1998:7-8) comenta de forma concisa as características principais dos ativos intangíveis:

“Ativos intangíveis são os bens capacitados a contribuir para a geração de benefícios econômicos em vários períodos futuros, mas que não têm existência física, como por exemplo: patentes, marcas, direitos autorais, goodwill, etc.

De forma geral, o intangível refere-se a direitos de longo prazo, desenvolvimento de vantagens competitivas ou aquisição de negócios entre empresas.

Os ativos intangíveis diferem consideravelmente entre si, em suas características, na vida útil e no relacionamento com as operações da empresa. Podendo (sic) ser classificados quanto a:

- a) Identificabilidade: patentes, direitos autorais, franquias e outros ativos similares que podem ser identificados com a descrição de seus nomes. Alguns tipos de ativos não têm identificações específicas, sendo o exemplo mais comum o goodwill.
 - b) Forma de aquisição: podem ser desenvolvidos internamente ou adquiridos. Se forem adquiridos podem ser de forma individual, em grupo ou através de combinações de negócios (business combination).
 - c) Determinação de sua vida útil: patentes, direitos autorais e franquias são exemplos de intangíveis com vida útil determinada por lei ou por contrato. Outros ativos intangíveis, como os custos organizacionais, processos secretos e o goodwill, não têm termos legais ou contratuais para o estabelecimento de existência, portanto, a expectativa dos períodos a serem beneficiados pode ser indeterminada quando da aquisição desses ativos.
 - d) Transferência: patentes, direitos autorais, franquias e outros intangíveis identificados separáveis, que podem ser vendidos. Os custos de organização e o goodwill não podem ser separados da empresa como um todo, sendo, portanto, intransferíveis isoladamente.”
-

A mensuração dos ativos intangíveis é difícil de ser feita quando os ativos não são identificados em separado. Quando identificáveis e separáveis, há maiores possibilidades de que a mensuração seja feita de maneira objetiva e precisa. Uma transação de compra e venda¹⁰¹ é um evento econômico que pode gerar objetividade na alocação de preços, inclusive ao intangível. E sob essa condição o ativo é registrado. Quando o ativo intangível é gerado internamente, geralmente não existe o registro contábil do ativo. Os procedimentos de mensuração objetiva e precisa podem ser prejudicados quando o ativo intangível é desenvolvido internamente.

Quando adquiridos de terceiros pode-se atribuir valor objetivo, validado por uma transação em algum mercado específico.

Normalmente os intangíveis apresentam problemas na estimativa da vida útil econômica (questionam-se as variáveis a serem consideradas na determinação da vida útil). As estimativas das parcelas de amortização são em função da esperança de realização dos benefícios futuros. Alterações de expectativas futuras podem alterar os valores a serem amortizados. O teste de recuperabilidade de custos é um tratamento alternativo mais racional do que a amortização do custo de um intangível ao longo de uma vida útil determinada arbitrariamente.

¹⁰¹Em condições normais de Mercado.

Ao se mensurar o intangível objetivamente e precisamente pela entidade, pode-se imputar a eles os seus *fair values*. Esse valor pode ser determinado com base no mercado ou por estimativas através do uso do desconto a valor presente do fluxo de caixa esperado do ativo intangível, conforme discutido no item “*Fair Value (Valor Justo)*” à pág. 57.

(Corroborando o grande potencial de geração de riqueza representado pelos ativos intangíveis e a importância desses ativos no contexto atual da economia mundial, atualmente (Jan/02) existe documento público do FASB, denominado *Proposal for a New Agenda - Disclosure of Information About Intangible Assets Not Recognized in Financial Statements* que convida teóricos e praticantes da contabilidade para a discussão da possibilidade de evidenciação de informações sobre ativos intangíveis gerados internamente que não são alvos de alocação de parcela de preços de aquisição. A seguir encontram-se traduzidas partes do documento consideradas interessantes para o presente trabalho:

“Proposta para um Novo Projeto de Agenda

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

*Esta Proposta discute um projeto proposto pela FASB para estabelecer padrões para **melhorar a divulgação de informação sobre ativos intangíveis que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis.** ...*

DESCRIÇÃO DO PROJETO PROPOSTO

*... Os principais objetivos do projeto seriam a disponibilização de **novas informações para investidores e credores e a melhoria da qualidade da informação atualmente providenciada** — informação vital para decisões ponderadas sobre investimentos e a alocação de recursos de crédito. Um objetivo secundário do projeto seria um primeiro passo em direção ao que possa tornar-se uma **evolução para o reconhecimento nas demonstrações contábeis de uma entidade de ativos intangíveis gerados internamente.***

O bojo desta Proposta discute o problema a ser enfrentado, o escopo do projeto, os assuntos que teriam de ser resolvidos, **como a prática poderia mudar**, e os critérios da agenda da FASB. Acaba com uma solicitação de comentários e várias perguntas para eleitores.

O PROBLEMA

.... **Outros sugerem que a importância de intangíveis é a característica eminente da nova economia, que ativos intangíveis são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando adquiridos de outros, e que os normatizadores contábeis deveriam exigir informações sobre ativos intangíveis gerados internamente.** Este projeto proposto responderia àquelas sugestões.

.... **Divulgações sobre intangíveis não reconhecidos potencialmente permitiriam que os investidores fizessem uma comparação mais completa.** ...

O ESCOPO

... Este projeto potencial da FASB sobre a divulgação de intangíveis aceitaria uma daquelas sugestões, para lidar com o formato e o conteúdo da divulgação sobre ativos intangíveis não reconhecidos.

Isto pode ser o primeiro passo de uma evolução para o reconhecimento de alguns ativos intangíveis gerados internamente, ou o projeto de divulgação poderia ser empreendido sem qualquer presunção sobre um eventual reconhecimento. De qualquer maneira, estimularia as empresas para identificar ativos intangíveis e outros direcionadores de valor e para juntar algumas informações sobre intangíveis que não tinham sido capturadas anteriormente nos sistemas gerenciais de divulgação.

Também permitiria que os normatizadores contábeis refinassem a definição de um ativo intangível e, mais importante, providenciaria informações adicionais para que os investidores, credores e outros usuários de demonstrações contábeis avaliassem os ativos intangíveis de uma entidade.)¹⁰²(grifos adicionados)

Portanto percebe-se o vulto que os ativos intangíveis estão tomando na economia atual. E a contabilidade ainda está aquém do desejado, no que tange à evidenciação desses ativos intangíveis.)

UPTON (2001:ii). quando trata das necessidades de informação relevante demandadas por usuários da nova economia, lista logo no início de seu artigo três características essenciais:

- “*. Mais divulgação de informação não financeira*
- . Mais informação prospectiva*
- . Mais informação sobre ativos intangíveis.”*¹⁰³

¹⁰² Original: “Proposal for a New Agenda Project DISCLOSURE OF INFORMATION ABOUT INTANGIBLE ASSETS NOT RECOGNIZED IN FINANCIAL STATEMENTS This Proposal discusses a proposed FASB project to establish standards for improving disclosure of information about intangible assets that are not recognized in financial statements. ... DESCRIPTION OF THE PROPOSED PROJECT ... The principal goals of the project would be to make new information available to investors and creditors and to improve the quality of information currently being provided—information vital to well-reasoned investment and credit resource allocation decisions. A secondary goal of the project would be to take a first step in what might become an evolution toward recognition in an entity’s financial statements of internally generated intangible assets. The balance of this Proposal discusses the problem to be addressed, the scope of the project, the issues that would have to be resolved, how practice might change, and the FASB agenda criteria. It concludes with a request for comments and several questions for constituents. THE PROBLEM Others suggest that the importance of intangibles is the distinguishing feature of the new economy, that intangible assets are recognized in financial statements only when acquired from others, and that accounting standard setters should require information about internally generated intangible assets. This proposed project would respond to those suggestions. Disclosures about unrecognized intangible would potentially allow investors to make a more complete comparison. ... THE SCOPE ... This potential FASB project on disclosure about intangibles would take on one of those suggestions, to address the format and content of disclosure about unrecognized intangible assets. That might be a first step in an evolution toward recognition of some internally generated intangible assets, or the disclosure project might be undertaken without any presumption about eventual recognition. Either way, it would stimulate companies to identify intangible assets and other value drivers and to collect some information about intangibles not previously captured in management reporting systems. It would also allow standard setters to refine the definition of an intangible asset and, most importantly, would provide investors, creditors, and other users of financial reports with additional information to assess an entity’s intangible assets.”

¹⁰³ Original: “• More disclosure of non financial information • More forward-looking information • More information about intangible assets.”

Aos ativos intangíveis UPTON (2001:2) dedica boa parte do artigo, principalmente discutindo as características dos gerados internamente. Busca-se elementos suficientes para inicialmente tentar-se fechar a diferença entre o valor de mercado e o contábil, sendo que o valor de capitalização de mercado de uma entidade pode ser decomposto da seguinte forma:

1.	Valor contábil	<u>\$ XXX</u>
2.	$\pm$ Avaliação do mercado sobre diferenças entre as medidas contábeis e o valor subjacente de ativos e passivos reconhecidos	<u>XXX</u>
3.	$\pm$ Avaliação do mercado sobre o valor subjacente de itens que estão de acordo com a definição de ativos e passivos mas que não são reconhecidos nas demonstrações contábeis (por exemplo, patentes desenvolvidas através de pesquisa e desenvolvimento internos)	<u>XXX</u>
4.	$\pm$ Avaliação do mercado sobre direcionadores de valor ou fatores de deterioração do valor do intangível que não estão de acordo com a definição de ativos e passivos (por exemplo, o moral dos empregados)	<u>XXX</u>
5.	$\pm$ Avaliação do mercado sobre os planos futuros da entidade, oportunidades e riscos do negócio	<u>XXX</u>
6.	$\pm$ Outros fatores, incluindo exagero, pessimismo, e psicologia do mercado	<u>XXX</u>
7.	Capitalização do mercado	<u>\$ XXXX</u>

...

A importância de ativos intangíveis é a característica distintiva da nova economia. De modo geral, as demonstrações contábeis existentes reconhecem esses ativos somente quando adquiridos de outros. Normatizadores contábeis deveriam desenvolver uma base para o reconhecimento e a mensuração de ativos intangíveis gerados internamente.”¹⁰⁴

¹⁰⁴ Original: “The importance of intangible assets is the distinguishing feature of the new economy. By and large, existing financial statements recognize those assets only when they are acquired from others. Accounting standard setters should develop a basis for the recognition and measurement of internally generated intangible assets.”

3.3 CONCEITOS E DEFINIÇÕES DE *GOODWILL*

“O ‘Goodwill’ tem sido motivo de estudos, debates, artigos, livros, legislação, concordâncias e divergências desde há muitos anos. As citações e referências a ele datam de séculos atrás, mas a primeira condensação do seu significado e o primeiro trabalho sistemático tendo-o como tema central parecem ter existido em 1891.”

(MARTINS,2001:122)

Em concordância com a citação anterior, discorrer sobre *goodwill* é uma tarefa árdua, que envolve vários assuntos diferenciados, e até mesmo conflitantes. É um assunto relativamente antigo, mas que até os dias de hoje continua sendo muito debatido. Por causa das características da economia atual, o *goodwill* voltou a ser tema relevante tanto no meio acadêmico quanto no mercado de capitais. Se muitas de suas características ainda são motivos de grandes discussões, ainda maiores são aquelas quanto à sua avaliação e contabilização.

Esse tópico discute as possíveis conceituações e as principais características do ativo intangível denominado *goodwill*, assim como os critérios de avaliação e contabilização desse ativo.

“O goodwill de uma empresa comercial é um conceito que a maioria das pessoas parece entender, mas muitas vezes é difícil conseguir determinar um montante exato de dólares para o goodwill. As várias definições do goodwill geralmente incluem referências a um ‘valor’ extra ligado a uma empresa que se situa ou acima do valor líquido do ativo tangível ou acima de uma taxa regular de lucros para o tipo de negócio envolvido. Esse valor extra existe por causa de uma base estabelecida de clientes ou fluxo de clientes que foi desenvolvido durante a vida da empresa.” (FENTON, Van ALST e ISAACS; 1991; pg. 602) ¹⁰⁵

Pela citação anterior pode-se verificar que essa definição de *goodwill* pode confundir-se com a sua mensuração, mas não necessariamente isso é verdade. Ao *goodwill* são atribuídas diversas propriedades ‘subjetivas’, assim como manutenção da clientela, capacidade da administração conseguir empréstimos com taxas de juros mais favoráveis que as de mercado, detenção de ‘segredos’ de produção, e outros. COLLEY e VOLKAN (1988) listam de forma não exaustiva em seu artigo alguns elementos que podem¹⁰⁶ formar o *goodwill*, a saber:

a) Lista de clientes; b) Custos organizacionais; c) Custos de desenvolvimento; d) Marcas de comércio, marcas de fantasia (marcas em geral); e) Processos e fórmulas secretas; f) Patentes (quando não registradas por seu custo) g) Direitos autorais; h) Licenças; i) Direitos de franquias; j) Poder de ganhos superiores entre outros.

¹⁰⁵ Original: “Goodwill of a business enterprise is a concept most people seem to understand, yet the placement of an exact dollar amount on goodwill is often difficult to accomplish. The various definitions of goodwill usually include references to an extra ‘value’ attached to an enterprise that is either above the net tangible asset value or above a regular rate of earnings for the type of business involved. This extra value exists because of an established client base or customer flow that has been developed during the life of the enterprise.”

¹⁰⁶ Utiliza-se o verbo poder por tais elementos não serem sempre os caracterizadores do *goodwill*.

Esse tópico sobre *goodwill* inicialmente discorre sobre as principais características do *goodwill* (e seus eventuais componentes) para depois discorrer sobre as suas formas de mensuração e sobre a sua contabilização. Em alguns pontos as características se misturam com a mensuração.

Percebe-se que o *goodwill* pode ser representado por um conjunto de atributos que vão desde os mais triviais, como custos organizacionais até os mais subjetivos, tais como lista de clientes.

A definição do IRS¹⁰⁷, mesmo imperfeita e não abrangente, pode auxiliar no entendimento dos vários conceitos que envolvem o *goodwill*. Conforme IRS e casos sobre *goodwill* em cortes norte-americanas, definições legais de *goodwill* compreendem em *"nada mais que a probabilidade de que os antigos clientes voltarão ao velho lugar sem obrigação contratual. [...] a soma total daquelas qualidades imponderáveis que atraem a clientela de um negócio, - que faz com que um negócio seja freqüentado."*¹⁰⁸

¹⁰⁷ Internal Revenue Service, ou seja, a Receita Federal Norte Americana.

¹⁰⁸ Original: "nothing more than the probability that the old customers will resort to the old place without contractual compulsion. [...] the total sum of those imponderable qualities which attract the custom of a business, - what brings patronage to the business."

Pelo sentido legal citado anteriormente, *goodwill* é visto como o poder de atrair e manter clientes, freguesia, sem que tal atração e manutenção sejam forçadas por contratos. Envolve várias características subjetivas (tais como bom relacionamento entre vendedor e comprador, conforto oferecido pela entidade etc.), e algumas objetivas (melhores preços, produtos de alta qualidade, produtos diferenciados, boa localização geográfica da entidade etc.) que fazem com que os clientes sejam fiéis à entidade, proporcionando um fluxo constante de compras. Constitui algo que foi desenvolvido (e que está sempre em desenvolvimento) dentro da entidade, mas que é difícil de ser identificado e apontado objetivamente.

O *goodwill* sob esse ponto de vista representa habilidades e capacidades da entidade e de elementos de variadas naturezas que a compõem, passando por habilidades comerciais, manufactureiras, de marketing, dos funcionários da entidade, dos administradores da entidade, da localização geográfica da entidade e suas unidades, e várias outras.

O *goodwill*, antes de comentários adicionais, é um ativo, um ativo intangível. De uma forma ou de outra esse ativo intangível deve ajudar a empresa que o controla a auferir benefícios futuros. Os benefícios decorrentes do *goodwill* podem se apresentar de diversas maneiras, sendo que as principais são comentadas neste tópico.

O *goodwill* é um exemplo clássico de ativo intangível que não possui uso alternativo, isto é, ele é intransferível de uma entidade para outra, e somente proporciona benefícios para a empresa que o controla quando ‘usado’ com outros ativos, tanto tangíveis como outros intangíveis.

“O principal exemplo de um intangível que não possui usos alternativos, não é separável, e cujos benefícios são muito incertos, é o goodwill.” (HENDRIKSEN, 1992:637) ¹⁰⁹

Pelas características do *goodwill* ser um ativo residual, não há a possibilidade de aproveitar-se de seus benefícios de forma isolada. A atribuição de valor específico ao *goodwill* não implica que esse ativo possa ser isolado na entidade, de forma que sozinho, sem a cumplicidade de outros ativos, possa implicar em benefícios para a entidade que o controla.

Ou seja, o *goodwill* é inseparável de outros ativos, não identificável em separado dos outros ativos. O *goodwill* de uma determinada empresa possui essência econômica somente quando utilizado em conjunto com outros ativos, por isso não pode ser isolado separadamente dos outros ativos e, por exemplo, transferido ou vendido para outra entidade.

“Goodwill representa vantagens que não são especificamente identificáveis.” (HENDRIKSEN, 1992:637) ¹¹⁰

¹⁰⁹ Original: “The major example of an intangible that lacks alternatives uses, is not separable, and whose benefits are highly uncertain, is goodwill.”

¹¹⁰ Original: “Goodwill represents advantages that are not specifically identifiable.”

Principalmente por causa dessas características do *goodwill* (falta de usos alternativos e falta de separabilidade) ele se apresenta como item relativamente complexo para ser definido, para ser mensurado (principalmente quando não adquirido de terceiros) e para ser reconhecido contabilmente, quando não objeto de transação entre partes. Isso gera grandes discórdias entre os contadores (em termos mundiais) sobre como ele deve ser tratado, se ele efetivamente é ativo, e como (e se) deve ser contabilizado e/ou amortizado.

HENDRIKSEN (1992:637) é enfático quanto à discórdia: *“Em termos mais gerais, dadas a falta de usos alternativos para o goodwill, sua falta de separabilidade e a incerteza associada a seus benefícios, pode-se razoavelmente questionar se deve sequer ser reconhecido.”*¹¹¹

Outra característica importante do *goodwill* é a capacidade da entidade de auferir taxas de retorno superiores às de mercado (ou às de seu mercado em específico).

Conceitualmente isso ocorre quando os lucros obtidos são tais que remuneram os custos operacionais da entidade, remuneram o custo do capital de terceiros e **excedem** a remuneração do custo do capital próprio. Em outras palavras, as taxas superiores de retorno estão relacionadas às capacidades de geração de valor econômico¹¹².

¹¹¹ Original: “More generally, given the lack of alternative uses for goodwill, its lack of separability, and the uncertainty attaching to its benefits, one can reasonably question whether it should be recognized at all.”

¹¹² Não entra-se no mérito da discussão de valor econômico com base no EVA® e MVA®, mas vale mencionar que as taxas superiores de rentabilidade estão relacionados à geração positiva de EVA em um determinado período.

Quando uma entidade possui tais características, e quando um preço é pago para sua aquisição, ao *goodwill* (sob certas circunstâncias) pode ser atribuída a característica dos ‘super-lucros’.

“Mantém-se firme a ... opinião de que o goodwill representa uma capacidade superior de gerar receita. Um valor é pago em excesso ao valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos ... porque lucros em excesso em relação ao retorno normal destes ativos líquidos são antecipados.”(COLLEY,1988:35) ¹¹³

Esses super-lucros, quando analisados um pouco mais profundamente, podem ser decorrentes das características anteriormente atribuídas ao *goodwill*. Essas características quando utilizadas de forma agregada podem resultar, em termos financeiros, justamente na obtenção de taxas de rentabilidade que sejam suficientes para remunerar o capital de financiamento da entidade, ou em termos econômicos, acabam por adicionar valor à entidade.

Por causa desses fatos pode-se perceber a complexidade que o *goodwill* envolve. Pode-se resumir (não exaustivamente) em alguns itens os motivos principais (decorrentes da complexidade do *goodwill*) que possivelmente são as causas das discórdias de tratamento para o *goodwill* adquirido (e muito mais para o não adquirido):

¹¹³ Original: “The ... view holds that goodwill represents an above earnings capacity. A price is paid in excess of the market value of net assets acquired ... because profits in excess of a normal return on these net assets are anticipated.”

- i. A identificação em separado dos benefícios a serem produzidos pelo *goodwill* é muito difícil, pois geralmente decorre de sinergias entre a entidade adquirida e a adquirente;
 - ii. Decorre do item anterior a estimativa da vida útil econômica do *goodwill*. Da mesma maneira que os fluxos futuros específicos do *goodwill* são de difícil determinação, a vida útil econômica, que seria o período temporal de incorrência dos benefícios esperados, também fica prejudicada.
 - iii. Numa aquisição de uma empresa as premissas utilizadas para a determinação do valor a ser pago na transação são de conhecimento único da administração da compradora. Esse fato pode implicar em problemas quanto à validade econômica do valor pago, pois se outras entidades (e principalmente o mercado de capitais) tiverem premissas diferentes, muito possivelmente o valor estimado, para a empresa comprada, por essas outras entidades (e pelo mercado de capitais) pode ser diferente. Se no caso o consenso extra-entidade adquirente for de que o valor pago foi muito alto, a resposta num mercado eficiente de capitais pode ser a queda imediata dos preços das ações da entidade adquirente (expectativas futuras de destruição de riqueza da entidade adquirente).
-

- iv. Esses e outros motivos podem implicar no não reconhecimento contábil do *goodwill* (não capitalização de parcela do valor de aquisição), lançando-o diretamente contra o patrimônio da entidade adquirente.
- v. Outros efeitos, tais como alterações de índices de retorno de ativos e de estrutura de capital das entidades adquirentes¹¹⁴, também podem implicar em tendências de tratamentos contábeis diferenciados do *goodwill* entre diferentes entidades e países.

3.3.1 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DO *GOODWILL*

*“O dimensionamento do goodwill permite a conciliação entre os valores global e dos itens individuais do patrimônio de uma entidade. Essa característica é tida como muito importante no que se refere à **identificação das expectativas de geração de riqueza**. Talvez, essa seja a informação mais desejada hoje pelos proprietários, gestores e usuários externos das demonstrações contábeis (principalmente investidores).”* (MARTINS,2000:129) (grifos adicionados)

¹¹⁴Aspectos abordados em COLLEY (1988).

A incerteza em relação aos benefícios decorrentes do *goodwill* também faz parte das características do *goodwill*. Geralmente os benefícios futuros associados ao *goodwill* são mais difíceis de serem identificados, tornando-os mais nebulosos do que os benefícios associados a outros ativos, principalmente aos ativos tangíveis. Isso leva ao fato de que o *goodwill* normalmente é precificado em conjunto com outros ativos, e quase nunca em separado. E normalmente num cálculo residual.¹¹⁵

Isto significa que ao *goodwill* pode ser atribuído valor, mas nunca este ativo pode ser precificado para venda em separado. Alguém já ouviu falar em mercado de *goodwill*?

Ressalta-se nesse ponto que o *goodwill* de uma entidade pode existir, mas somente quando essa entidade é adquirida, valor é atribuído a ele, assim como registro contábil. Esses aspectos são tratados mais especificamente no item referente à contabilização do *goodwill* (“*Contabilização do Goodwill*” da pág. 136).

Para fins de maior didática e simplificação, trata-se a seguir do *goodwill* que ‘surge’ depois de uma aquisição de ativos, principalmente depois da aquisição de uma empresa por outra. Após isso, são dados outros conceitos mais abrangentes, de forma a se chegar ao *goodwill* não adquirido.

¹¹⁵Um exemplo simples: o valor econômico total de uma entidade é de \$\$100, e a soma dos valores justos de todos os ativos líquidos identificados é de \$\$90. Portanto, tratando-se o *goodwill* como resíduo, e o valor atribuído a ele é de \$\$10 (\$\$100 - \$\$90).

Atualmente pode-se abordar o *goodwill* adquirido sob duas perspectivas.¹¹⁶ A primeira, intitulada de *top-down*, ou de cima para baixo, aborda um investimento como um ativo total, sendo que vários sub-ativos o compõem, e dentre eles o *goodwill*. (“O ativo maior é separado em suas partes constituintes e, depois que os diferentes ativos líquidos identificáveis são registrados, o resto é atribuído ao *goodwill*. Conseqüentemente, *goodwill* é o que ‘sobra’ [...]”)

(JOHNSON e PETRONE, 1998, :294) ¹¹⁷

Essa abordagem contempla o conceito de que a alguns intangíveis são atribuídas características de ativos residuais, principalmente em se tratando de suas mensurações. E também enseja que o *goodwill* é parte de um todo. Em outras palavras, o *goodwill* é um dos ativos componentes do ‘ativo entidade’ como um todo, se a entidade for vista como um único ativo.

A segunda abordagem, denominada de *bottom-up*, ou de baixo para cima, é mais relacionada aos componentes do *goodwill*, ou seja, à própria natureza do *goodwill*. JOHNSON e PETRONE (1998) listam seis elementos que tendem a ser confundidos com o *goodwill*, mas dos quais somente dois são efetivamente *goodwill*. No escopo do presente trabalho quatro dos possíveis componentes listados merecem destaque, principalmente para deixar-se claro o que não é *goodwill*:

¹¹⁶Tais abordagens foram apresentadas por JOHNSON e PETRONE (1998).

¹¹⁷ Original: “The larger asset is broken down into its constituent parts and after the various identifiable net assets acquired are recorded, the remainder is assigned to goodwill. As such, goodwill is what is ‘left over’ [...]”

1. Excesso do *fair value* sobre valores contábeis dos ativos adquiridos que são reconhecidos na contabilidade da entidade adquirida. Conceitualmente essa diferença não é um ativo e muito menos parte do *goodwill*. Simplesmente refere-se a ganhos não realizados (pela valorização de ativos controlados pela entidade sobre seus custos históricos) não reconhecidos pela contabilidade tradicional. Numa contabilidade onde todos os ativos e passivos estivessem a valores de mercado, e principalmente a *fair value*, tal diferença não existiria.

Portanto ganhos (e perdas) não realizados, quando não reconhecidos contabilmente não fazem parte do *goodwill*. São a diferença entre critérios de avaliação dos atributos dos ativos líquidos de uma entidade.

Uma outra justificativa de tal ocorrência pode ser a dificuldade de determinar-se o *fair value* de certos ativos em certos mercados. Isso é muito verificável em países que não possuem mercados ativos para determinados ativos, como ocorre no Brasil.

No caso específico do Brasil, pode-se afirmar que o conceito de *goodwill* adquirido, denominado ágio, é conceitualmente fraco, pois é definido como diferença entre o valor pago numa transação de aquisição e o valor patrimonial contábil da entidade adquirida. O que está-se atribuindo ao *goodwill*, ou ao ágio 'brasileiro' é uma grande mistura de valores de ganhos e perdas não realizados não registrados, e até mesmo outros ativos intangíveis não contabilizados.

2. O segundo componente listado refere-se ao excesso do *fair value* sobre valores contábeis dos ativos adquiridos não reconhecidos contabilmente. Além de abranger os problemas relacionados no item anterior, neste item o que ocorre é que pode haver ativos (principalmente intangíveis) da empresa adquirida que não se enquadram nos critérios de reconhecimento de intangíveis, e por isso não são registrados na contabilidade. Ou que por um motivo ou outro, mesmo podendo ser identificados e mensurados, não são registrados contabilmente.

Esse fato, a falta de registro de ativos existentes, e pelos seus *fair values*, por si só já faz com que haja uma diferença entre o valor total pago pela empresa e a soma dos *fair values* dos ativos registrados na contabilidade da empresa adquirida. Assim como o item anterior, tal diferença não representa o *goodwill*, mas sim reflete a falta de registro de determinados ativos existentes.

(Exemplo: Valor total pago por uma entidade = \$\$100. Valor contábil dos ativos líquidos = \$\$60. Diferença entre valor de aquisição e valor contábil = \$\$40. Valor justo de mercado dos ativos líquidos identificados = \$\$70. Portanto da diferença total (\$\$40), \$\$10 (\$\$70 - \$\$60) não se referem ao *goodwill*. *Fair value* de um intangível identificável em separado que não estava registrado na contabilidade (por algum motivo) da entidade adquirida = \$\$15. Portanto o *fair value* dos ativos líquidos da entidade é igual a \$\$85 (\$\$70 + \$\$15). Como o valor pago foi de \$\$100, então o *goodwill* é avaliado no momento da aquisição por \$\$15 (\$\$100 - \$\$85).)

Sob essa perspectiva, *“goodwill consiste em muitos ativos intangíveis que são identificáveis separadamente e que tal identificação viabilizaria a amortização de cada ativo ao longo de sua vida útil, eliminando a necessidade do termo ‘goodwill’.”*

(COLLEY e VOLKAN; 1988; pg.36) ¹¹⁸

Exemplos comuns desse tipo de ativos intangíveis são aqueles que são gerados internamente, tais como marcas, patentes criadas (diferente do custo do registro das mesmas), intangível decorrente dos depósitos estáveis (objeto de estudo principal dessa dissertação), entre outros.

Sob o mesmo raciocínio contido na obra de HENDRIKSEN, a citação anterior de COLLEY e VOLKAN revela que se houver a possibilidade de identificação de todos os ativos tangíveis e intangíveis, o *goodwill* tende a ser eliminado. E mais que isso, essa tendência existe quando o valor desses ativos deixa de ser baseado nos custos históricos e passa a ser baseado em seus valores econômicos.

Não é afirmado categoricamente que o *goodwill* é eliminado totalmente pois existem valores sinérgicos decorrentes do uso de dois ou mais ativos em conjunto que não caracterizam um ativo propriamente dito. Se, por exemplo, existe sinergia entre dois ativos, o valor dos dois ativos em conjunto é maior que a soma dos valores dos ativos individualmente falando.

¹¹⁸ Original: “goodwill consists of many intangible assets which are separately identifiable and that such identification would enable the amortization of each asset over its useful life eliminating the need for the term ‘goodwill’.”

Por outro lado, se tal sinergia for passível de identificação em separado, e passível de mensuração, então pode-se dizer, teoricamente, que o 'ativo intangível decorrente das sinergias' foi identificado. Sendo assim, efetivamente o *goodwill* tenderia a ser eliminado.

Uma outra justificativa para a existência dessa lacuna (ativos existentes não registrados) é a dificuldade de mensuração de determinados intangíveis. Esse item merece destaque especial pois é de relevância fundamental para o tema desta dissertação.

Enfatizando-se, a falta de registro de ganhos em ativos já registrados e a falta de registro de determinados ativos não são elementos do *goodwill*. Esses itens foram incluídos para haver clara distinção entre *goodwill* e outros ativos, pois na prática existe muita confusão, fazendo com que ativos que não constituem o *goodwill* sejam tratados como tal (assim como são tratados no Brasil. E mais, além desses outros elementos não *goodwill* serem tratados como tal, também são contabilmente amortizados arbitrariamente, causando uma tremenda distorção contábil e principalmente econômica).

3. O terceiro elemento refere-se ao *fair value* do elemento de continuidade (*'going concern'*) do negócio adquirido. Isto é, é o valor dado ao que, segundo JOHNSON e PETRONE (1998:295) é “A capacidade do adquirido como negócio autônomo para ganhar uma taxa de retorno maior sobre uma coleção organizada de ativos líquidos do que seria esperada se esses ativos líquidos tivessem que ser comprados separadamente [...] por concorrentes potenciais”¹¹⁹(grifos adicionados)

Ou seja, é a capacidade de se obter uma taxa de retorno superior ao se administrar uma coleção de ativos à taxa que seria obtida se cada ativo dessa coleção fosse administrado de forma individualizada. Em outras palavras, é a capacidade de geração de taxas de retorno superiores às taxas dos custos de oportunidade da entidade pela continuidade da empresa e de sua coleção de ativos.

(Quando uma das características do *goodwill* é associada ao potencial de geração de ‘super-lucros’, o que economicamente está se querendo dizer é que tais ‘super-lucros’ são aqueles que além de cobrir os custos operacionais e financeiros explícitos, também cobrem o custo de oportunidade do capital próprio da entidade.)

¹¹⁹ Original: “The ability of the acquiree as a stand-alone business to earn a higher rate of return on an organized collection of net assets than would be expected if those net assets had to be acquired separately [...] by potential competitors.”

De outra forma, é o valor da empresa (por exemplo empresa *B*) em continuidade, controlando seus ativos líquidos, de forma que apresente uma capacidade de auferir taxas de retorno maiores (sobre seus ativos líquidos) do que um competidor obterá se ele fosse adquirir e administrar os mesmos ativos líquidos que a empresa *B* em continuidade apresenta.

É o valor intrínseco da entidade decorrente do (bom) uso dos seus ativos. É o *goodwill* genuíno, gerado internamente, derivado (ou consequência) de todos os tipos de sinergias próprias da entidade (administrativas, financeiras, comerciais, de recursos humanos etc.), decorrente da qualidade administrativa, da qualidade dos produtos ou serviços, da fidelidade da clientela, e diversos outros fatores.

O valor desse *goodwill* é, segundo JOHNSON e PETRONE, baseado no valor de mercado da empresa como um negócio sozinho, conforme definido anteriormente. Ainda conforme JOHNSON e PETRONE (1998:296), “*A capitalização de mercado da empresa, quando não estiver ‘em jogo’ como alvo de aquisição, pode ser um ponto de partida para a determinação desse preço*”.¹²⁰

¹²⁰ Original: “The company’s market capitalization, when is not ‘in play’ as an acquisition target, might be a starting point for determining that price”

Ressalta-se que uma entidade quando não é alvo de aquisição, e quando também não está procurando adquirir nenhuma outra entidade, e quando suas ações preferenciais e parcela considerável de suas ações ordinárias (ações representativas do controle acionário) são negociadas em bolsa, o seu valor de mercado pode ser uma boa aproximação do valor econômico (nesse caso o *fair value*) da entidade como um único ativo isolado. (Para maiores detalhes entre relação de valor de mercado e *fair value* vide item “*Fair Value (Valor Justo)*” à pág. 57)

No momento em que alguma dessas características é ‘quebrada’¹²¹, o valor de mercado das ações passa a não ser mais representativo do valor econômico de continuidade da entidade. Esse valor passa a ser determinado pelo valor presente líquido das expectativas futuras de geração líquida de caixa conforme projeções decorrentes das atuais características da entidade.

¹²¹Principalmente quando o mercado não é conhecedor das novas premissas da entidade. Sob a hipótese de mercados eficientes de capital, quando as novas premissas são conhecidas, o preço corrente das ações **tende** a representar o valor econômico da entidade sob essas novas premissas (quando possui ações ordinárias e preferenciais em bolsa). O verbo *tender* é utilizado porque, sob a hipótese semi-forte de eficiência do mercado de capitais, as premissas da administração da entidade são de conhecimento exclusivamente dela, e o mercado tenta estimá-las. Após o pagamento do preço de aquisição, o mercado ajusta (para cima, para baixo ou ajuste zero) o preço das ações, em decorrência do ajuste das novas premissas. Ou seja, o valor pago acaba por refletir as expectativas contidas nas premissas da administração.

4. O quarto e último elemento que interessa ao presente trabalho é o *fair value* das sinergias decorrentes da aquisição de empresas já existentes (*combination goodwill*). Isto significa que se depois da aquisição de uma empresa houver sinergias positivas, tais sinergias estarão refletidas no preço de aquisição. É como se houvesse o *goodwill* da continuidade do item anterior (*going concern goodwill*) mais outras sinergias decorrentes da combinação ou consolidação dos negócios da adquirente e da adquirida. É o *going concern goodwill* mais o *fair value* das sinergias decorrentes do uso conjunto dos ativos da empresa compradora e da empresa comprada. Também representa um genuíno ativo.

O valor desse *goodwill* é baseado na diferença entre o valor pago na aquisição e o valor de mercado da empresa adquirida como um negócio sozinho (independente). E o seu valor é único a esta combinação (ou consolidação) de negócios.

O seguinte exemplo fictício¹²² facilita o entendimento dessas duas últimas abordagens. Considere que a soma algébrica do *fair value* dos ativos e passivos individuais de uma empresa **A** seja igual a \$\$10.000, e o seu valor de mercado seja igual a \$\$14.000. Então, conforme a abordagem contida no item número 3 anterior, o *going concern goodwill* seria avaliado em \$\$4.000. Se uma outra empresa **B** adquirir a empresa **A** por \$\$20.000, por motivos de, por exemplo, haver grandes reduções de custo após a aquisição (sinergias de custos), então o *combination goodwill* seria avaliado em \$\$6.000 (\$\$20.000 - \$\$14.000).

Outro aspecto quanto ao *goodwill* refere-se às formas existentes de sua mensuração. É de se notar que muitas vezes a sua natureza se confunde com a sua mensuração. A seguir, somente duas das formas de mensuração do *goodwill* são comentadas, mesmo existindo formas alternativas de avaliação, as quais não interessam para o contexto. Comenta-se somente essas duas, pois são as que apresentam maiores atributos práticos. Existem outras metodologias de mensuração, mas que são consideradas de difícil implantação prática.

¹²² Adaptado de JOHNSON e PETRONE (1998).

A primeira metodologia é subjacente ao conceito de que o *goodwill* representa a capacidade de uma entidade de auferir taxas de retorno superiores às de mercado, ou superiores às obtidas em seu segmento de atuação, conforme descrito no item número 3 anterior. Sob esta perspectiva é atribuído valor ao *goodwill* como sendo o valor presente dos ganhos futuros que excedem os ganhos normais do setor de atuação da entidade que o controla.

“... goodwill pode ser considerado como o valor presente de lucros antecipados em excesso descontados ao longo de um determinado número de anos. O período de desconto refletirá a vida ou duração estimada da(s) razão(ões) subjacente(s) aos retornos em excesso..”
(COLLEY e VOLKAN,1988:55) ¹²³

Desta forma, o valor do *goodwill* é passível de ser calculado de forma independente do valor dos ativos da entidade.

“A [...] abordagem é avaliar o goodwill separadamente sem considerar o valor dos ativos.” (FENTON, Van ALST e ISAACS, 1991:605) ¹²⁴

Exemplo¹²⁵ para maior entendimento: Os seguintes valores foram obtidos dos registros da empresa X:

	ganhos atuais (\$\$)	ativos líquidos tangíveis (\$\$)
1995	300.000	2.800.000
1996	330.000	2.900.000
1997	350.000	3.000.000
1998	390.000	3.200.000
1999	420.000	3.500.000
total	1.790.000	15.400.000
média dos 5 anos	358.000	3.080.000

¹²³ Original: “... goodwill can be viewed as the present value of anticipated excess earnings discounted over a certain number of years. The discount period will reflect the estimated life or duration of the reason(s) underlying the excess returns.”

¹²⁴ Original: “The [...] approach is to value goodwill separately without taking into consideration the value of the assets.”

¹²⁵ Adaptado de FENTON, Van ALST e ISAACS,1991.

Assumindo que a taxa média de retorno sobre ativos líquidos do setor de atuação da empresa X seja de 9%, o retorno médio seria de \$277.200 (\$\$ 3.080.000 x 9%). Os ganhos em excesso são:

	(\$\$)
ganho médio da empresa X nos últimos 5 anos	358.000
ganho médio do setor econômico da empresa X	277.200
ganhos excedentes da empresa X sobre seu setor	80.800

Se a taxa de desconto (ou taxa de capitalização) apropriada for de 20%, então o valor atribuído ao *goodwill* será de \$404.000 (\$\$80.800 ÷ 0,20).

Sob este aspecto, atribui-se ao *goodwill* a capacidade de geração futura de ‘super-lucros’, ou seja, lucros acima da média de mercado.

A segunda alternativa apresentada, mais comumente adotada por tratar o *goodwill* como um ativo residual, envolve todos os ativos da entidade.

“[A] abordagem é primeiro encontrar o valor geral da empresa, para depois subtrair o FMV [fair market value] de todos os ativos exceto o goodwill. A parte remanescente é [...] o montante de dólares ligado ao goodwill.” (FENTON, Van ALST e ISAACS; 1991; pg. 605) ¹²⁶

¹²⁶ Original: “[The] approach is to first find the overall value of the business enterprise, and then subtract the FMV [fair market value] of all of the assets except goodwill. The remaining portion is [...] the dollar amount attached to goodwill.”

A metodologia consiste em determinar o valor da entidade como um todo, ou seja, o valor do negócio¹²⁷ gerado pela entidade, e dele subtrair o valor justo de mercado de todos os ativos nela identificados. Sob este ponto de vista o *goodwill* é tido como uma conta de fechamento, pois é um ativo registrado de forma tal que a soma desse ativo com os outros ativos já registrados seja igual ao valor total do negócio ou da entidade, reenfatizando a característica residual do *goodwill*.

Citando HENDRIKSEN (1992:641) a respeito desse ponto de vista sobre o *goodwill*, tem-se:

*“Todos os ativos possuem valor para a empresa por causa de sua contribuição esperada às séries futuras de lucros e fluxos de caixa da empresa. Portanto, o valor da empresa deve ser associado a todos os ativos que produzem essas séries de fluxos de caixa. Se aumentarem as expectativas quanto a fluxos de caixa [...], todos os ativos que contribuirão para esse aumento passarão a valer mais do que antes.”*¹²⁸

Até esse ponto do trabalho foram discutidos conceitos genéricos do *goodwill* e formas de mensuração do *goodwill* adquirido. O que resta a ser comentado é a mensuração do *goodwill* não adquirido. Se uma entidade possui *goodwill* gerado internamente, esse ativo deve possuir valor. O grande problema é a sua mensuração, pois sem haver uma aquisição, os seus parâmetros de valor ficam razoavelmente obscuros.

¹²⁷Com base no valor de mercado (conforme características) ou com base, preferencialmente, nas projeções dos fluxos de caixa esperados.

¹²⁸Original: “All assets have value to the firm because of their expected contribution to the firm’s stream of future earnings and cash flow. Therefore, the value of the firm should be associated with all the assets giving rise to this stream of cash flows. If expectations of cash flow should increase [...], all assets contributing to this increase are now worth more than before.”

O *goodwill* gerado internamente é difícil de ser mensurado sem que haja uma transação objetiva que valide o seu valor. Não existem mercados de *goodwill*, logo não existem formas objetivas de se comparar o *goodwill* não adquirido de determinada entidade com o valor de mercado do *goodwill* não adquirido de outra empresa. No caso de haver uma aquisição a atribuição de valor ao *goodwill* torna-se objetiva, pois existe uma transação de mercado que chancela o seu valor.

Se as definições dadas anteriormente forem revistas com cuidado, percebe-se que sempre houve uma transação para atribuir valor ao *goodwill*. Novamente afirma-se que se o *goodwill* surge após uma transação, e se esse *goodwill* não é decorrente de efeitos sinérgicos dos ativos comprados com os ativos da empresa compradora, então o ativo intangível *goodwill* existe, mas não é registrado.

A dificuldade inicial de identificação e avaliação do *goodwill* gerado internamente é a atribuição de custos históricos a ele. Alguns gastos que foram tratados como despesas podem ser representativos do custo de formação do *goodwill*, mas se não há critérios objetivos para que essa afirmação seja confiável, não se registra o ativo, e todos os seus gastos de formação são tratados como despesas (ou custo de outros ativos). Se a atribuição de custos históricos já é extremamente difícil, então a avaliação do *goodwill* gerado internamente através do valor presente líquido é praticamente impossível (sendo os custos históricos de formação os componentes dos fluxos de investimento do modelo do valor presente líquido).

A possibilidade de se avaliar o *goodwill* gerado internamente é justamente tratando-o como um ativo residual. A administração da entidade atribui valor a esse ativo através da diferença do valor econômico total da entidade (valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais, ou de preferência o valor derivado das projeções dos fluxos de caixa futuros) menos o valor justo de mercado dos ativos líquidos da entidade. Esse procedimento é o mesmo adotado em relação ao *goodwill* adquirido, mas este último, por ter uma transação objetiva subsidiando o seu valor, torna o *goodwill* passível de registro contábil.

3.3.2 CONTABILIZAÇÃO DO *GOODWILL*

Goodwill é um ativo. Quando adquirido é passível de reconhecimento contábil, e quando é gerado internamente não o é.

“Goodwill é um ativo não porque tem um custo, mas porque possui a capacidade de contribuir às futuras entradas líquidas de caixa.”

(JOHNSON e PETRONE, 1998:299) ¹²⁹

A seguir estão comentados os aspectos inerentes a esse ativo, sendo que quando decorrente de uma transação de compra de ativos existe a atribuição de custo a ele, e quando gerado internamente não há a atribuição de custo.

¹²⁹ Original: “Goodwill is an asset not because has cost, but because it has the capacity to contribute to future net cash inflows.”

GOODWILL ADQUIRIDO

A contabilização do *goodwill* somente é feita quando ele é decorrente de uma transação de compra de ativos. Somente o *goodwill* adquirido é registrado contabilmente. Mas mesmo assim, quando verifica-se o enquadramento do *goodwill* nos quatro critérios contábeis necessários para o registro de ativos, alguns pontos questionáveis podem surgir.

Definição de ativo: o *goodwill* enquadra-se na definição de ativo à medida que é elemento gerador de benefícios futuros, além das outras características inerentes aos ativos já discutidas.

Mensuração do *goodwill*: pelo fato desse ativo ter uma transação objetiva que chancela o seu valor, como ativo residual, tem-se objetivamente o seu valor inicial de custo. Novamente, esse valor é dado por diferença entre o valor total pago na aquisição de uma entidade e a soma dos valores dos ativos identificados da entidade adquirida.

Ainda com relação a esse aspecto de mensuração do *goodwill*, e como os ativos líquidos da entidade adquirida podem ser avaliados tanto por valores de entrada como por valores de saída, devem ser utilizados os critérios mais coerentes na avaliação do *goodwill*. Como já discutido anteriormente os ganhos (e perdas) dos ativos líquidos da entidade adquirida não fazem parte do valor do *goodwill*.

Tal fato implica que na mensuração do *goodwill* os valores de referência dos ativos líquidos individuais adquiridos sejam os mais próximos de seus valores econômicos mais objetivos de serem determinados. E esses valores econômicos podem ser mais aproximados através da atribuição de valor por valores de saída, e nunca de entrada.

Atualmente a normatização contábil norte-americana busca a identificação dos valores econômicos dos ativos líquidos individuais da entidade adquirida pelos seus valores justos, ou seja, pelos seus *fair values*. Nesse sentido, o IASB¹³⁰ define *goodwill* como um ativo que deve ser reconhecido contabilmente, e cujo valor inicial seja igual a “qualquer excesso do custo da aquisição sobre o interesse do comprador no *fair value* dos ativos e passivos identificáveis ...”¹³¹

Ou seja, o *goodwill* adquirido, conforme harmonização contábil preconizada pelo IASB é um ativo decorrente de uma transação de compra de ativos líquidos cujo valor inicial para registro contábil é dado pela diferença entre o valor total da transação atribuído aos ativos líquidos adquiridos e a soma dos *fair values* desses ativos líquidos.

¹³⁰ IAS 22, parágrafo 40. em IASC (2001). Original: “should be measured as the excess of the cost of an acquired entity over the sum of the amounts assigned to assets acquired and liabilities assumed.”

¹³¹ Original: “any excess of the cost of the acquisition over the acquirer’s interest in the fair value of the identifiable assets and liabilities ...”

Da mesma forma que o IASB, o FASB considera que o valor inicial a ser atribuído ao *goodwill* adquirido “*deve ser mensurado como o excesso do custo de uma entidade adquirida sobre a soma dos montantes atribuídos aos ativos comprados e os passivos assumidos.*”¹³²

Na prática pode ser que a aplicação homogênea de uma única forma de avaliação (por valores de saída) dos ativos líquidos individuais da entidade seja de difícil implementação. Esse fato acaba por levar à conclusão que objetivamente pode ocorrer uma grande mistura de valores de saída como formas objetivas da busca dos valores econômicos dos ativos líquidos individuais da entidade adquirida.

Quaisquer que sejam as formas mais objetivas de obtenção dos valores econômicos dos ativos e passivos individuais da entidade adquirida, o valor do *goodwill* será sempre atribuído de maneira residual, por diferença entre o valor total pago e a soma algébrica dos valores objetivos mais próximos dos econômicos dos ativos e passivos individuais da entidade adquirida.

Relevância e Confiabilidade: É fato que se existe pagamento de valor na aquisição de uma entidade essa informação é de extrema relevância. A confiabilidade quanto à informação do *goodwill* adquirido decorre da sua forma de mensuração.

¹³² SAFS 142, em FASB, 2001, parágrafo B67.

Um aspecto quanto à confiabilidade da informação que ainda merece destaque especial é a forma de amortização do *goodwill* adquirido. Esse aspecto é polêmico e vem causando debate e até mesmo discórdias entre acadêmicos e praticantes do mercado. O problema da amortização do *goodwill* decorre dos problemas de identificação da sua vida útil econômica. Ou seja, decorre do problema da identificação objetiva dos períodos em que os benefícios do *goodwill* são esperados.

O *goodwill* possui uma característica muito pouco divulgada que é a possibilidade de regeneração de seu valor econômico através de medidas da administração da entidade que o controla. Como o *goodwill* pode ser caracterizado por uma grande mistura de características, a cada vez que uma atitude da administração implica num aumento econômico dessas características, acarreta que o valor econômico do *goodwill* está sendo regenerado.

“Um outro argumento também concede que o goodwill atende à definição de ativos mas afirma que não é um ativo desgastável, isto é, seu valor não diminui através do tempo como prédios e equipamentos. Em vez disso, há muitos que argumentam que o goodwill seja um ativo valioso que mantém seu valor – que geralmente aumenta – ao longo do tempo. De tal maneira, o goodwill não deveria ser amortizado de maneira nenhuma mas antes deveria ser reduzido somente quando considerado deteriorado.” (JOHNSON e PETRONE, 1998:2-3)¹³³

¹³³ Original: “Another argument also concedes that goodwill meets the assets definition but asserts that it is not a wasting asset, that is, its value does not decrease over time like buildings and equipment. Instead, many argue goodwill is a valuable asset that maintains its value – and commonly increases in value – over time. As such, goodwill should not be amortized at all but rather be written down only when deemed to be impaired.”

Esse fato dificulta a identificação da vida útil econômica desse ativo, pois ela pode ser aumentada por tais atitudes comentadas. A consequência acaba por estar no critério de amortização do custo atribuído ao *goodwill*.

*“Mesmo que se assuma que os fatores e elementos subjacentes ao goodwill possam ser identificados e medidas objetivas das suas vidas úteis estejam disponíveis, sua existência continuada é sujeita a sérias restrições. Por exemplo, num ambiente competitivo, qualquer vantagem mantida por uma empresa por causa da sua reputação e relações com seus clientes **deve ser regenerada por novos esforços e dispêndios.**”* (COLLEY e VOLKAN, 1988:39) ¹³⁴ (grifos adicionados)

Essa característica da possibilidade de regeneração do valor econômico do *goodwill* acaba por acarretar novo problema: se após o registro inicial do *goodwill* adquirido por algum fato ocorrido posteriormente a essa data o valor econômico do *goodwill* é regenerado, então essa regeneração econômica pode ser atribuída ao *goodwill* previamente registrado ou é característica do *goodwill* gerado internamente? Quanto à atribuição de valor inicial ao *goodwill* adquirido, esses fatos regeneradores do *goodwill* já eram previstos, já estavam antecipados e refletidos no valor pago na aquisição que chancelou o valor do *goodwill*?

¹³⁴ Original: “Even if one assumes that the factors and elements underlying goodwill can be identified and objective measures of their useful lives are available, their continued existence is subject to serious reservations. For example, in a competitive environment, any advantage that a business has because of its reputation and relations with its customers must be regenerated by new efforts and expenditures”

Atualmente a prática contábil de amortização do *goodwill* em qualquer país do mundo é totalmente arbitrária. No Brasil amortiza-se o custo inicial do *goodwill* em até dez anos. Nos Estados Unidos, até fim de 2001, a prática era de amortizar o custo inicial do *goodwill* adquirido em até no máximo quarenta anos, e pelas normas internacionais de contabilidade emanadas pelo IASB a amortização era permitida em até no máximo vinte anos.

Em decorrência do problema de amortização do custo inicial do *goodwill* ao longo de períodos determinados arbitrariamente, o que faz com que a informação contábil da amortização desse ativo não seja relevante e nem confiável (como deveria ser, para total enquadramento dos quatro critérios de reconhecimento de ativos), e para dar melhor tratamento a esse problema (de modo que efetivamente os quatro critérios sejam atendidos), o FASB emitiu em Junho de 2001 o SFAS nº 142 “*Goodwill and Intangible Assets*”.

Com esse novo pronunciamento, o FASB acaba com o problema da arbitrariedade da amortização do *goodwill* e de outros ativos intangíveis que possuem a característica de serem passíveis de regeneração econômica.

Esses ativos, ao invés de serem amortizados, sofrem outro tratamento. Anualmente (ou após algum fato relevante que implique em alteração econômica do *goodwill* ou de outros intangíveis) será procedido o teste de recuperabilidade do custo registrado (*impairment test*). Esse teste (em termos gerais e sem maiores aprofundamentos) implica na verificação de se os benefícios futuros esperados serão suficientes para suportar a amortização do custo do ativo.

Em outras palavras, o *fair value* do *goodwill* deverá ser determinado e comparado com o valor contabilizado do ativo. Caso o novo *fair value* determinado seja inferior ao valor registrado na contabilidade, então o custo do ativo deve ser ajustado (lançando-se esse ajuste como despesa do exercício em que se verificou a impossibilidade da recuperação parcial ou total do custo do ativo). Caso haja elevação do valor econômico do ativo (aumento do *fair value* do ativo), não há o registro contábil desse fato por não haver transação de mercado que chancele objetivamente o novo valor do ativo.

Com a aplicação desse novo procedimento contábil, ao invés de se amortizar arbitrariamente o *goodwill* e outros intangíveis passíveis de regeneração, quando existirem evidências da queda do potencial econômico desses ativos então os seus valores serão ajustados para refletir essa queda.

Esse procedimento potencializa a relevância e a confiabilidade da informação contábil do *goodwill* (e de outros intangíveis).

“Tanto analistas e outros usuários de demonstrações contábeis quanto administrações empresariais observaram que ativos intangíveis são um recurso econômico com crescente importância para muitas entidades e que constituem uma proporção crescente dos ativos adquiridos em muitas transações. Como resultado disso, precisava-se de melhores informações sobre ativos intangíveis. Usuários de demonstrações contábeis também indicaram que não consideraram a despesa de amortização do goodwill como informação útil na análise de investimentos.

...

Essa pronúncia muda a unidade de prestação de contas para o goodwill e usa uma abordagem completamente diferente de como goodwill e outros ativos intangíveis são demonstrados nas contas depois do seu reconhecimento inicial. Visto que o goodwill e alguns ativos intangíveis não serão mais amortizados, os montantes demonstrados referentes ao goodwill e aos ativos intangíveis (e também dos ativos totais) não diminuirão ao mesmo momento e da mesma maneira que sob os padrões anteriores. Pode existir mais volatilidade no lucro demonstrado do que sob os padrões anteriores porque é provável que perdas de deterioração aconteçam irregularmente e com montantes variáveis.”¹³⁵

GOODWILL NÃO ADQUIRIDO

Por dificilmente atender aos quatro critérios de reconhecimento contábil de ativos, o *goodwill* adquirido não é registrado contabilmente.

Definição de ativo: o *goodwill* não adquirido enquadra-se na definição de ativo à medida que é elemento gerador de benefícios futuros, além das outras características inerentes aos ativos já discutidas.

Mensuração do *goodwill*: pelo fato desse ativo não ter uma transação objetiva que chancela o seu valor, a atribuição de valor ao *goodwill* não adquirido fica prejudicada, por causa da subjetividade inerente à sua avaliação.

¹³⁵ Parágrafos primeiro e segundo do SFAS no 142 em FASB (2001). Original: “Analysts and other users of financial statements, as well as company managements, noted that intangible assets are an increasingly important economic resource for many entities and are an increasing proportion of the assets acquired in many transactions. As a result, better information about intangible assets was needed. Financial statement users also indicated that they did not regard goodwill amortization expense as being useful information in analyzing investments.... This Statement changes the unit of account for goodwill and takes a very different approach to how goodwill and other intangible assets are accounted for subsequent to their initial recognition. Because goodwill and some intangible assets will no longer be amortized, the reported amounts of goodwill and intangible assets (as well as total assets) will not decrease at the same time and in the same manner as under previous standards. There may be more volatility in reported income than under previous standards because impairment losses are likely to occur irregularly and in varying amounts.”

Uma alternativa de avaliação poderia ser muito parecida com a avaliação do *goodwill* adquirido. Ao invés de se tomar o valor pago como referência, poderia se tomar o valor de mercado (sob certas condições) ou o valor obtido através do valor presente das projeções dos fluxos de caixa (elaboradas sob as premissas da administração da entidade¹³⁶) como estimativas de *fair value*.

Mas por causa do grande peso da subjetividade (principalmente por não haver uma transação de compra e venda que objetivamente chancele o valor do ativo) e dos possíveis vieses que podem afetar a avaliação econômica da entidade, não se pode dizer que o valor do *goodwill* não adquirido obtido por essa forma de cálculo seja objetivo, passível de registro contábil, quando comparado com o *goodwill* adquirido. Outro fato é que esse valor não passou pelo crivo do mercado, mais um aspecto que reforça (atualmente) a não possibilidade de registro contábil do *goodwill* não adquirido.

Os ativos devem ser decorrentes de transações ocorridas. No caso do *goodwill* adquirido, uma única transação pode ser identificada como validação do ativo. Mas quanto ao *goodwill* não adquirido, este é decorrente de diversas transações (tanto externas quanto internas à entidade) e dos atos da administração da entidade, mas que são de difícil identificação objetiva.

¹³⁶ Esse conceito é muito semelhante ao conceito utilizado para se determinar o MVA® de uma entidade.

Relevância e Confiabilidade: Se contabilizado o *goodwill* não adquirido, tal informação seria de grande relevância para os usuários da contabilidade, principalmente para os investidores. Entretanto, por causa dos fatos inerentes à dificuldade de mensuração desse ativo, a confiabilidade da sua informação contábil estaria prejudicada.

Portanto não se registra o *goodwill* não adquirido, pelo menos para fins de publicação de demonstrações contábeis. Mas nada impede que o *goodwill* não adquirido seja contabilizado para fins gerenciais (internos à entidade).

A grande dificuldade de se mensurar o *goodwill* não adquirido deve-se ao fato da dificuldade prática de atribuição de valor a ele, o que implica no seu não reconhecimento contábil. Já o *goodwill* adquirido é passível de contabilização por ter os quatro critérios de reconhecimento de ativos atendidos.

Uma das alternativas de avaliação do *goodwill* não adquirido é justamente cobrindo as lacunas mencionadas nos itens número 1 e 2 listados anteriormente (excesso do *fair value* sobre valores contábeis dos ativos adquiridos reconhecidos e dos ativos adquiridos não reconhecidos), além da identificação de ativos intangíveis ainda não registrados contabilmente (mas que possam ser passíveis de registro contábil). Começa-se a mensurar os ativos identificados na contabilidade pelos seus valores econômicos, descolando-os de seus custos históricos e valorizando-os a seus respectivos *fair values*. A partir daí a alternativa posterior é a identificação e reconhecimento de ativos intangíveis existentes que não estão registrados na contabilidade.

Isso leva à conclusão de que o *goodwill* existirá (se existir) somente após o registro de todos os ativos líquidos registrados na contabilidade a seus respectivos valores econômicos (*fair value*) e após o registro também dos valores econômicos dos ativos intangíveis que por algum motivo não estão registrados na contabilidade. Esse procedimento, novamente, enfatiza a característica de ativo residual do *goodwill*.

Teoricamente, após a identificação dos valores econômicos individuais dos ativos e passivos registrados na contabilidade, e se for possível a identificação de todos os ativos intangíveis (inclusive os decorrentes de sinergias), o *goodwill* tende a ser eliminado (por causa da sua característica de resíduo).

Portanto, o *goodwill* é um nome genérico dado a ativos intangíveis que não podem ser identificados e mensurados contabilmente sem que os princípios de contabilidade geralmente aceitos sejam postos em questionamento. De tudo mencionado neste tópico, pode-se concluir que muitas vezes o que é considerado como *goodwill* na verdade não é o *goodwill* genuíno. Isso ocorre principalmente por causa da contabilidade tradicional estar muito amarrada aos conceitos de custo histórico como base de valor, ao invés dos ativos e passivos estarem registrados por valores que buscam os seus valores econômicos.

Outras vezes isso ocorre por falta de ferramentas práticas de mensuração. Quando um ativo é identificado teoricamente mas na prática apresenta-se inviável de ser mensurado de forma precisa e confiável, então o ativo passa a ser caracterizado como *goodwill*, mesmo que na verdade não o seja.

O que se pode constatar é que o *goodwill* genuíno é, de forma econômica, representado pela habilidade de uma entidade em auferir taxas de rentabilidade que cubram todos os custos, tanto os explícitos (operacionais do capital de terceiros) como os não explícitos (custo de oportunidade do capital próprio). Tais taxas de rentabilidade são reflexos de características tangíveis e intangíveis, muitas vezes subjetivas, sendo que estas características apresentam-se (atualmente) muito difíceis de serem identificadas objetivamente em separado, assim como mensuradas de forma confiável.

Uma última citação sobre o *goodwill* adquirido merece ser destacada, por agrupar sucintamente características importantes desse ativo:

“ O *goodwill* deveria ser ignorado – O ***goodwill não pode ser ignorado*** em transações de caixa, ...

• O *goodwill* não é um ativo – Mesmo que o *goodwill* em si não seja trocável, ***está de acordo com a definição de ativos...***

• O *goodwill* não é mensurável de maneira confiável – Mesmo que o *goodwill* não seja mensurável tão confiavelmente quanto alguns ativos, ***pode ser mensurado com suficiente grau de confiabilidade.***

• O *goodwill* ***não é um ativo desgastável*** – Uma grande parte do *goodwill* é ‘desgastável’¹³⁷ e portanto deve ser amortizado; além disso, visto que não pode-se confiar no teste de recuperabilidade como o único meio de mensuração da parte que não é ‘desgastável’, deve-se recorrer à amortização.

• ***A amortização do goodwill é arbitrária*** – A amortização do *goodwill* pode ser menos arbitrária e mais confiável se for baseada em uma cuidadosa avaliação dos elementos subjacentes do *goodwill*.” (JOHNSON e PETRONE, 1998:7)¹³⁸ (grifos adicionados)

¹³⁷ O contexto deve ser entendido quando ao *goodwill* estão sendo atribuídos outros elementos que não fazem parte desse ativo, principalmente ganhos não reconhecidos e intangíveis não reconhecidos. Essas parcelas quando misturadas com o *goodwill* devem ser amortizadas ou baixadas quando os elementos que as suportam forem realizados.

¹³⁸ Original: “•Goodwill should be ignored – Goodwill cannot be ignored in cash transactions, ... •Goodwill is not an asset – Although goodwill itself is not exchangeable, it meets the assets definition... •Goodwill is not reliably measurable – Although goodwill is not as reliably measurable as some assets, it is capable of being measured with sufficient reliability. •Goodwill is not a wasting asset – Much of goodwill is ‘wasting’ and thus must be amortized; moreover, because impairment testing cannot be relied on as the sole means of measuring the portion that is not ‘wasting’, recourse must be made to amortization. •Goodwill amortization is arbitrary – Goodwill amortization can be less arbitrary and more reliable if it is based on a careful assessment of the underlying elements of goodwill.”

3.4 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS BANCÁRIAS: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

No Brasil as instituições financeiras podem ser classificadas em dois grupos, as bancárias (ou monetárias) e as não bancárias (ou não monetárias). As primeiras são sociedades anônimas que têm a característica de potencializar a criação de moeda por se utilizarem de recursos de terceiros via captação de depósitos a vista (sua principal fonte de *funding*), e têm suas atividades basicamente caracterizadas por ativos financeiros monetários, principalmente de curto e médio prazos. *“Essas instituições são representadas fundamentalmente pelos bancos comerciais e múltiplos.”* (ASSAF,2000:61). Também integram a classe das instituições financeiras bancárias as Caixas Econômicas, que são entidades públicas com finalidades específicas e que atuam de forma autônoma, e são também classificadas como órgãos auxiliares do Governo Federal.

As instituições financeiras não bancárias não podem receber depósitos a vista, portanto não têm o potencial de multiplicar a moeda. entretanto algumas delas podem se utilizar de depósitos a prazo como fonte de financiamento. As suas formas de financiamento são distintas das instituições bancárias, trabalhando com outras formas de financiamento tais como debêntures, letras de câmbio etc., além dos já citados depósitos a prazo. Exemplos desses tipos de instituições são as sociedades corretoras, bancos de investimento, sociedades financeiras etc.

Para o presente trabalho têm importância as instituições que trabalham com depósitos a vista e a prazo, ou seja, as instituições financeiras bancárias e algumas não bancárias, mas que possuam depósitos a prazo.

3.4.1 BANCOS COMERCIAIS

Os bancos comerciais caracterizam-se por serem instituições financeiras que tomam recursos emprestados de agentes econômicos superavitários e emprestam esses recursos a agentes econômicos deficitários, efetuando intermediação financeira para diversos agentes econômicos. Dessa atividade de intermediação financeira o banco espera conseguir gerar renda através da diferença entre o custo dos recursos tomados por empréstimos e a receita decorrente dos recursos emprestados (*spread*). Além dos bancos comerciais gerarem receitas através do *spread* (quando positivo), possuem fontes adicionais de renda que não são derivadas propriamente da atividade de intermediação financeira, mas de atividades secundárias ou acessórias, derivadas dos diversos relacionamentos entre a instituição e seus clientes e depositantes, denominadas receitas de tarifas ou de serviços.

(No presente trabalho adota-se os seguintes termos ao se tratar dos agentes econômicos que se relacionam com as instituições financeiras bancárias: os **depositantes** são as pessoas físicas e jurídicas que mantêm seus recursos depositados nas instituições. São emprestadores de dinheiro para os bancos. Os **clientes** são as pessoas físicas e jurídicas que tomam recursos emprestados das instituições. Ressalta-se que um mesmo agente de relacionamento pode ser depositante e cliente ao mesmo tempo.)

Os bancos comerciais, conforme FORTUNA (1997:20) têm como objetivo *“proporcionar o suprimento oportuno e adequado dos recursos necessários para financiar, a curto e médio prazos, o comércio, a indústria, as empresas prestadoras de serviços e as pessoas físicas.”*. ASSAF (2000:70) menciona que a grande característica dos bancos comerciais é a *“capacidade de criação de moeda ..., a qual é estabelecida com base nos depósitos a vista captados no mercado.”*.

REED¹³⁹ (1985) menciona em sua obra outras funções dos bancos comerciais além do potencial de criação de moeda (mediante empréstimo e investimentos num sistema de crédito elástico capaz de gerar crescimento econômico a taxas sustentáveis), tais como proporcionar meios de pagamentos, agregar poupanças, expandir o crédito para diversos setores econômicos, facilitar o financiamento para o comércio exterior, fornecer serviços fiduciários, guardar valores etc.

Para que esses bancos possam financiar suas operações ativas (empréstimos de recursos ou compra de títulos e/ou valores imobiliários), utilizam-se principalmente de recursos captados de terceiros, que para o presente trabalho os mais importantes são os depósitos, a vista e a prazo.

¹³⁹ Se confrontadas características dos bancos comerciais constantes nos trabalhos de NIYAMA, ASSAF, FORTUNA, SANTOS e outros autores nacionais com as relatadas por REED, pode-se encontrar algumas divergências, justamente pelo fato de REED ter escrito com base nas características do mercado norte-americano, que podem em alguns sentidos, divergir das do mercado nacional. Entretanto as características fundamentais mencionadas em todas as obras são essencialmente as mesmas.

DEPÓSITOS A VISTA E DEPÓSITOS A PRAZO

Os depósitos existem sob diversas formas, os quais podem ser inicialmente separados em duas grandes categorias: os **depósitos a vista** e os **depósitos a prazo**.

Os depósitos a vista não geram remuneração para seus titulares, sendo os recursos mais baratos para os bancos, cujos custos de obtenção e manutenção são aqueles relacionados com os custos da estrutura da instituição, assim como custos de propaganda e marketing etc. Geram ganhos para o banco através do *floating* e através da obtenção de *spread* positivo.

Os depósitos a vista, que caracterizam a atividade básica do *funding* dos bancos comerciais “*nada mais são do que as contas correntes, livremente movimentáveis.*”(FORTUNA, 1997:20). Complementando, os depósitos a vista “*representam recursos ... que podem ser sacados pelos depositantes mediante a emissão de cheque.*”(SANTOS, 1999:48). Em termos de importância para as instituições financeiras bancárias, “*os depósitos a vista são conceituados como sendo de livre movimentação mantidos por pessoas físicas e jurídicas, e são a principal fonte de recursos das instituições financeiras bancárias.*”(NIYAMA, 2000:151)

Ou seja, são recursos que depositantes deixam ‘guardados’ nos bancos, mas não exigem dos bancos remuneração para tal. Podem ser utilizados pelos depositantes não só através da emissão de cheques mas também podem ser sacados em espécie, assim como podem ser utilizados para saldar obrigações que eventualmente estiverem vinculadas às contas dos depositantes (tais como contas telefônicas, faturas de cartões de crédito etc.).

Reenfatizando-se, esses recursos (depósitos a vista) representam para o banco a forma mais barata de financiamento das suas operações, pois, se desconsiderados os custos da instituição, não são remunerados. Quando captados, ficam contabilizados nos bancos como passivos, pois representam para a entidade a obrigação de, assim que requisitados, devolver tais recursos para os seus titulares.¹⁴⁰

“Os depósitos a prazo, diferentemente dos a vista, são recursos acolhidos pela instituição financeira com data previamente estabelecida para seu resgate, não podendo ser livremente movimentados.” (NIYAMA,2000:152)

Os depósitos a prazo (poupança, CDBs e outras aplicações financeiras) geralmente são, depois dos depósitos a vista, as outras fontes de recursos menos custosas para os bancos comerciais. Geram ganhos para o banco através da obtenção de um *spread* positivo (diferença entre a rentabilidade da aplicação – ativo – e o custo de financiamento dessa aplicação – passivo), e são mais onerosos para o banco do que os depósitos a vista, pois a eles são atribuídos os custos referentes às remunerações para os depositantes, além de também onerarem a instituição através dos custos da instituição, semelhantes àqueles dos depósitos a vista.

¹⁴⁰ NIYAMA (2000:151-52) fornece maiores detalhes qualitativos sobre o que o COSIF considera como depósitos a vista, tais como depósitos vinculados, cheques marcados, cheques-salário, cheques-de-viagem, depósitos judiciais, depósitos obrigatórios, depósitos para investimentos, depósitos especiais do Tesouro Nacional, saldos credores em contas de empréstimos e financiamentos entre outros.

Os depósitos a prazo na realidade são recursos que terceiros aplicam em títulos oferecidos pelos bancos, tais como CDBs (certificados de depósitos bancários), RDBs (recibos de depósitos bancários), entre outros. As características básicas desses títulos é que representam uma promessa de pagamento, em data especificada (ou não conforme o título utilizado para captação) para o depositante da importância inicialmente depositada mais uma remuneração (também dependente das características de cada tipo de depósito a prazo). As características das aplicações dos depositantes em depósitos a prazo são variáveis de banco para banco, de título para título. Geralmente as características variáveis são: os termos de vencimentos e valor, penalidades para resgates antes de datas estipuladas, taxas de juros (fixas e/ou variáveis) etc.

Sobre o passivo dos bancos comerciais (não composto exclusivamente por depósitos a prazo e a vista), SAUNDERS (2000:28) comenta: *“Os bancos comerciais contam com duas fontes principais de fundos, além do capital fornecido pelos proprietários: depósitos e recursos de terceiros, ou outros fundos emprestados. A principal diferença entre os bancos e outras instituições, especialmente outras empresas de prestação de serviços financeiros, é seu elevado nível de endividamento.”* (grifos adicionados)

As fontes de recursos dos bancos comerciais, além do capital próprio (capital inicial mais os lucros acumulados não distribuídos), são os depósitos e outros recursos tomados por empréstimos através de diversos títulos e operações, tais como emissão de *Commercial Papers*, *Notes*, *Bonds*, empréstimos de outras instituições etc.

Vale ainda comentar que conforme as políticas monetárias e econômicas de cada país os recursos representados pelos depósitos a vista e a prazo podem não estar totalmente (100%) disponíveis para serem aplicados em operações de crédito ou em títulos, pois podem estar sujeitos aos depósitos compulsórios determinados pelas autoridades monetárias. Ou seja, se por exemplo, os depósitos compulsórios sobre os depósitos a vista forem de 25%, somente 75% dos saldos dos depósitos podem ser utilizados para aplicações em operações de crédito. Os 25% devem ser obrigatoriamente depositados em contas específicas nos bancos centrais.

(A natureza da estrutura de capital dos bancos comerciais é completamente diferente das estruturas de outras empresas (fabris, comerciais, prestadoras de serviços não financeiros etc.). Nessas outras entidades os passivos onerosos, isto é, os passivos que não são de uso (passivos de uso, tais como capital de giro e a outros passivos operacionais) representam recursos de terceiros utilizados para financiar as operações. São de natureza não operacional, mesmo que a legislação brasileira obrigue que o registro de seus custos faça parte do resultado operacional.

Quanto ao nível de endividamento, ou seja, da proporção entre capital de terceiros e capital próprio, ou proporção do capital de terceiros sobre o capital total, existem certos níveis que, se ultrapassados, podem indicar problemas de liquidez, problemas de falência etc. Ou seja, a participação do capital de terceiros nessas entidades não financeiras é de natureza não operacional, e tende a representar uma parcela menor do capital total quando comparada com as entidades de natureza de prestação de serviços financeiros.)

No caso dos bancos comerciais o capital de terceiros faz parte efetivamente da operação, já que o banco ganha através da obtenção de *spreads* positivos sobre esses passivos. Essas instituições representam altos níveis de endividamento, principalmente se comparados com as entidades não financeiras, já que ganham (agregam valor) justamente com o uso desses passivos.

Esses recursos, depósitos a prazo e a vista, são fundamentais para os bancos comerciais, pois são a origem dos recursos que são emprestados pelo banco para seus clientes, nas suas mais variadas operações de crédito e em aplicações em outros títulos e/ou valores mobiliários, formando assim a maior parcela dos ativos dos bancos comerciais.

Os ativos dos bancos comerciais, SAUNDERS (2000; pg. 27), são compostos por quatro principais categorias de ativos (geradores de receita dos bancos comerciais): *“empréstimos a pessoas jurídicas (ou empréstimos comerciais e industriais), títulos, empréstimos hipotecários e crédito pessoal.”*

Ou seja, os bancos comerciais aplicam os recursos (próprios e de terceiros) em operações de crédito para pessoas físicas e pessoas jurídicas, e também fazem aplicações em títulos, tanto públicos como privados. As operações de crédito dos bancos comerciais são predominantemente de curto e médio prazos, mas também podem ser de longo prazo

(Maior detalhamento qualitativo sobre os ativos dos bancos comerciais e como administrá-los pode ser encontrado em REED (1985).)

Existem outras formas de captação de recursos que os bancos comerciais se utilizam, mas não serão comentadas por não serem objetivo principal desse trabalho. Os depósitos a prazo e a vista são os dois focos principais de estudo.

É óbvio mencionar que sem os depósitos a prazo e a vista a natureza dos bancos comerciais seria alterada radicalmente, aproximando-se de outras instituições financeiras. Além disso, sem esses depositantes os bancos comerciais efetivamente não sobrevivem por não poderem obter recursos suficientes baratos para poder aplicá-los em operações de crédito demandadas pelo mercado.

(Dando ênfase, um aspecto relevante sobre os clientes e depositantes dos bancos comerciais a ser lembrado é que os depositantes e clientes podem ou não ser os mesmos. Isto é, clientes 'ativos' podem não ter seus recursos depositados no banco, tendo assim um relacionamento único, como tomadores de recursos dos bancos. A recíproca também é verdadeira; os depositantes 'passivos' não necessariamente possuem relacionamento com o banco no sentido de terem recursos tomados por empréstimos da instituição. Entretanto, pode haver casos 'simultâneos', ou seja, os relacionamentos 'ativos' e 'passivos' se dão com as mesmas pessoas (físicas ou jurídicas) que mantém no banco os recursos sob a forma de depósitos (a prazo ou a vista) e ao mesmo tempo efetuam operações de crédito.)

Genericamente, diz-se que a massa total de depositantes forma a base de depositantes dos bancos comerciais. E, novamente, essa base de depositantes é essencial para a manutenção da continuidade das operações da instituição.

O próximo capítulo '*Depósitos Estáveis (DEs)*' à pág. 165 trata especificamente dessa base de depositantes, discorrendo sobre diversos efeitos econômicos decorrentes da sua manutenção ao longo do tempo.

Os depositantes dos bancos comerciais também geram recursos para a instituição através de cobrança de diversas tarifas na prestação de serviços, tais como taxas de manutenção de conta corrente, custo de emissão de cheques, custo de consultas de extratos e saldos via Internet, custos por transferências de recursos (DOCs), entre outros. Essas receitas não têm características das receitas financeiras (e ficam classificadas, conforme o COSIF¹⁴¹, em linha destacada da demonstração do resultado como Receitas de Serviços ou de Prestação de Serviços). Mas tais receitas também são origens de recursos, derivadas do relacionamento da instituição com seus depositantes.

3.4.2 BANCOS MÚLTIPLOS

“A resolução nº. 1.524 (de 21/09/88) facultou aos bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de crédito, financiamento e investimento a organização opcional em uma única instituição financeira, com personalidade jurídica própria, permitindo que os conglomerados financeiros se organizassem na forma de uma única instituição, denominada banco múltiplo.” (ANDREZO, 1999:180)¹⁴²

¹⁴¹ COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. É o plano de contas padronizado pelo qual as instituições financeiras que operam no Brasil são obrigadas a efetuar a contabilização de suas operações e atividades.

¹⁴² A Resolução CMN nº 1.524/88 foi revogada pela Resolução CMN nº 2.551/98, mas as regras específicas sobre bancos múltiplos estão na Resolução CMN nº 2.0994/94, no Anexo I, Capítulo III.

Ou seja, os bancos múltiplos, como o próprio nome diz, são instituições financeiras que possuem diversas atividades de intermediação financeira de forma que a instituição possa ser constituída sob uma única personalidade jurídica. Tecnicamente são bancos que possuem carteiras diversificadas nas mais variadas formas de operação¹⁴³. Para um banco ser considerado múltiplo deve ter no mínimo duas carteiras, sendo que obrigatoriamente uma delas deve ser comercial ou de investimentos. Portanto pode-se associar à imagem do banco múltiplo uma única instituição com seu ativo e passivo constituído por um portfólio de carteiras distintas de operações variadas.

O banco múltiplo, quando possui carteira comercial, possui necessariamente base de depositantes (depósitos a vista e a prazo). Para esses bancos, no contexto do presente trabalho, o que interessa são suas bases de depositantes.

¹⁴³ Mais detalhadamente, os bancos múltiplos podem realizar operações típicas dos seguintes bancos: comerciais, de investimento, de desenvolvimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário e sociedades de arrendamento mercantil.

3.4.3 CAIXAS ECONÔMICAS

As caixas econômicas “equiparam-se, em certo sentido, aos bancos comerciais, pois podem captar depósitos a vista, realizar operações ativas e efetuar prestação de serviços, embora basicamente destinadas a pessoas físicas. ... sua grande fonte de recursos são os depósitos em caderneta de poupança, que são os instrumentos de captação privativos de entidades financiadoras ligadas ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) e que garantem o estímulo à captação da economia das classes de baixa renda, por protegê-las contra a erosão inflacionária e lhes dar renda imediata.” (FORTUNA, 1997:20)

Esses bancos executam “atividades características de bancos comerciais e múltiplos, como recebimento de depósitos a vista e a prazo, cadernetas de poupança ...” entre outros. (ASSAF, 2000:69)

Ou seja, basicamente captam recursos a vista e principalmente a prazo (via cadernetas de poupança) e os aplicam em operações de financiamento de moradias.

DEPÓSITOS DE POUPANÇA

Os depósitos de poupança são depósitos a prazo com características especiais. Foram criados para a captação de recursos da grande massa populacional. Os depósitos de poupança representam “o tipo mais comum de aplicações para pessoas físicas, comumente chamada de caderneta de poupança¹⁴⁴. Estes depósitos normalmente podem ser sacados a qualquer momento, mas tecnicamente um período de carência pode ser imposto pelas regras e regulamentações do banco” (REED,1985:14) ou do governo. Esse prazo de carência atualmente no Brasil é de trinta dias.

(Esse aspecto dos prazos é interessante de ser comentado. Os depósitos a prazo representados por depósitos de poupança possuem prazos de vencimentos de 30 em 30 dias, ou seja, os recursos com respectivas remunerações são disponíveis para saque em prazos de 30 dias, mas são aplicados em empréstimos habitacionais, que são caracterizados por serem de longo prazo. Decorre desse visível descasamento de prazo entre operações de *funding* e de aplicação de recursos a seguinte questão: por que as caixas econômicas, por exemplo, se sustentam na sua continuidade, ao passo que captam recursos que têm características de curtíssimo prazo e aplicam em ativos de longos ou longuíssimos prazos de duração?

¹⁴⁴ Curiosidade: as contas de poupança ainda são popularmente chamadas de *cadernetas de poupança* porque tradicionalmente o poupador recebia uma pequena caderneta onde os caixas do banco registravam todas as retiradas e depósitos, incluindo juros, e cuja apresentação era obrigatória para que fosse efetuada uma transação. Atualmente as *cadernetas* foram substituídas pelos extratos. (REED,1985)

Se, num caso extremo, todos os depositantes quiserem resgatar seus recursos de poupança num determinado momento, a entidade não terá nesse momento recursos disponíveis para efetuar tais resgates, pois os seus ativos não podem ser imediatamente convertidos em caixa. Então qual é o evento econômico que ocorre de forma que a atividade de empréstimo de longo prazo se sustente com fontes de financiamentos de curto prazo? (A resposta para essa pergunta encontra-se no tópico “*Depósitos Estáveis (DEs)*” da pág. 165. Adianta-se que é por causa da característica de estabilidade de parcela da base de depositantes. Ou seja, parte da base de depositantes deixa seus recursos ‘guardados’ nos bancos por longos períodos de tempo, de forma que não representam demandas imediatas de devolução desses recursos para seus titulares.)

Algumas características (obtidas de REED (1985, cap. 6 – Administração do passivo)) das contas de poupança (contas em que ficam recursos dos depósitos de poupança) merecem destaque, tais como não possuir datas específicas de vencimento; os depósitos e retiradas podem ser feitas a qualquer hora. NIYAMA (2000:153) ainda considera que o grande problema desses depósitos é que são sensíveis à condução da política monetária por parte do Governo, assim como à fixação das taxas de juros, que podem influenciar em aumentos ou diminuições dos volumes dos depósitos.

Acrescenta-se que as taxas de juros, entre outros fatores, também influenciam na volatilidade dos depósitos a prazo.

4 DEPÓSITOS ESTÁVEIS (DE_s)

Esse capítulo refere-se ao tema central da dissertação. Nele encontram-se argumentos que levam à conclusão de que uma parcela dos depositantes de um banco comercial, ou múltiplo ou caixa econômica ou de outra instituição que se utiliza de depósitos (representada por passivos financeiros operacionais, constituídos dos depósitos a vista e a prazo), com determinadas características, é na verdade um ativo (intangível) do banco.

Também são apresentados argumentos que fazem com que esse ativo, muitas vezes não contabilizado, represente uma parcela do *goodwill* (tanto contabilizado como o não nas instituições financeiras), corroborando o fato de que, identificando-se os ativos intangíveis não reconhecidos contabilmente, tende-se a eliminar o *goodwill* genérico (como discorrido no capítulo anterior “*Conceitos e Definições de Goodwill*”, iniciado à pág. 112).

4.1 EXPLICAÇÃO DO SIGNIFICADO DE DEPÓSITOS ESTÁVEIS (DEs)

Quando se fala em parcela da base de depositantes, automaticamente está-se fazendo distinção entre os depositantes que formam essa parcela e a própria base como um todo, que envolve todos os depositantes do banco num determinado momento.

Para maior entendimento cabe uma pequena análise semântica. No inglês essa parcela da base é denominada *core depositors*, que provêm os *core deposits*. A palavra *core* em inglês significa a parte central de alguma coisa, a parte mais importante de alguma coisa, o núcleo de alguma coisa.¹⁴⁵ Então o significado de *core depositors* e *core deposits*, implica em ‘depositantes principais, depositantes centrais’ e ‘depósitos principais, depósitos centrais’, respectivamente. Entretanto tal tradução não faz sentido sem que se explique o contexto em que as expressões ‘depósitos centrais’ e ‘depositantes centrais’ são utilizadas.

Nos bancos, como já mencionado anteriormente, uma das fontes de recursos é o saldo dos depósitos a vista e a prazo dos seus depositantes. Com relação aos depósitos a vista, *“Embora os depósitos a vista permitam que seus titulares exijam dinheiro imediatamente – sugerindo que seu prazo de vencimento é muito curto – muitos indivíduos tendem a manter saldos em depósitos por longos períodos. Na linguagem bancária, comportam-se como se fossem **depósitos permanentes** de um banco.”* SAUNDERS (2000; pg. 151)

Mesmo que os depósitos a vista possam ser sacados a qualquer momento pelos seus depositantes, existe uma parcela desses depósitos que tende a permanecer no banco por um longo período de tempo, permitindo ao banco que utilize tais recursos em suas operações, também por um longo tempo. Nesse sentido, tais depósitos podem ser caracterizados como depósitos permanentes, conforme SAUNDERS.

¹⁴⁵Conforme pesquisado em dicionários inglês-inglês, tais como OXFORD Advanced Learner's Dictionary, COLLINS Cobuild Dictionary.

Na presente dissertação optou-se por denominar tais depósitos por **Depósitos Estáveis**, ao invés de 'depósitos permanentes', ou 'depósitos centrais'. Na realidade os depósitos com essas características mencionadas não são efetivamente permanentes, pois possuem um tempo limitado, mesmo que longo, de permanência no banco. O termo 'depósitos permanentes' pode implicar na idéia de que os saldos serão sempre mantidos na instituição, independente dos movimentos das taxas de juros e/ou dos concorrentes da instituição depositária. Já o termo 'depósitos estáveis' implica em estabilidade temporal relativa e não absoluta, diferentemente de permanência temporal total.

A expressão 'depósitos centrais', se comparada com 'depósitos permanentes' é mais adequada, mas pelo fato de comumente encontrar-se o termo 'depósitos estáveis' em artigos ou em jargões de mercado, optou-se por adotar esse último. Outra justificativa é que a expressão 'estáveis' é fundamental para que o intangível decorrente desses depósitos seja passível de caracterização contábil.

Desse ponto em diante, estar-se-á utilizando a sigla DEs como substituto da expressão depósitos estáveis.

Conforme MILLER (1995:226), a definição de *core deposits*, ou depósitos estáveis (**DEs**), é: “a base de contas a vista e de poupança [...] cuja manutenção o banco pode esperar durante um período extenso de anos por causa de relações geralmente estáveis.”¹⁴⁶ (grifos adicionados)

Conforme THORNTON (1989:85), DEs são caracterizados como: “depósitos a prazo e a vista que, enquanto sem restrições legais, são geralmente baseados em relações estáveis com clientes de tal maneira que o banco pode contar com o uso destes fundos durante um período extenso de tempo, freqüentemente muitos anos¹⁴⁷. De maneira simples, assumindo uma boa relação, pode-se esperar que muitos clientes tratarão com o mesmo banco durante um período extenso de tempo.”¹⁴⁸

Os DEs referem-se à parcela das contas dos depositantes que possuem depósitos a vista e depósitos a prazo [*em termos genéricos*] e que o banco pode esperar manter por extenso período de anos por causa de relacionamentos estáveis entre a instituição e esses depositantes. Em outras palavras os DEs são representados pelos saldos de depósitos que o banco espera que não sejam resgatados pelos seus titulares num determinado espaço de tempo futuro.

Uma outra definição de *core deposits* é dada por HARRISON e HOLLINGSWORTH (1991:38):

¹⁴⁶ Original: “the base of demand and savings accounts that [...] the bank can expect to maintain for an extended period of years because of generally stable relationships.”

¹⁴⁷ Essa definição citada por THORNTON na realidade é a definição de OCC (Office of the Comptroller of the Currency) dos EUA, contida no ‘Interim Policy with Respect to Accounting Treatment for Purchased Core Deposit Intangibles’, January 1982.

¹⁴⁸ Original: “time and demand deposits which, while not legally restricted, are generally based on stable customer relationships of such a nature that the bank can expect the use of these funds for an extensive period of time, often many years. Stated simply, assuming a good relationship, many customers can be expected to deal with the same bank for an extended period of time.”

“Depósitos centrais são depósitos a vista, de poupança e a prazo baseados em relações estáveis com clientes que geram fundos para um período extenso de tempo, freqüentemente muitos anos”¹⁴⁹(grifos adicionados)

Novamente, os DEs referem-se àquelas contas de depositantes do banco que mantêm relacionamentos estáveis com a instituição ao longo do tempo. Pode-se dizer que são contas de depositantes fiéis à instituição, que são contas de depositantes que se mantêm na instituição independente de flutuações de fatos ou ocorrências econômicas, principalmente de flutuações de taxas de juros.

Explicando um pouco mais sobre a essência econômica dos DEs, esses referem-se aos recursos que ficam depositados nas contas da instituição ao longo do tempo, e que não são retirados quando ocorrem flutuações de taxas de juros, ou que não são transferidos para outras instituições por causa de marketing de concorrentes, ou fatos semelhantes. Fazendo uma analogia, são os ‘clientes de uma loja que sempre vão comprar nessa loja independente de fatores externos ao relacionamento loja-cliente’.

Economicamente significam recursos que são emprestados para o banco pelos depositantes e que ficam disponíveis para o banco por longos períodos, podendo assim ser aplicados pelo banco em empréstimos (operações de crédito) e/ou em investimentos (títulos).

¹⁴⁹ Original: “Core deposits are demand, savings, and time deposits based on stable customer relationships that generate funds for an extended period of time, often many years.”

Desse ponto em diante, quando as expressões ‘DEs’ e ‘depositantes estáveis’ forem utilizadas, estar-se-á referindo aos *core deposits* e aos *core depositors*, conforme explicado anteriormente.

Sendo assim, percebe-se que os DEs não abrangem o universo total dos depósitos dos depositantes, mas somente uma parcela que mantém relacionamento estável e duradouro com a instituição depositária.

“Os depósitos centrais principalmente se referem a contas com movimento regular, contas de depósito a prazo, e contas de poupança regulares. Estes são uma fonte de fundos de custo relativamente baixo e razoavelmente insensível a mudanças na taxa de juros.” (YAROS & MEEHAN, 1988:89) ¹⁵⁰

¹⁵⁰ Original: “Core deposits principally refer to regular checking accounts, time deposit accounts, and regular savings accounts. These are a relatively low-cost source of funds, which are stable and reasonably insensitive to interest rate changes.”

4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS DE_s COMO ATIVO INTANGÍVEL

*“No caso de uma incorporação comercial evidenciada por meio do método de compra, que envolve a aquisição de um banco ou instituição de poupança, aos ativos intangíveis adquiridos que podem ser identificados separadamente será atribuída uma parte do custo total da empresa adquirida se os fair values desses ativos puderem ser determinados de maneira confiável. Os fair values de tais ativos relacionados a relações de depósito ou de empréstimo serão baseados nos benefícios estimados que podem ser atribuídos ao relacionamento que existe na data da aquisição sem considerar os poucos depositantes ou tomadores de empréstimo que possam substituí-los. Esses **ativos intangíveis identificados** serão amortizados ao longo das vidas estimadas dessas relações existentes.”¹⁵¹ (grifos adicionados)*

Os bancos comerciais, múltiplos e caixas econômicas podem ser caracterizados pela sua clientela, composta basicamente por pessoas físicas e jurídicas. De forma geral, a intermediação financeira característica desses bancos significa ganhar algum *spread* positivo sobre os depósitos de seus depositantes, além de obter outros tipos de receitas não financeiras, decorrentes de prestação de serviços e tarifas.

¹⁵¹ FAS nº 72 (*Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions*), §4, em FASB (1993:726-7). Original: “In a business combination accounted for by the purchase method involving the acquisition of a banking or thrift institution, intangible assets acquired that can be separately identified shall be assigned a portion of the total cost of the acquired enterprise if fair values of those assets can be reliably determined. The fair values of such assets that relate to depositor or borrower relationships shall be based on the estimated benefits attributable to the relationships that exist at the date of acquisition without regard to few depositors or borrowers that may replace them. Those identified intangible assets shall be amortized over the estimated lives of those existing relationships.”

“O valor do depósito central origina-se na margem de lucro entra as taxas sobre tais depósitos e a taxa que seria paga sobre a ‘alternativa do mercado.’” (BIEBL, 1993:24) ¹⁵²

Depreende-se do parágrafo anterior que os depósitos, caracterizados como passivos para o banco que os recebe, são a principal fonte de recursos para a atividade bancária. São considerados como a principal fonte de recursos para o banco porque normalmente apresentam um custo inferior do que outras fontes de recursos que podem ser obtidas no mercado de capitais, tais como empréstimos interbancários, CDBs, CDIs, entre outros instrumentos financeiros.

Quando um cliente deposita algum dinheiro em uma conta de um banco de varejo, esse dinheiro pode ou não ser remunerado. Se ficar livre na conta, sem que o cliente o aplique em algum tipo de investimento (fundos, ações, poupança, etc.), ele não sofre remuneração alguma. Se não forem levados em consideração custos operacionais, este seria a fonte de recursos mais barata que o banco pode ter. No caso do dinheiro depositado ser aplicado em algum tipo de investimento, a sua remuneração é o custo do depósito para o banco, representado por despesas financeiras operacionais (que na realidade são as receitas financeiras dos depositantes).

¹⁵² Original: “The value of core deposit derives from the spread between the rates on such deposits and the rate that would be paid on the ‘market alternative’.”

“A premissa sobre depósitos centrais refere-se ao seu potencial de geração de um fluxo de receitas ao longo do tempo. ... O banco tipicamente investe os fundos destes depósitos em empréstimos e outros ativos que geram lucro e recebe taxas por serviços prestados a seus depositantes. O banco também incorre em várias despesas ao manter as contas de depósito. Estas despesas incluem o custo de serviço sobre depósitos a vista e a prazo e o custo de juros relacionado às contas de poupança.” (THORNTON, 1989:85) ¹⁵³

A outra ponta da atividade bancária de varejo, a que gera ativos e receitas para o banco, que são os empréstimos e investimentos, é onde os recursos dos depositantes são aplicados. Essas aplicações tendem a gerar uma rentabilidade maior que o custo dos recursos utilizados. E é dessa forma, em termos gerais, que a atividade bancária ocorre.

“Intangíveis dos depositários são desenvolvidos pela atração e manutenção de relações com clientes centrais. Em troca de conveniência, clientes providenciam fundos que uma instituição depositária pode usar de maneira lucrativa.” (MORGAN, October 1991,66) ¹⁵⁴

¹⁵³ Original: “The assumption of core deposits is related to their potential to generate a stream of earnings over time. ... The bank typically invests the funds from these deposits in loans and other income-producing assets and receives fees for services rendered to its depositors. The bank also incurs various expenses in maintaining deposit accounts. These expenses include servicing cost on demand and time deposits and interest cost related to savings accounts.”

¹⁵⁴ Original: “Depositor intangibles are developed by attracting and securing relationships with core customers. In return for convenience, customers provide funds that a depository institution can put to profitable use.”

Exemplificado de forma numérica, pode-se começar a entender porque parcela dos depositantes do banco representa um ativo intangível. Suponha que um depositante deposite \$\$100 em sua conta, e que este dinheiro seja remunerado a uma taxa de 10% ao ano. No final do ano o saldo de sua conta será de \$\$110 ($100 \times 1,1$). O passivo do banco terá aumentado de \$100 para \$110, sendo que o incremento de \$10 representa uma despesa financeira operacional para o banco.

Agora suponha que quando os \$100 foram depositados, havia demanda para que esse recurso fosse emprestado para outro cliente do banco. E a taxa de juros que o banco cobra para fazer este empréstimo é de 15% ao ano. Assim que o dinheiro é emprestado, o banco possui um ativo de \$100, e ao mesmo tempo um passivo de \$100. Ao final do ano, considerando que o empréstimo será amortizado depois de um ano, o valor a ser recebido pelo banco será de \$115 ($100 \times 1,15$). O incremento do ativo de \$15 representa uma receita financeira operacional para o banco.

Ao final do ano, o banco demonstrará um passivo de \$110, um ativo de \$115, despesas de \$10 e receitas de \$15 e um resultado positivo de \$5 ($15 - 10$). Ou seja, o *spread* obtido foi de 5% ($15\% - 10\%$) sobre o valor depositado de \$100.

O que ocorreu é que o banco auferiu um benefício econômico de \$\$5 decorrente do uso dos recursos de seu depositante. Nota-se então que o depositante que manteve os seus recursos no banco durante um determinado período ‘funcionou’ como fonte de geração de benefícios econômicos, pois foi o agente que possibilitou que tais benefícios fossem obtidos para o banco.

Dessa maneira simplificada, pode-se verificar que os depositantes que mantêm seus recursos depositados num banco por um período de tempo são ativos para o banco, caracterizados como agentes geradores de benefícios que o banco obtém com o uso desses recursos.

Com base nesse mesmo exemplo, considerando que esse depósito seja um depósito estável, em que as taxas de remuneração tanto do ativo como do passivo não se alterem no futuro, e que o recurso de terceiros possa estar sempre aplicado, espera-se que a instituição depositária obtenha perpetuamente benefícios de \$\$5 (sem considerar outros custos operacionais do banco). Supondo-se que o custo de oportunidade do capital próprio do banco comercial seja de, por exemplo, 20% ao ano, de forma grosseira pode-se avaliar que o valor desse depósito estável (considerado para fins de exemplificação como depósito perpétuo) seja:

$$\frac{\$5}{0,20} = \$25$$

Se, por exemplo, a relação comercial entre o cliente e o banco for esperado de continuar por mais dez anos, então o benefício de \$\$5 será obtido por mais dez anos. Então o valor desse depósito será:

$$\sum_{t=1}^{10} \left(\frac{\$5}{(1+0,20)^t} \right) = \$21$$

Portanto o depósito (inicial) de \$100, caracterizado como estável, representa para o banco um potencial de obtenção de benefícios futuros, cuja mensuração a valor presente monta a \$25, se caracterizado como perpétuo, ou igual a \$21 se a estabilidade esperada for de dez anos. E é justamente esse acúmulo de benefícios futuros através de seus valores presentes a representação de um ativo, de um ativo intangível, que somente existe por causa da existência dos DEs do banco.

(Desse exemplo extremamente simplificado pode-se notar que outros aspectos devem ser – e são – tratados nesse trabalho, tais como: estimação do tempo de estabilidade dos depósitos, estimação do custo de oportunidade associado aos depósitos, sensibilidade dos depósitos às taxas de juros e outros fatores, receitas de serviços e despesas operacionais relacionadas à manutenção dos depósitos, padrões de amortização do ativo etc.)

O raciocínio desenvolvido encaixa-se perfeitamente com o que HARRISON e HOLLINGSWORTH (1991:38) comentam a respeito da atividade bancária comercial:

“Os bancos comerciais geram a maior parte do seu lucro tomando dinheiro emprestado de depositantes centrais a uma taxa de juros e emprestando o dinheiro para clientes a uma taxa mais alta.”¹⁵⁵

Conclui-se que a parcela dos depositantes de uma instituição financeira que mantém relacionamento estável com o banco, representa para o banco uma das maiores fontes de riqueza, pois dessa base benefícios são obtidos (sob a forma de receitas financeiras de intermediação financeira e de receitas de tarifas e serviços).

Soma-se a isso que pelo fato da relação entre depositantes e banco ser estável, tais recursos dos quais derivam os benefícios, representados pelos depósitos estáveis (depósitos dessa parcela de depositantes), não possuem volatilidade em relação a outras fontes de financiamento, e permanecem depositados no banco por longo período de tempo. Esses recursos que permanecem na instituição ao longo desse tempo implicam para o banco que existirão (com altas probabilidades de acerto) fontes de financiamentos que poderão ser emprestadas (aplicadas em operações de crédito) ou aplicadas em ativos que rendem juros, proporcionando receitas para o banco.

¹⁵⁵ Original: “Commercial banks generate the bulk of their income by borrowing from core depositors at one interest rate and lending the money to customers at a higher rate.”

Portanto essa base de depositantes é caracterizada como agente proporcionador de benefícios futuros, que, conforme discutido no item “*Conceitos e definições de Ativo*” da pág. 17, é a característica principal de um ativo. Logo os recursos dessa base, denominados depósitos estáveis (DEs) são na verdade um ativo para a instituição depositária.

Essas características isoladas não implicam que esse ativo seja contabilizável. Para que seja, esse ativo ainda deve ser enquadrado nos três critérios restantes necessários para reconhecimento contábil de ativo, sendo que o primeiro - enquadramento na definição de ativo - acabou de ser discutido. Ainda faltam discussões sobre a atribuição de valor aos atributos desse ativo, sobre a relevância e a confiabilidade da informação contábil sobre esse ativo.

4.2.1 DEPÓSITOS ESTÁVEIS COMO ATIVOS INTANGÍVEIS

Retomando-se as características de ativo intangível discutidas nesse trabalho pode-se verificar que a base de depósitos estáveis (ou depositantes estáveis) de um banco pode ser caracterizada como tal.

Sendo o ativo intangível um ativo que não possui substância física, os DEs são agentes incorpóreos que potencializam a entidade depositária a auferir benefícios futuros. A relação física que existe com referência aos DEs é que são recursos (portanto intangíveis na sua essência) de pessoas, essas sim elementos físicos, mesmo quando representantes de recursos de empresas (pessoas jurídicas).

Mas o agente que proporciona os benefícios são os recursos (das pessoas e das empresas), e esses são elementos intangíveis da economia. Quando esses recursos são sacados em espécie, são as únicas vezes que se tornam físicos, sob a forma de dinheiro vivo (pode-se pegar, tocar o recurso). Quando os recursos são utilizados para compra de objetos físicos, esses são transferidos entre agentes econômicos através de cheques, transações eletrônicas etc., e essas não envolvem os recursos físicos em si, mas documentos (físicos e intangíveis, como os documentos eletrônicos) que representam os recursos.

Por exemplo, uma pessoa recebe seus salários através de depósitos em conta corrente. Se essa pessoa não sacar os recursos no caixa, esses estarão representados por dados, expressos em documentos. Mesmo se o pagamento do salário for em cheque, esse pedaço de papel é o representante dos recursos que estão sendo movimentados entre agentes econômicos.

O direito de propriedade e controle desses recursos caracteriza-os como representantes da riqueza das entidades, pessoas ou empresas. E a riqueza, na grande maioria das vezes é um conceito intangível, que pode ser representado por bens materiais ou não. No caso em específico, tais recursos representados por depósitos bancários são intangíveis. A evidência de que os recursos representados pelos DEs são ativos, e intangíveis, é justamente pelo fato do banco esperar obter benefícios futuros pelo uso e controle desses agentes (os depósitos, genericamente). E esses benefícios são controlados pelo banco, à medida que enquanto estiverem depositados na instituição, estarão disponíveis para serem aplicados¹⁵⁶. Portanto são ativos intangíveis das instituições depositárias.

HARRISON e HOLLINGSWORTH (1991:40) colocam as seguintes questões que abrangem outros aspectos a serem considerados na caracterização dos DEs como ativo intangível bancário:

“• O depósito central é igual a ativos intangíveis? • O depósito central pode ser separado do goodwill? • O intangível decorrente dos depósitos centrais pode ser avaliado de maneira confiável? [...] • O custo do intangível decorrente dos depósitos centrais deveria ser amortizado?”¹⁵⁷

¹⁵⁶ Ressalvadas as restrições legais de depósitos compulsórios, determinados periodicamente pelo Banco Central do Brasil (BC). Ou seja, para determinação do volume do meio circulante na economia, o BC determina que parcela dos depósitos a vista e a prazo seja aplicada obrigatoriamente no BC, de forma que fica indisponíveis para ser aplicados na economia, diminuindo o poder de multiplicação da moeda por parte dos bancos.

¹⁵⁷ Original: “• Is the core deposit intangible assets? • Can the core deposit intangible be separated from goodwill? • Can the core deposit intangible be valued reliably? [...] • Should core deposit intangible cost be amortized?”

Ou seja, para que os DEs possam ser caracterizados como um ativo intangível, devem primeiramente ser verificadas as suas características, a fim de enquadrá-las ou não nas características que necessariamente um ativo intangível passível de registro contábil deve possuir (conforme discorrido anteriormente nos itens “*Crítérios de Reconhecimento Contábil*” da pág. 74 e “*Contabilização de Ativos Intangíveis*” da pág. 87).

Enfatizando a resposta à primeira questão, de forma direta, como os DEs potencializam ao banco a obtenção de benefícios futuros, e sob a forma direta de entrada de caixa em algum momento no tempo, então atendem à primeira característica de ativo, a de proporcionar benefícios econômicos futuros.

Quanto ao aspecto da controlabilidade do ativo, os benefícios futuros esperados decorrentes dos DEs fluem exclusivamente para o banco depositário, e por período de tempo estimado de obtenção desse benefícios.

4.2.2 IDENTIFICABILIDADE DO INTANGÍVEL DECORRENTE DOS DES

Referente à segunda questão colocada na citação anterior, (identificação e segregação do ativo intangível decorrente dos DES do *goodwill*), é necessário recorrer às conclusões contidas no item sobre *goodwill*. Naquele item concluiu-se que, dentre outros, o *goodwill* pode estar sendo representado por ativos intangíveis não registrados pela contabilidade. Ao se verificar a possibilidade de identificação específica do ativo intangível decorrente dos DES, pode-se chegar à conclusão de que esse ativo é passível de separação, pelo fato de sua avaliação ser feita com base em fluxos de caixa específicos, identificados e determinados.

E se o ativo intangível é identificado em separado, não faz parte do *goodwill*, o que faz com que o valor do *goodwill* seja diminuído, pois identifica-se mais um de seus componentes (conforme discutido anteriormente, uma das principais características do *goodwill* de uma entidade é a capacidade de manter relacionamentos estáveis com sua clientela; mas se essa capacidade é identificada em separado, e é mensurada, passa a não mais representar o *goodwill* genuíno).

Esse aspecto em especial (identificabilidade, separabilidade do ativo intangível dos outros ativos intangíveis e tangíveis) pode ser verificado em HARRISON e HOLLINGSWORTH (1991), HARRISON e HOLLINGSWORTH (1992), em MORGAN (October,1991), em MILLER (1995), em ELLSWORTH (1992), em BIEBL (1993), em SPEER (1989), em RINGER (1991), em McGUIRK e GIESEN (1990) e em diversos outros artigos pertinentes pesquisados. Esses autores todos comentam que a identificação em separado está associada aos cálculos do valor dos DEs, sendo que estes são feitos sempre com parâmetros de mercado, utilizando-se taxas de desconto adotadas pelo setor, com premissas do setor, de forma que chegam a estimar resultados específicos para o ativo intangível (estimam os fluxos de caixa líquidos decorrentes única e exclusivamente do uso dos DEs).

Um outro argumento que corrobora a separabilidade dos DEs do *goodwill*, é que os DEs podem e são negociados em separado (quando existem mercados organizados para tal). Tais negociações ocorrem principalmente quando existem movimentos de privatizações, de fusões e aquisições, onde as bases dos depositantes estáveis são avaliadas em separado, identificando-se o seu valor separadamente do valor total da entidade ou da negociação.

Nos EUA, esses ativos intangíveis são negociados (e precificados a *fair value*) em mercados organizados especificamente para tais negociações, o que não ocorre no Brasil. Pode-se obter informações a respeito da existência de mercado para os IDEs em RINGER (1991), quando comenta os DEs são alvos de grande parte de aquisições, para que se possa ter fundos mais baratos.

“... para aumentar os depósitos centrais de varejo a fim de baixar seu custo de captação, aumentar a confiança e outras receitas sem incidência de juros, e para reduzir as despesas.” (RINGER, 1991:20) ¹⁵⁸

*“Apesar disso, têm ocorrido inúmeras transações em que poucos ou nenhum ativo, a não ser os intangíveis dos depósitos, caixa e títulos foram trocados pelos passivos depositários. De fato, **tanto relações depositárias quanto outros intangíveis são às vezes negociados separadamente no mercado.**”* (MORGAN, March 1991:76) ¹⁵⁹ (grifos adicionados)

Nessa linha de raciocínio, MORGAN (October, 1991) também menciona que os DEs muitas vezes são vendidos em separado para fins de enquadramento legais, semelhantes ao índice da Basiléia.

“Instituições mais fracas são induzidas a vender depósitos e outros intangíveis para atender a exigências regulatórias de capital a curto prazo.” (MORGAN, October 1991:76) ¹⁶⁰

¹⁵⁸ Original: “... to boost core retail deposits to lower its cost of funding, increase trust and other noninterest income, and reduce expenses.”

¹⁵⁹ Original: “Nevertheless, there have been numerous transactions in which few or no assets other than deposit intangibles, cash, and securities were exchanged with the deposit liabilities. As a factual matter, deposit relationships as well as other intangibles are sometimes traded separately in the market.”

¹⁶⁰ Original: “Weaker institutions are being induced to sell deposit and other intangibles to meet near-term regulatory capital requirements.”

SCHIFRIN (1990:39) em seu artigo revela que grande parte dos depósitos que são negociados referem-se a depósitos de instituições com problemas financeiros. Os depósitos são inicialmente absorvidos por entidade federal (*Resolution Trust Corp. – RTC*), e essa entidade coloca os depósitos à venda, que normalmente são adquiridos com um prêmio sobre o valor dos depósitos.

“Em um leilão do RTC, os compradores tipicamente oferecem um ‘ágio’ sobre os depósitos centrais da instituição. Isto significa que a instituição compradora aceita uma quantia de caixa mais baixa que a quantia do depósito comprado.” (SCHIFRIN, 1990: 39) ¹⁶¹

Corroborando novamente esse aspecto do potencial de separabilidade e de identificabilidade do ativo intangível, MORGAN (October 1991:66) é explícito:

*“A maior parte das aquisições [...] na atividade bancária pode ser atribuída à valorização direta do intangível decorrente dos depositantes, que pode ser igual a ou exceder o patrimônio líquido tangível de um banco.”*¹⁶² (grifos adicionados)

HAUGH (1992:381) também é muito claro em relação à separabilidade dos DEs do *goodwill*: *“O fato que os depósitos centrais poderiam ter sido separados e transferidos separadamente do goodwill dos bancos em questão.”*¹⁶³

¹⁶¹ Original: “In an RTC auction, buyers typically bid a ‘premium’ on the thrift’s core deposits. What this means is that the acquiring thrift accepts an amount of cash that is less than the amount of the deposit acquired.”

¹⁶² Original: “Most acquisition [...] in banking can be attributed to direct valuation of deposit intangible, which may equal or exceed a bank’s tangible net worth.”

¹⁶³ Original: “The fact that core deposits could have been severed and transferred apart from the goodwill of the banks in question.”

Esses aspectos implicam que os DEs têm valor e utilidade independente dos outros ativos da instituição financeira que os acolhe. Essa característica já faz com que o ativo intangível representado pelos DEs possa ser considerado separadamente do *goodwill*.

A demonstração de que os IDEs são identificados em separado do *goodwill* foi de fundamental importância para bancos americanos que compraram outras instituições financeiras comerciais de varejo na década de 80 e início da década de 90, conforme artigos publicados no periódico tributário americano '*Tax Clinic*'. Nesses casos ocorridos, a grande discussão foi em relação à dedutibilidade fiscal da despesa com amortização dos *core deposit intangibles*. Os casos pleiteavam junto ao IRS a possibilidade de se abater do imposto as parcelas de despesas referentes à amortização dos IDEs. Isso ocorreu porque a amortização do *goodwill* não é passível de ser deduzida do imposto. A partir do momento em que se comprovou que os IDEs são ativos distintos do *goodwill*, o IRS passou a permitir a dedutibilidade fiscal das despesas com amortização dos IDEs.

Na realidade a caracterização contábil dos DEs como ativos intangíveis passíveis de identificação, mensuração e registro contábil (quando ativos adquiridos, e não gerados internamente) começou a ser discutida não por características da relevância da informação contábil, mas sim do vislumbre à época da possibilidade de haver dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização do ativo intangível decorrente dos DEs. Atualmente o tratamento de amortização de intangíveis está sendo substituído pelo teste de recuperabilidade de custo (*impairment test*), o que difere da amortização ao longo da vida útil econômica do ativo.

“Oportunidades para amortizar o ativo intangível decorrente dos depósitos centrais aparecem porque os saldos de depósitos centrais representam uma fonte de captação de baixo custo para instituições financeiras quando comparados com fontes alternativas de captação. Se uma instituição financeira não for capaz de manter saldos substanciais de depósitos centrais, será forçada a obter financiamento de fontes alternativas mais caras de captação. A obtenção do financiamento caro aumentará o custo geral de fundos da instituição financeira e da mesma maneira diminuirá sua lucratividade.” (ELLSWORTH, 1992: 604) ¹⁶⁴

¹⁶⁴ Original: “Opportunities to amortize the core deposit intangible asset arise because core deposit balances represent a low cost funding source for financial institutions when compared to alternative funding sources. If a financial institution is unable to maintain substantial core deposit balances, it will be forced to obtain financing from more expensive alternative funding sources. Obtaining the expensive financing will increase the financial institution's overall cost of funds and thereby reduce its profitability.”

Nos casos em que as instituições compradoras comprovaram que os DEs são um ativo intangível distinto do *goodwill*, que são um ativo com vida útil determinável e que são confiavelmente calculados, o IRS (Internal Revenue Service – a Receita Federal norte-americana) consentiu que a amortização desse intangível fosse dedutível para fins fiscais.¹⁶⁵

A última questão, sobre a amortização dos DEs, é mais detalhada no item “*Amortização dos IDEs*” da pág. 236. Adianta-se que a amortização desse ativo, em prática até final do ano de 2001, é feita com base na estimativa de sua vida útil. Após essa data, por causa da entrada em vigor do SFAS n.º 142, o ativo intangível não será mais amortizado, mas a ele será aplicado o teste de recuperabilidade de custos (*impairment test*), diferenciando o tratamento da amortização do custo inicial ao longo da vida útil econômica estimada.

4.2.3 INTANGÍVEL DECORRENTE DOS DEPÓSITOS ESTÁVEIS (IDES)

“A base de depósitos é um ativo intangível (i.e., um recurso que não possui nenhuma qualidade física mas considera-se que tem algum valor). Surge em uma transação de compra e representa o valor presente do fluxo futuro de lucro do uso dos depósitos centrais adquiridos de um banco.” (YAROS & MEEHAN, 1988:89)¹⁶⁶

¹⁶⁵ Maiores detalhes podem ser vistos em SPEER (1989), YAROS e MEEHAN (1988), MILLER (1995) [apresenta um bom resumo dos casos ocorridos], ELLSWORTH (1992), HOLLINGSWORTH e HARRISON (1992), HOLLINGSWORTH e HARRISON (1991) [maior detalhamento dos principais casos], SAVITT (1990), HAUGH (2;1993), BIEBL et al. (1993), MORGAN (March 1991) e outros.

¹⁶⁶ Original: “Deposit base is an intangible asset (i.e., a resource that has no physical quality but is considered to have some worth). It arises in a purchase transaction and represents the present value of the future stream of income from employing the purchased core deposits of a bank.”

Após a verificação teórica do enquadramento dos depósitos estáveis como ativo intangível das instituições financeiras depositárias, acha-se pertinente nomear tal ativo, para habilitar a compreensão imediata do leitor quando o assunto estiver sendo tratado.

Deste ponto em diante denomina-se o ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis pela sigla **IDEs**, representando a abreviação de '**Intangíveis decorrentes dos Depósitos Estáveis**'. (Nos Estados Unidos esse ativo é denominado de CDI, ou *Core Deposit Intangible*.)

4.2.4 RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO SOBRE IDEs

“... melhores informações sobre o patrimônio líquido econômico de instituições financeiras poderia dar aos reguladores uma oportunidade para reduzir o custo do fechamento de instituições insolventes. Isto é importante para os acionistas e credores visto que a incerteza sobre o patrimônio de uma instituição torna difícil a decisão sobre investir ou não investir nela.

...

Um sistema contábil deve satisfazer a dois objetivos principais. O primeiro é a garantia de controle financeiro. ... O outro objetivo é permitir avaliações precisas do valor do patrimônio líquido do banco. Os acionistas precisam de uma medida precisa do patrimônio líquido para tomar decisões informadas sobre investimentos.

...

Visto que bancos comerciais possuem um alto nível de alavancagem, pequenas mudanças no valor de mercado dos seus ativos podem ter grandes efeitos no seu patrimônio líquido.” (MONDSCHÉAN, 1992:14) ¹⁶⁷

Quando se fala em relevância da informação contábil, ela deve fazer diferença na tomada de decisão por parte do usuário da contabilidade. Sabe-se que cada usuário considera a informação contábil com diferentes níveis de relevância, o que torna o assunto razoavelmente subjetivo.

Como está-se tratando de ativo de instituições financeiras, fixa-se o foco da relevância da informação contábil sob os pontos de vista do proprietário e do investidor. Esses usuários, de forma simples, buscam a maximização de seus investimentos, o que implica na maximização da riqueza líquida da instituição financeira, como também buscam o máximo de informações possíveis para que possam administrar seus recursos da maneira mais eficiente e eficaz.

Toda a informação que proporciona maior riqueza de detalhes sobre como os recursos dos investidores estão aplicados, são relevantes para eles. À medida que considera-se que seja mais relevante informação sobre dois ativos distintos ao invés de uma única massa indistinta de ativos, a identificação dos IDEs em separado do *goodwill* atinge esse objetivo.

¹⁶⁷ Original: “... better information about the economic net worth of financial institutions could give regulators an opportunity to reduce the cost of closing insolvent institutions. It is important to shareholders and creditors because uncertainty about the value of an institution makes it difficult to decide whether or not to invest in it. ... An accounting system must satisfy two principal objectives. One is to ensure financial control. ... The other goal is to permit accurate appraisals of the value of bank net worth. Shareholders need an accurate measure of net worth in order to make informed investment decisions. ... Since commercial banks are highly leveraged, small changes in the market value of their assets can have large effects on their net worth.”

Tratando-se de portfólios de ativos, maiores informações sobre os componentes dessa carteira implicam na minimização dos riscos (ou separação dos riscos) da carteira. Tratando-se o banco comercial (ou múltiplo ou caixa econômica) como uma coleção de ativos, esse objetivo também é atingido com a identificação dos IDEs.

À medida que os IDEs são avaliados (pelo menos inicialmente) pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros, tende-se a se aproximar do seu valor econômico, conseqüentemente aproximando o patrimônio líquido da instituição financeira do seu valor econômico de continuidade.

Pela substituição da amortização do custo dos IDEs por teste de recuperabilidade de custos, essa informação também tende a manter o valor do patrimônio líquido mais próximo de seu valor econômico.

Portanto a identificação dos IDEs possibilita que os investidores possuam maiores controles sobre a administração de seus recursos. Se os IDEs são passíveis de contabilização (quando adquiridos), fornecem informações mais relevantes para o mercado de capitais. Caso os IDEs sejam utilizados pela contabilidade gerencial, também fornecem maiores informações para a administração da entidade para maximizar a riqueza líquida da entidade.

Logo a identificação dos IDEs torna a informação contábil sobre a entidade que os controla relevante, satisfazendo mais um dos critérios de registro contábil de ativos.

4.3 METODOLOGIAS DE AVALIAÇÃO DO IDEs

Este tópico discorre conceitualmente sobre os métodos de avaliação possíveis de utilização na mensuração do IDEs. As características de identificação em separado e confiabilidade da informação contábil do IDEs são estreitamente atreladas à mensuração do ativo. Se a metodologia adotada não for suficientemente adequada e confiável, então a informação contábil sobre o IDEs também não será, pois as informações não poderão ser corroboradas por terceiros e incluirão parcela considerável de aspectos subjetivos, e possivelmente passíveis de erros.

A questão referente à confiabilidade e precisão dos cálculos do valor dos atributos do IDEs merece grande atenção. Existem parâmetros muito delicados que devem ser cuidadosamente tratados, no sentido de maximizar a precisão dos cálculos, em detrimento da diminuição da subjetividade inerente aos ativos intangíveis.

Na literatura pesquisada pôde-se verificar que existem fundamentalmente três metodologias utilizadas para mensuração do IDEs: o método do **lucro marginal** (ou lucro futuro, o *marginal income*), o método da **economia de custo** (ou *cost savings*) e o método do **custo histórico de desenvolvimento** (*historical development approach*). Dessas três destacam-se as duas primeiras, por buscarem o valor econômico do ativo, e conseqüentemente serem de maior relevância informacional.

“Da mesma maneira que com outros tipos de ativos, existem várias maneiras para abordar a avaliação de uma base de depósitos centrais. Cada abordagem tem suas vantagens e desvantagens, e também restrições práticas. Além disso, ... o tribunal preferiu a abordagem da economia de custo a outras abordagens.”
(MILLER, 1995:226)¹⁶⁸

A citação anterior revela que nos Estados Unidos a metodologia aceita pelo IRS, para que as amortizações do IDEs fossem passíveis de dedução fiscal, foi a abordagem da economia de custo. Mas isso não implica que outras abordagens sejam também aplicáveis.

Os dois métodos utilizados para avaliação dos atributos dos DEs buscam inicialmente o *fair value* do ativo. Se o IDEs é contabilizado, então esse *fair value*, em períodos posteriores ao registro inicial, passa a ser substituído pelo custo histórico. No momento inicial do registro (quando existe uma transação que chancela o valor do ativo) o *fair value* é determinado naquele momento. Com o passar do tempo esse valor inicial tende a ser transformado em custo histórico. Mas esse procedimento não pode ser generalizado, pois a metodologia de amortização do ativo tem impacto na sua forma de avaliação.

Se o ativo for amortizado ao longo da vida útil do mesmo, o valor do ativo tende a ser o valor histórico, pois não existe nenhuma alteração do custo com relação ao seu efetivo potencial de geração de riqueza.

¹⁶⁸ Original: “As with other types of assets, there are several ways to approach the valuation of a core deposit base. Each approach has advantages and disadvantages, as well as practical limitations. Moreover, ... the court favored the cost savings approach over others.”

Se o ativo ao invés de ser amortizado passar a ter seu valor periodicamente testado através do *impairment test*, pode ocorrer que o seu *fair value* originalmente utilizado como registro inicial do ativo (custo inicial) ainda continue a representar parte o valor econômico do ativo, pelo fato do ativo poder ter seu valor regenerado ao longo do tempo.

Se no *impairment test* for verificado que o *fair value* do ativo superou o seu custo inicial (*fair value* inicialmente utilizado como custo), não há registro contábil desse fato, por não haver transações objetivas que validem esse novo valor. Dessa forma os atributos do ativo continuam a ser avaliados através do custo histórico (valor de entrada), que passou pela chancela do mercado, através de uma transação de compra de ativos.

Caso o IDEs não seja passível de registro contábil, isto é, caso seja um ativo gerado internamente e que não teve seu valor econômico passado pelo crivo do mercado, recomenda-se que os atributos desse ativo sejam avaliados (gerencialmente, para finalidade de uso interno à entidade) por critérios que se aproximem do seu valor econômico efetivo, ou seja, através de valores de saída, preferencialmente o obtido através do valor presente dos fluxos futuros esperados. Nos Estados Unidos tais valores poderiam ser obtidos de cotações de mercado (do mercado bancário em específico), o que não é possível de ser feito no Brasil, pela falta de existência desse tipo de mercado em específico. No Brasil o *fair value* desse ativo deve ser obtido através do uso do valor presente dos fluxos futuros esperados.

4.3.1 AVALIAÇÃO PELO MÉTODO DO LUCRO MARGINAL (OU LUCRO FUTURO)

O método do lucro marginal consiste na projeção dos fluxos de caixa que a instituição espera obter com o uso dos DEs. Esses fluxos de caixa projetados são trazidos a valor presente por taxas adequadas de juros utilizadas como taxas de desconto. Conforme PRANN (1987:47), este método consiste em:

*“Lucro marginal: determinado pelo uso de técnicas de fluxo de caixa descontado para calcular o valor presente líquido do fluxo futuro de lucro líquido ao longo da vida do cliente do depósito central.”*¹⁶⁹ (grifos adicionados)

De maneira genérica, tal método consiste em projetar os fluxos de caixa de cada tipo de conta de depósito que compõe os DEs, com base nos *spreads* projetados, nas tarifas projetadas e nos custos de manutenção da conta, sem se esquecer de incluir os aspectos fiscais pertinentes. Uma vez projetado o fluxo de caixa, tal fluxo deve ser trazido a valor presente por uma taxa de desconto que reflita o risco do negócio (tomar dinheiro emprestado de determinadas fontes e fazer empréstimos e investimentos diferenciados com esse dinheiro) e/ou o custo de oportunidade da instituição depositária.¹⁷⁰

Um aspecto extremamente importante na precisão e confiabilidade dos cálculos é a determinação do tempo de vida útil dos DEs.

¹⁶⁹ Original: “Marginal income: determined by using discounted cash flow techniques to calculate the net present value of the future net income stream over the life of the core deposit customer.”

¹⁷⁰ A estimação da taxa de juros a ser utilizada como fator de desconto não é um processo fácil, primeiramente porque os depósitos estáveis são compostos por vários tipos de contas de depósitos, (a vista, a prazo, remunerados etc.) e com diferentes estimativas de vida útil. Isso implica em riscos diferenciados para cada tipo de conta, o que pode implicar no uso de taxas de desconto diferenciadas para cada tipo de conta. Maiores detalhes a respeito podem ser vistos em McGUIRK e GIESEN (1990).

Outro aspecto fundamental é a escolha das taxas de juros que serão utilizadas como taxas de desconto. Segundo MILLER (1995:37), a(s) taxa(s) a ser(em) usada(s) na abordagem do lucro marginal *“pode ser considerado como a taxa de retorno exigida para investir no fluxo de lucro, considerando investimentos alternativos e o risco e a incerteza do lucro.”*¹⁷¹

Ressalta-se que as taxas de desconto diferem das taxas de capitalização. As taxas de desconto refletem o retorno de ativos livres de risco e os prêmios que os investidores exigem para investir nesse tipo de ativos. Essa taxa é utilizada para que fluxos futuros esperados possam equivaler a valores presentes nas datas presentes.

As taxas de capitalização, por outro lado, convertem uma simples estimativa de lucro anual num valor capitalizado desse lucro. As taxas de capitalização além de refletirem as taxas livres de risco e o prêmio de risco exigido, também refletem a taxa de crescimento do lucro a longo prazo.

A equivalência matemática dessas taxas é:

$$\begin{aligned} \text{“taxa de desconto} &= \text{retorno sem risco} + \text{prêmio do risco} \\ \text{taxa de capitalização} &= \text{taxa de desconto} - \text{taxa anual de} \\ &\text{crescimento.” (MILLER, 1995:37)} \end{aligned} \quad ^{172}$$

A única vez em que as taxas de desconto e de capitalização se igualam é quando a taxa de crescimento do lucro é igual a zero.

¹⁷¹ Original: “can be thought of as the rate of return required to invest in the income flow, taking into account alternative investments and the riskiness and uncertainty of the income.”

¹⁷² Original: “discount rate = risk free return + risk premium capitalization rate = discount rate – annual growth rate.”

A abordagem do lucro marginal, conforme MILLER (1995:237), consiste em três passos básicos:

- “1. Determinar o lucro por conta adquirida baseado na despesa de juros e o custo operacional ligados a cada conta.*
- 2. Projetar o lucro total de todas as contas adquiridas ao percorrerem a vida média da base de contas.*
- 3. Calcular o valor da base depositária descontando o lucro futuro a valor presente.”¹⁷³*

Como os depósitos estáveis são investidos¹⁷⁴ em ativos que rendem receitas (financeiras e/ou de crédito), a abordagem em questão deve estimar quanto que cada unidade monetária de depósito estável gera de receita líquida (receitas financeiras decorrentes do tipo de ativo que o depósito estável financia, mais as receitas operacionais decorrentes de tarifas e de serviços, menos o custo dos depósitos – despesas financeiras – e menos os custos operacionais – despesas operacionais, incluindo os impostos incidentes) ao longo do período estimado de permanência das contas no banco. Em outras palavras, o *spread* líquido futuro esperado sobre os depósitos estáveis deve ser estimado ao longo do período de vida útil econômica esperada dos DEs.

Após a estimativa do lucro decorrente de cada tipo de conta de depósito, esses valores são trazidos a valor presente pela taxa de desconto que reflita a taxa de retorno do capital próprio ou outra taxa que reflita o risco desse fluxos de caixa.

¹⁷³ Original: “1. Determine the earnings per acquired account based on the interest expense and operating cost associated with each account. 2. Project the total earnings from all acquired accounts as they run off the average life of the account base. 3. Compute the value of the deposit base by discounting the future earnings to present value.”

¹⁷⁴ Salvo restrições de depósitos compulsórios.

Tais cálculos, para que possam inferir a característica de confiabilidade à informação contábil, devem ser efetuados todos de forma clara, transparente, utilizando-se de parâmetros internos à entidade e do mercado de capitais de forma coerente, sem viés, e sempre documentados.

4.3.2 AVALIAÇÃO PELO MÉTODO DA ECONOMIA DE CUSTO

O método de economia de custo, conforme PRANN (1987:47) consiste em:

“A economia de custo: determinada como o benefício de lucro relacionado à posse de uma fonte de fundos de baixo custo versus de alto custo.”¹⁷⁵

Por este método o fluxo de caixa determinado é aquele decorrente da comparação do custo das fontes de fundo existentes representadas pelos DEs e o custo de fontes alternativas de fundo disponíveis no mercado, tais como empréstimos interbancários, lançamento de títulos e outros mais.

A lógica subjacente a essa metodologia é que os DEs já existentes apresentam um custo mais baixo do que se os recursos representados por esses depósitos tivessem que ser obtidos no mercado. A diferença entre os dois fluxos representa o montante que é economizado quando se adquire/forma/mantém a base dos depositantes estáveis, e o valor dessa economia é atribuído ao ativo intangível que está sendo adquirido.

¹⁷⁵ Original: “Cost savings: determined as the income benefit of having a low-cost deposits versus a high-cost alternative source of funds.”

“O conceito da abordagem de economia de custo é semelhante à avaliação de um título, exceto que, no caso de depósitos, o montante da base depositária adquirida na origem é comparado com as futuras saídas de caixa (principal, juros e custos de manutenção menos taxas) associadas com essa base depositária.” (MILLER, 1995:234) ¹⁷⁶

Um bom exemplo numérico de como o valor do ativo intangível é determinado pelo método de economia de custo é apresentado por ELLSWORTH (1992:606), e é reproduzido (traduzido) a seguir (os cálculos estão apresentados na tabela a seguir):

Um banco adquiriu um portfólio de contas de depósitos centrais consistindo nas seguintes classificações: depósitos a vista, depósitos de poupança e certificados de depósitos. Uma compilação das contas ativas e fechadas resulta num cálculo da atividade observada de fechamento das contas de depósitos centrais do tipo poupança. O modelo matemático descrevendo a curva observada de sobrevivência pode ser estimado a partir da atividade de fechamento das contas. O modelo matemático de sobrevivência que melhor descreve a atividade de fechamento das contas é a distribuição exponencial com média de vida de seis anos. O saldo médio é de \$3.000 por conta com 1.000 contas ativas. O custo de financiamento alternativo no mercado é de 8%, a taxa das contas de poupança é de 4% e o custo operacional dos serviços do banco é de 2%, representando uma diferença favorável de custo de 2% ($8\% - (4\% + 2\%)$). O valor do ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis pode ser então calculado usando-se a metodologia de economia de custo, adotando-se a taxa de imposto de renda de 40% e taxa de desconto de 15%. O valor do ativo intangível (IDEs) pode ser estimado somando-se o valor presente dos fluxos de caixa pro-forma. Então, o valor do ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis é de \$182.000. (Ressalta-se que os valores da tabela estão arredondados, para fins didáticos.)

¹⁷⁶ Original: “The cost saving approach is similar in concept to the valuation of a bond, except that in the case of deposits, the amount of the deposit base originally acquired is compared with the future cash outflows (principal, interest and maintenance costs net of fees) associated with that deposit base.”

Ano	1.992	1.993	1.994	1.995	1.996
n.º de contas 'sobreviventes'	920	779	659	558	472
depósitos disponíveis	2.898.000	2.577.000	2.289.000	2.035.000	1.807.000
despesas financeiras de fundos alternativos	232.000	206.000	183.000	163.000	145.000
despesas financeiras dos depósitos estáveis	116.000	103.000	92.000	81.000	72.000
despesas operacionais (de serviço) dos depósitos estáveis	58.000	52.000	46.000	41.000	36.000
amortização	30.000	30.000	30.000	30.000	30.000
lucro antes do imposto de renda	28.000	21.000	15.000	11.000	7.000
imposto de renda	11.000	8.000	6.000	4.000	3.000
lucro líquido	17.000	13.000	9.000	7.000	4.000
fluxo de caixa	47.000	43.000	39.000	37.000	34.000
fator de valor presente	0,93	0,81	0,71	0,61	0,53
valor presente	44.000	35.000	27.000	23.000	18.000
ano	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001
n.º de contas 'sobreviventes'	400	338	287	243	205
depósitos disponíveis	1.607.000	1.427.000	1.272.000	1.131.000	1.002.000
despesas financeiras de fundos alternativos	129.000	114.000	102.000	90.000	80.000
despesas financeiras dos depósitos estáveis	64.000	57.000	51.000	45.000	40.000
despesas operacionais (de serviço) dos depósitos estáveis	32.000	29.000	25.000	23.000	20.000
amortização	30.000	0	0	0	0
lucro antes do imposto de renda	3.000	28.000	26.000	22.000	20.000
imposto de renda	1.000	11.000	10.000	9.000	8.000
lucro líquido	2.000	17.000	16.000	13.000	12.000
fluxo de caixa	32.000	17.000	16.000	13.000	12.000
fator de valor presente	0,46	0,40	0,35	0,30	0,27
valor presente	15.000	7.000	6.000	4.000	3.000
valor presente total (VALOR DO IDEs) = 182.000					

Tabela 1: Memória de cálculo do exemplo reproduzido.

“Pode ser difícil entender a abordagem de economia de custo à avaliação da base dos depósitos centrais. Para lidar com esta dificuldade, é útil pensar-se em dois fluxos de caixa que um banco terá que pagar ao longo de um certo período de tempo. O primeiro fluxo de saída de caixa é aquele que o banco pagará aos depositantes proprietários do depósito sendo adquirido. ... O segundo fluxo de saída de caixa a ser considerado é associado com o pagamento de uma carteira caracterizada como a base depositária que foi adquirida. Visto que assume-se que o custo de captação alternativa à taxa de mercado é igual ao custo de CDs [certificados de depósito], o valor presente líquido daquela carteira de CDs (incluindo juros e manutenção) será suficiente para repor os depósitos adquiridos. ... A diferença entre estes dois representa a vantagem que o banco possui se for capaz de usar os depósitos centrais em vez de alternativas de mercado.”(MILLER,1995:236)¹⁷⁷

Por esse método, os fluxos estimados são descontados a valor presente por uma taxa de desconto que reflita a curva de rendimento das fontes alternativas que estão sendo levadas em consideração na determinação dos fluxos de caixa. Normalmente as fontes alternativas utilizadas são os certificados de depósitos.

¹⁷⁷ Original: “The cost savings approach to core deposit base valuation can be difficult to understand. To address this difficulty, it is useful to think of two streams of cash that a bank will have to pay out over some period of time. The first stream of cash outflows is that which the bank will pay to the depositors who own the deposit being acquired. ... The second stream of cash outflow to think of is one associated with the payout on a portfolio characteries as the deposit base which was acquired. Since it is assumed that the cost of alternative funding at market rate is equal to the cost of CDs [certificates of deposit], the net present value of that portfolio of CDs (including interest and maintenace) will be enough to replace the acquired deposits. ... The difference between these two represents the advantage to the bank if being able to use core deposit instead of market rate alternatives.”

A consequência do uso de certificados de depósitos, principalmente quando referem-se a títulos do governo, é na taxa de juros utilizada para trazer os fluxos de caixa futuros a valor presente. Essas taxas de desconto diferenciam-se das utilizadas na abordagem do lucro marginal. Naquele caso os fluxos futuros possuem risco que reflete as atividades da entidade, ou seja, do capital próprio da entidade. Já no caso da economia de custo, a taxa de desconto reflete a curva de rendimentos (ou curva de juros) dos certificados de depósito. Quando estes são títulos do governo, a taxa de desconto deve refletir o risco desses títulos.

“Os rendimentos sobre instrumentos do Tesouro que são obrigações com cupom zero são um excelente representante da avaliação que o mercado fará do risco do lucro de um investimento futuro em um momento específico.” (MILLER, 1995:236) ¹⁷⁸

4.3.3 AVALIAÇÃO PELO MÉTODO DO CUSTO HISTÓRICO DE DESENVOLVIMENTO

Essa abordagem é a menos utilizada porque inclui sérios problemas de aplicabilidade prática. Essa metodologia, conforme MILLER (1995:227) consiste em:

¹⁷⁸ Original: “The yields on zero-coupon bonds Treasury instruments are an excellent proxy for the market's assesment of future investment income risk at a specific point in time.”

“Uma maneira possível para estabelecer o valor de uma base de depósitos centrais é determinar os custos que realmente foram incorridos para atrair aqueles depósitos – a quantia gasta, por exemplo, com filiais, publicidade, etc. ... A atribuição dos custos históricos incorridos para atrair depósitos centrais, em contraste com a atração de outros tipos negócio, é quase impossível.”¹⁷⁹

Esse aspecto do problema da praticabilidade decorre da dificuldade dos sistemas de custo dos bancos em atribuir objetivamente custos na cativação e fidelização de depositantes. Quanto ao valor dos DEs, por essa abordagem, representa somente o custo histórico já incorrido na obtenção e manutenção dos DEs. Essa característica favorece o procedimento de confrontação das receitas com as respectivas despesas (valores históricos de entrada). Quanto à busca do valor econômico, essa abordagem deixa muito a desejar.

Resumindo-se esse tópico de mensuração dos IDEs, PRANN

(1987:47) assim coloca:

“Existem duas abordagens maiores da avaliação de ... intangível decorrente dos depósitos centrais:

“Lucro marginal: determinado pelo uso de técnicas de fluxo de caixa descontado para calcular o valor presente líquido do fluxo futuro de lucro líquido ao longo da vida do cliente do depósito central.” (grifos adicionados)

¹⁷⁹ Original: “One possible way to establish the value of a core deposit base is to determine the costs actually incurred to attract those deposits – the amount spent, for example, on branches, advertising, and so on. ... Assigning historical costs incurred to attract core deposits, as opposed to the attraction of other types of business, is virtually impossible.”

Economia de custo – determinada como o benefício de lucro relacionado à posse de uma fonte de fundos de baixo custo versus de alto custo.”

Ambas estas maiores abordagens dependem de um processo de avaliação em dois estágios que envolve a determinação da vida restante de um depósito central (lifing) e depois a atribuição do fluxo de caixa.”¹⁸⁰

4.4 DETERMINAÇÃO DA VIDA ÚTIL E AMORTIZAÇÃO DOS IDEs

Para completar a caracterização dos DEs como ativo intangível, e para responder à última questão levantada por HARRISON e HOLLINGSWORTH (1992) (se o ativo intangível deve ou não ser amortizado), este tópico é dividido em três partes. A primeira abrange uma rápida revisão teórica a respeito de amortização de ativos, a segunda refere-se aos aspectos práticos na determinação da vida útil do ativo intangível e a terceira refere-se às novas regras do FASB a serem aplicadas a partir de 2002 para ativos intangíveis e para o *goodwill*.

¹⁸⁰ Original: “There are two major approaches to valuing the ... core deposit intangible: *Marginal income*—determined by using discounted cash flow techniques to calculate the net present value of the future income stream over the life of the core deposit customer. *Cost savings*—determined as the income benefit of having low-cost deposits versus a huge-cost alternative source of funds. Both of these major approaches rely on a two-step valuation process that involves determining the remaining life of a core deposit (lifing) and then assigning the cash flows.”

4.4.1 CONCEITOS DE AMORTIZAÇÃO

Antes de mais nada, ressalta-se que os termos depreciação e amortização são usados neste trabalho tendo o mesmo significado. A escolha de um ou outro termo decorre de convenções estabelecidas, onde normalmente utiliza-se depreciação para ativos fixos (físicos) e amortização para ativos intangíveis e outros ativos. Estabelece-se que os dois termos são intercambiáveis neste trabalho.

Para não haver confusão entre o termo depreciação aqui usado e o termo depreciação usado pela economia, explica-se que este último significa diminuição do valor econômico (geralmente representado pelo valor de mercado) de algum ativo. Isso é, se um ativo que valia no mercado \$10 passou a valer \$8, houve depreciação de seu preço em \$2. Caso contrário, se o preço passasse de \$8 para \$10, teria havido apreciação no preço de \$2. Esse não é o sentido adotado neste trabalho.

As definições de ativo adotadas ensejam que um ativo de longo prazo é um estoque de benefícios futuros. Isto decorre inicialmente de FISHER e mais explicitamente de CANNING, sendo este quem evidenciou que o valor de um ativo ou passivo é o valor presente de seus benefícios futuros. Conforme KAM (1986:90):

“O que Canning demonstrou foi que, pelo menos teoricamente, o valor de um ativo ou passivo é o valor presente do futuro fluxo de caixa líquido relacionado.”¹⁸¹

Por este ponto de vista, ao passar do tempo, o ativo vai se realizando (no sentido financeiro), ou seja, os benefícios esperados do ativo vão se tornando (ou não) caixa ou equivalentes de caixa. Isso implica que à medida que os benefícios vão se realizando existe um declínio no potencial de serviços esperados do ativo. Por outro lado, existem certos ativos que possuem características de regeneração, têm seus potenciais econômicos regenerados aos níveis anteriores e até mesmo aumentados. Em outras palavras, também conforme KAM (1986:217):

“Contadores vêem ativos fixos de longo prazo como ‘conjuntos de serviços futuros’ que se tornam menores e menores por causa de (1) fatores físicos como deterioração pelo uso, e (2) fatores econômicos tais como obsolescência. A depreciação é a diminuição ou declínio desse conjunto de serviços.”¹⁸² (grifos adicionados)

A citação anterior foi baseada em ativos fixos, ou ativos tangíveis. Mas pode-se fazer analogia com os ativos intangíveis. Se esses também representam uma massa de serviços futuros, então a sua depreciação ou amortização significa o decréscimo do potencial de serviços, se efetivamente houver esse decréscimo. HENDRIKSEN (1992:644) menciona a grande similaridade entre a depreciação de ativos fixos e a amortização de intangíveis:

¹⁸¹ Original: “What Canning showed was that, at least in theory, the value of an asset or liability is the present value of the future net cash flow related to it.”

¹⁸² Original: “Accountants see long-term fixed assets as ‘bundles of future services’ that become smaller and smaller because of (1) physical factors such as wear and tear through use, and (2) economic factors such as obsolescence. Depreciation is the decrease or decline of that bundle of services.”

“Tal como no caso da depreciação, o ritmo de amortização de intangíveis é considerado geralmente apropriado caso seja relacionado às contribuições esperadas à receita ou aos fluxos de benefícios.”¹⁸³

A similaridade está no fato de que tanto a depreciação de um ativo fixo quanto a amortização de um intangível estão relacionadas com os benefícios decorrentes desses ativos.

Mas existem certos ativos tangíveis de longo prazo que possuem vida útil econômica indeterminável, ou não limitada. Casos típicos são os terrenos e as obras de arte. Condições físicas do terreno, localização, desenvolvimento da área ao redor do terreno, entre outros fatores, afetam diretamente o potencial de geração de riqueza da entidade que o controla, assim como a vida útil econômica do terreno. As obras de arte, conforme condições de mercado, podem ter seus potenciais de geração de riqueza alterados, tanto para maiores potenciais quanto para menores. O reflexo contábil direto dessas características é que contabilmente são ativos registrados pelos seus custos históricos, e não são depreciados. Somente há ajuste contábil quando o valor de mercado do ativo for inferior ao custo histórico respectivo.

Uma outra interpretação de depreciação, à luz do confronto das receitas com as suas respectivas despesas, implica na alocação dos custos dos ativos às receitas por eles produzidas. KAM (1986:216) menciona:

¹⁸³ Original: “Like depreciation, the pattern of amortization of intangibles is generally thought to be appropriate if it is related to the expected associated revenue contributions or benefits patterns.”

“Ao alocar os custos, acredita-se que em determinados períodos terão sido recebidos os benefícios ou serviços de um dado ativo, e portanto cada período deveria carregar sua parte do custo dos benefícios recebidos.”¹⁸⁴

O final da citação anterior menciona que deve ser determinado antes de se iniciar a amortização do ativo o número de períodos em que os benefícios decorrentes do ativo irão ser recebidos, quando essa for característica inerente ao ativo. Isso nada mais é do que a determinação da vida útil do ativo. E é durante essa vida útil que os benefícios decorrentes do ativo fluirão para a entidade que os controla. Nesse aspecto, a amortização ou depreciação é o custo desses benefícios. Assim, existe o confronto entre a receita decorrente do ativo e o custo dessa receita, representado pela alocação do custo do ativo que gerou a receita.

Entretanto os intangíveis possuem características um pouco diferentes dos tangíveis. Os intangíveis podem ter seus potenciais de obtenção de benefícios econômicos regenerados, por causa de atitudes da administração da entidade. Esses esforços geralmente são mensurados através de despesas, mas essas avaliadas em termos de custos históricos. A consequência desse aspecto de regenerabilidade é que a vida útil econômica do intangível pode ser alongada, tornando-a de difícil estimação.

¹⁸⁴ Original: “In allocating costs, the belief is that certain periods will have received the benefits or services of a given asset, and therefore each period should bear its share of the cost of the benefits received. A pattern of benefits over a number of periods must be assumed at the beginning.”

Uma definição de vida útil é dada como sendo o período de tempo ao longo do qual o ativo, se espera, seja utilizado pela entidade. Então o que se conclui é que o custo do intangível deve ser amortizado ao longo de sua vida útil, ou seja, o custo do intangível deve ser alocado às suas respectivas receitas durante o período em que tais receitas decorrentes do ativo forem sendo geradas.

E justamente por causa da alocação é que a vida útil econômica dos intangíveis deve ser estimada da melhor maneira, para minimizar a arbitrariedade na amortização. Existem certos intangíveis cuja vida útil é de difícil estimação, tal como o *goodwill* genuíno. Por outro lado existem intangíveis que apresentam vida útil determinável com razoável precisão. E isso pode ocorrer com os IDEs. A estimação da vida útil desses intangíveis é decorrente da utilização de vários métodos e modelos estatísticos.

A amortização de um ativo, à luz da confrontação das receitas com respectivas despesas, é a alocação de custos acumulados no ativo para o resultado, e a alocação é decorrente do declínio do potencial de geração de benefícios futuros; então, o padrão de apropriação desses custos deve seguir o padrão das expectativas de benefícios futuros.

Esse aspecto, novamente, decorre do confronto das receitas com as respectivas despesas, que conforme IBRACON ^(1992:46) implica no seguinte:

“Toda a despesa diretamente delineável com as receitas reconhecidas em determinado período, com as mesmas deverá ser confrontada; os consumos ou sacrifícios de ativos (atuais ou futuros), realizados em determinado período e que não puderam ser associados à receita do período nem às dos períodos futuros, deverão ser descarregadas como despesa do período em que ocorrerem...”

E é esse o contexto que subsidia todo o procedimento de reconhecimento das receitas e das despesas. As despesas somente são reconhecidas quando as respectivas receitas forem obtidas.

Normalmente os ativos fixos depreciables possuem características que fazem com que a determinação do padrão de depreciação seja mais fácil do que o padrão de amortização de um ativo intangível registrado. E exatamente porque esses ativos não são geradores diretos, normalmente, de receitas, e sim indiretos. Com isso, é necessário trabalhar-se de uma forma bastante semelhante à situação dos ativos imobilizados formados por recursos naturais tais como as jazidas de minérios. Nesses casos, a amortização (especificamente chamada de exaustão no Brasil, ou depleção num sentido ainda mais técnico) se faz exatamente a partir do potencial de geração de receitas.

A diferença está no fato de que, no caso dos recursos naturais que se exaurem, que acabam, normalmente trabalha-se com base nos volumes físicos de possibilidade de venda, e não nos valores monetários derivados dessas mesmas vendas, o que facilita bastante o trabalho (mas empobrece a qualidade dos números assim obtidos quando há, sabidamente, flutuações de preços).

No sentido de se identificar qual o padrão de amortização para um ativo, cita-se HENDRIKSEN (1992:644) novamente:

*“Tal como no caso da depreciação, o ritmo de amortização de intangíveis é considerado geralmente apropriado caso seja relacionado às contribuições esperadas à receita ou aos fluxos de benefícios.”*¹⁸⁵

Portanto essa citação é clara no sentido de que a sistemática, ou o padrão de amortização, deve seguir o padrão esperado de obtenção das receitas futuras. Assim sendo, a confrontação estará sendo cumprida. A cada receita confronta-se a respectiva despesa.

¹⁸⁵ Original: “Like depreciation, the pattern of amortization ... is generally thought to be appropriate if it is related to the expected associated revenue contributions or benefit patterns.”

Como alternativa ao uso de qualquer metodologia de amortização arbitrária, uma metodologia de amortização pode ser baseada na estimativa de receitas. Por exemplo, espera-se que com o uso de um ativo intangível com vida útil limitada em dez anos possa-se obter um padrão de comportamento para as receitas. No prazo de dez anos, por exemplo, pode-se verificar os percentuais de receitas que são esperados em cada ano, em relação ao total de receitas estimadas no período de dez anos (100%). Sendo assim, pode-se expressar esse padrão das receitas estimadas anualmente em percentual em relação ao total das receitas estimadas. Pode-se ilustrar tal fato graficamente da seguinte forma:

Gráfico 1: Representação das receitas esperadas anualmente, em termos percentuais, comparando-se o volume de receitas esperadas em cada ano com o total acumulado de receitas esperadas ao longo de dez anos.

Pelo gráfico pode-se verificar a distribuição anual das receitas estimadas. Portanto, se esse é o padrão dos benefícios a serem obtidos, então esse também deve ser o padrão de amortização do custo do ativo ao invés de, por exemplo, a amortização linear.

Considerando que o custo do intangível a ser amortizado seja de R\$50 milhões, pode-se mostrar através de gráfico como seriam esses dois padrões (linear e proporcional às receitas estimadas):

Gráfico 2: Comparativo das despesas de amortização do ativo intangível feitas pelo método linear e pelo método proporcional às receitas.

Pode-se reparar que para os anos de 2001 e 2002, como não existem receitas, pelo método 'proporcional' às receitas não existe amortização, diferentemente do que ocorre na amortização linear.

Supondo-se, somente para demonstrar as distorções que a amortização não proporcional possa causar, que o resultado da empresa seja composto somente pelas receitas menos a amortização, teríamos os seguintes resultados anuais:

Gráfico 3: Comparativo dos resultados (receitas menos despesas) com o uso dos diferentes métodos de amortização do ativo intangível: o método linear (arbitrário) e o método proporcional às receitas

Somente olhando-se o gráfico, pode-se notar que a amortização linear causa sérias distorções nos resultados anuais. Nos anos de 2001 e 2002, onde não existem receitas, pela amortização linear existem as despesas. Logo, esses anos arcarão com prejuízos, os quais não fazem nenhum sentido nem contábil nem econômico. O mesmo ocorre nos anos finais, onde as receitas são menores que a amortização.

Com isso está-se distorcendo completamente a apuração do resultado pela Competência.

Já pelo método de amortização proporcional às receitas, os resultados são sempre uniformes, no sentido de que cada receita é confrontada com a respectiva despesa (amortização). Logo, quando as receitas são altas, a amortização é alta. Quando não existem receitas, também não existe amortização.

Logo, para o exemplo adotado, existe uma metodologia de amortização do intangível mais coerente economicamente do que a adoção de qualquer método arbitrário de amortização.

Um ponto a observar com relação ao método de amortização adotado é a necessidade da constante verificação e checagem da validade das projeções das receitas e/ou outras premissas adotadas na metodologia de amortização. No mínimo anualmente, e de preferência a cada trimestre, uma nova análise das receitas projetadas (ou das premissas adotadas) deve ser efetuada para a correção o mais rápido possível das eventuais falhas das projeções ou premissas anteriores. Do mesmo modo deve-se fazer análise e reanálise das receitas e das despesas inerentes ao ativo intangível.

É claro que em qualquer método, no total acumulado ao longo do tempo da vida útil do ativo, os resultados serão os mesmos, independente do método de amortização que se adote (o custo total amortizado é igual ao custo total acumulado).

Nos EUA o método de amortização do custo de um ativo proporcionalmente às receitas esperadas, conforme o exemplo anterior apresentado, é denominado *Income Forecast Method (IFM)*, e é utilizado em vários tipos de ativos que possuem as mesmas características que o intangível em discussão: o custo do ativo objetivo é conhecido, a vida útil do ativo é estimável com boa razoabilidade e os benefícios esperados desse ativo também são estimáveis com bons níveis de precisão. Normalmente esses ativos amortizáveis pelo método proporcional às receitas são: filmes cinematográficos, seriados de televisão, cópias máster de discos, patentes, direitos autorais, entre outros.

“O método de amortização proporcional às receitas é aprovado. ... A teoria diz que a vida útil dos ativos que produzem o lucro não depende da deterioração do uso físico nem da simples passagem de tempo mas, antes, de quanto tempo o público permanecerá interessado.”¹⁸⁶

Segundo esse método, quando um ativo possui vida útil econômica maior que um ano, e que essa vida útil econômica não depende de desgaste ou uso físico e nem da simples passagem do tempo, mas sim depende do tempo em que depositantes estarão interessados na aquisição desse ativo, então a forma mais apropriada para a amortização do custo desse ativo é o método de amortização proporcional às receitas estimadas (ou projetadas) (*Income Forecast Method - IFM*).

¹⁸⁶ BARTECKI, Garry (Diretor da BDO Seidman em Chicago); *Depreciation goes on trial with interesting results*; in Construction Equipment Distribution; Associated Equipment Distributors; USA; 1996; pg. 2. Obtido do site www.aednet.org. Original: “The income forecast method is approved ... The theory is that the useful life of the assets producing the income does not depend on physical wear and tear or the mere passage of time, but, rather, on how long the public remains interested.”

Uma boa fonte de informações sobre esse método é a própria decisão oficial da Receita Federal Americana (*Internal Revenue Service – IRS*) sobre o caso *ABC rentals of San Antonio Inc*, publicada pelo *United States Court of Appeals, Tenth Circuit*, no dia 14 de abril de 1998:¹⁸⁷

*“O governo manteve, e o Tribunal Fiscal concordou que somente a propriedade cuja utilidade econômica não pode ser medida de maneira adequada pela sua condição física ou pela passagem do tempo e que pode produzir um fluxo desigual de lucro baseado em sua popularidade é propriamente depreciada por meio do método de depreciação proporcional às receitas.”*¹⁸⁸

Ou seja, esse método não pode ser utilizado para depreciar (ou amortizar) propriedades sujeitas ao uso de desgaste normal. A condição de que a amortização do ativo não seja decorrente de desgaste físico por uso ou exclusivamente pela passagem do tempo é requisito essencial para a aplicação do método em questão. O quesito fundamental é que o ativo a ser amortizado por esse método deve proporcionar receitas futuras, e que essas receitas sejam decorrentes do uso dos recursos dos depositantes.

Sobre a sistemática de amortização, a decisão é extremamente clara: *“Para se evitar distorção, a depreciação deve seguir o ‘fluxo do lucro’”*¹⁸⁹. Ou seja, o padrão de amortização deve seguir o padrão dos benefícios esperados, conforme já discutido anteriormente. Continuando sobre o IFM:

¹⁸⁷ Obtido do site www.kscourts.org.

¹⁸⁸ Original: “The government contended, and the Tax Court agreed, that only property whose economic usefulness cannot adequately be measured by its physical condition or the passage of time and that may produce an uneven stream of income based on its popularity is properly depreciated under the income forecast method”

¹⁸⁹ Original: “In order to avoid distortion, depreciation must follow the ‘flow of income’”

“Os contribuintes carregam o peso de provar que um método alternativo de depreciação é razoável. Um método razoável deve produzir uma provisão razoável. Uma provisão razoável é aquele montante que deveria ser separado todo ano ‘de acordo com um plano razoável (não necessariamente uma taxa razoável), de tal maneira que o conjunto dos montantes separados, mais o valor de sucata será igual, no final da vida útil estimada da propriedade depreciável, ao custo ou outra base da propriedade.” ¹⁹⁰ (grifos adicionados)

O padrão de amortização não deve ser necessariamente uma taxa uniforme ao longo do tempo, mas que no final da amortização o custo inteiro do ativo tenha sido apropriado ao resultado. Outra característica destacada é a razoabilidade do padrão de amortização. Entende-se por razoabilidade desse padrão a precisão das estimativas futuras das receitas.

Alerta-se que a discussão do valor residual não tem sentido quando o valor econômico residual do ativo é nulo.

Sobre a natureza econômica do método de amortização proporcional às receitas, a decisão é explícita: esse método é o mais adequado economicamente para se depreciar (ou amortizar) um ativo (ou uma propriedade¹⁹¹).

¹⁹⁰ Original: “The taxpayers bear the burden of proving an alternative method of depreciation is reasonable. A reasonable method must produce a reasonable allowance. A reasonable allowance is that amount which should be set aside annually ‘in accordance with a reasonably plan (not necessarily an uniform rate), so that the aggregate of the amounts set aside, plus salvage value, will, at the end of the estimated useful life of the depreciable property, equal the cost or other basis of the property.”

¹⁹¹ Existem dados suficientes na decisão para se concluir que a *property* à qual a decisão se refere não é uma propriedade necessariamente física, podendo ser uma propriedade intangível, como direitos autorais, banco de dados de informações etc.

“... o Comissário admitiu que o método de depreciação proporcional às receitas é o método mais economicamente correto para depreciar propriedade.”¹⁹²

Fazendo-se analogia à depreciação dos Ativos Imobilizados, esses normalmente são depreciados ou linearmente ou sob quotas constantes. Para esses tipos de ativos, essas metodologias não causam normalmente maiores distorções no resultado, inclusive por falta de condições de uma alocação mais racional. Entretanto, por causa das características peculiares dos IDEs essas metodologias tradicionais de amortização podem se tornar econômica e contabilmente inconsistentes, pois causam sérias distorções nos resultados anuais compreendidos no período de vida útil do ativo, conforme já discutido anteriormente e demonstrado graficamente.

Ainda comentando a decisão judicial citada anteriormente, o método de amortização *IMF* foi limitado pelo Congresso a filmes de cinema, videotapes etc. e outras propriedades especificadas nas regulamentações. Isto é, não são fechadas as possibilidades de utilização desse método para amortização de outros tipos de ativos com as mesmas características; mas cabe aos controladores dos ativos provarem que o método alternativo de amortização (o IFM) é mais correto no sentido econômico e contábil.

¹⁹² Original: “... the Commissioner conceded the income forecast method is the most economically accurate method of depreciating property.”

Ressalta-se um ponto importante inerente à decisão e ao IFM: o ativo amortizável deve estar ligado diretamente à produção de lucros, e justamente por isso a estimação razoável do fluxo de lucros é de vital importância. Caso essa estimação não possa ser feita com boa razoabilidade, então o método não pode ser aplicado, sujeitando o ativo aos métodos tradicionais de amortização.

Qualquer projeção ou estimação futura envolve algum grau de subjetividade. E por esse motivo, as projeções das receitas devem ser efetuadas e revisadas de maneira séria e consistente. Pode-se afirmar que para que o método de amortização proporcional às receitas seja aplicado de maneira correta e consistente, a subjetividade implícita nas projeções deve ser extremamente responsável. Ou seja, entende-se que o processo de estimação de receitas deve envolver uma subjetividade pautada em argumentos o mais incontestáveis possível, para que as projeções envolvam o menor grau de subjetividade possível.

No decorrer do tempo é que se pode verificar a precisão das estimativas, comparando-se as receitas efetivamente obtidas com as projetadas. Quando mencionada a 'subjetividade responsável', em outras palavras está-se dizendo que, após o tempo decorrido, as diferenças entre as receitas obtidas e as estimadas sejam as menores possíveis.

O mesmo ocorre no Brasil com o método da apuração proporcional, ao longo do tempo, do resultado nas contratações para execução de obras e serviços a longo prazo.

Esse processo de estimação das receitas é crucial para a aplicação do método de amortização proporcional aos benefícios futuros, pois dele serão decorrentes todos os resultados intermediários compreendidos no tempo de vida útil do ativo.

Outra fonte de informação sobre esse método de amortização é justamente a Receita Federal Americana. O *Internal Revenue Service*, através do departamento de *Revenue Ruling* divulga amplamente as suas decisões, regras, normas, pronunciamentos etc. E tais divulgações podem ser obtidas no próprio site da IRS, denominado *TaxLinks.com*.

O IRS publicou através do documento Rev. Rul. 78-28, sec. 167, o seguinte sobre o IFM:

*“... para evitar a distorção do lucro, a depreciação dos custos ... deve seguir o fluxo do lucro, e que o método proporcional às receitas para o cálculo da depreciação é um método aceitável para recuperar o custo de tal ...”*¹⁹³

O método de amortização proporcional às receitas é perfeitamente aceitável, e é o que provoca menores distorções nos resultados contábeis. Além disso, esse método também é perfeitamente aceitável como método de recuperação de custos.

¹⁹³ Original: “... in order to avoid distortion of the income, depreciation of the costs ... must follow the flow of income, and that the income forecast method of computing depreciation is an acceptable method of recovering the cost of such ...”

Nos EUA a *Tax Management Inc.*, uma das mais conceituadas empresas sobre assuntos tributários, edita o periódico *US Income Series*, e encontram-se na edição Rev. 11/2000, item 2, várias discussões sobre o *Income Forecast Method*. Em linha com o que até aqui comentado, sob o item a) *General* dessa publicação, encontra-se:

*“A teoria subjacente ao IFM diz que a vida útil dos ativos que produzem o lucro não depende da deterioração do uso físico nem da simples passagem de tempo mas, antes, de quanto tempo o público permanecerá interessado.”*¹⁹⁴

Essa publicação também fornece a fórmula a ser adotada pelo IFM na determinação da amortização de um período em específico:

$$\frac{\text{lucro realizado do ano}}{\text{total de lucro esperado}} \times \text{custo depreciável} = \text{depreciação do ano}$$

Também traz outras considerações importantes, a saber:

*“Nenhuma dedução para depreciação pode ser permitida se a atividade não conseguir gerar lucro tributável durante o ano fiscal.”*¹⁹⁵

Portanto, nos anos onde não existirem receitas, também não existe a despesa com amortização, o que não ocorre com os IDEs.

¹⁹⁴ Original: “The theory underlying the IFM is that the useful life of the assets producing the income does not depend on physical wear and tear or the mere passage of time, but rather on how long the public remains interested.”

¹⁹⁵ Original: “No depreciation deduction is allowable if the activity fails to generate taxable income during the taxable year.”

Também detalha que a relação entre a projeção de receitas e a metodologia de amortização tem como característica *“uma participação contratual nos lucros de um ... ativo antes que uma participação do proprietário no ... ativo em si.”*

196

A lógica da Receita americana é simples: se o contribuinte consegue provar que existem métodos alternativos de amortização economicamente mais consistentes que os tradicionalmente conhecidos, então tais métodos são aceitos. Mas, novamente, todos os quesitos necessários para comprovação da validade econômica de um método alternativo de amortização devem ser comprovados pelo contribuinte. Caso as argumentações, documentação e os cálculos não sejam considerados adequados como provas, então o IRS recusa o pedido. Repare o que está escrito sobre esse assunto, no item 2 da publicação anteriormente citada (*Alternative Methods Providing a Reasonable Allowance for Amortization*):

*“Um contribuinte pode amortizar propriedade intangível usando um outro método que o método de depreciação linear se tal método alternativo providenciar uma provisão mais razoável para amortização ... Um método alternativo de amortização geralmente é apropriado quando resulta em uma alocação justa da base aos períodos em que o contribuinte realizar lucro provindo da propriedade intangível.”*¹⁹⁷

¹⁹⁶ Original: “contractual interest in the profits of a ... asset rather than an ownership interest in the ... asset itself.”

¹⁹⁷ Original: “A taxpayer may amortize intangible property using a method other than straight-line method if such alternative method provides a more reasonable amortization allowance. ... An alternative amortization method generally is appropriate for intangible property when it results in a fair allocation of basis to periods in which the taxpayer realizes income from the intangible property.”

Ressalta-se que para que esse método seja corretamente aplicado os seguintes itens devem ser necessariamente verificados e checados regularmente:

1. **Vida Útil Econômica**: cada IDEs deve possuir sua vida econômica estimável com bons níveis de precisão;
 2. **Receitas Projetadas**: devem ser projetadas da maneira mais confiável possível, minimizando a subjetividade envolvida o máximo possível;
 3. **Revisões das Projeções das Receitas**: devem ser constantemente feitas, no sentido de verificar e ajustar diferenças entre as receitas ocorridas e as projetadas; implicitamente as revisões das receitas projetadas implicam na revisão das proporções do custo a ser alocado nas despesas dos períodos; caso seja detectado que as receitas futuras não serão suficientes para fazer face à amortização do custo do ativo, então o ativo deve ser imediatamente ajustado para representar o potencial efetivo de obtenção de receitas;
-

4. **Controles:** o banco ao aplicar o método de amortização proporcional às receitas deve manter controles internos individualizados das despesas e receitas de cada tipo de conta, no sentido de permitir constantes verificações tanto no custo do ativo quanto nos padrões de amortizações calculados.

Em suma, a instituição financeira que controla o IDEs deve manter controles suficientemente detalhados e individualizados das despesas e receitas futuras para a aplicação da metodologia da apropriação do custo do intangível às despesas dos períodos de vida útil desses ativos, proporcionalmente às receitas obtidas no período e às receitas de vendas totais estimadas para cada tipo de conta de depósito.

O IASB é bem claro quanto ao aspecto da relevância da informação da amortização do ativo intangível. Esse órgão não estipula qual deva ser o método utilizado, mas espera que o método escolhido seja o mais apropriado, proporcionando informação mais relevante:

“12. IAS 38 requer que o método de amortização usado reflita o ritmo em que os benefícios econômicos do ativo são consumidos pela empresa.”¹⁹⁸

Corroborando que a metodologia de amortização do IDEs através da abordagem do IFM é uma alternativa viável menos arbitrária do que a amortização linear do IDEs, pode-se encontrar em SPEER (1989:485) o seguinte:

¹⁹⁸ IAS 38, §12 em IASC (2001, :1075). Original: “12. IAS 38 requires that the amortization method used should reflect the pattern in which the asset's economic benefits are consumed by the enterprise.”

“O único assunto restante para o tribunal determinar era o método a ser usado na amortização do CDI [intangível decorrente dos depósitos centrais]. Sec. 167 (c) indica que o método de depreciação linear deve ser usado para a depreciação de ativos intangíveis. O tribunal determinou que a depreciação de ativos intangíveis não precisa limitar-se ao método linear se o contribuinte conseguir demonstrar que um outro método resulta em uma provisão para depreciação mais razoável. C&S conseguiu demonstrar que o CDI diminui rapidamente durante os anos subseqüentes à aquisição por causa do atual ritmo de fechamento de contas por clientes e os usos do desconto a valor presente na avaliação do CDI. Portanto, o tribunal permitiu o uso de um método mais rápido.”¹⁹⁹

Essa citação refere-se a um caso específico nos Estados Unidos onde um banco adquiriu outro, e conseguiu provar que o IDEs é um ativo identificável em separado do *goodwill*, que possui valor próprio e confiavelmente calculável, e que possui vida útil econômica própria. Além disso, conseguiu provar que os padrões de amortização do IDEs seguem a vida útil econômica do ativo, e não um critério de amortização arbitrário. Além disso, com o fato de conseguir a dedução fiscal da amortização de grande parcela do custo do IDEs em períodos próximos à data de aquisição, conseguiu diminuir o valor presente do fluxo de caixa decorrente do imposto de renda, aumentando assim o valor econômico da entidade adquirente.

¹⁹⁹ Original: “The only remaining issue to be determined by the court was the method to use in amortizing CDI [core deposit intangible]. Sec. 167 (c) indicates that the straight-line method must be used for the depreciation of intangible assets. The court stated that the depreciation of intangible assets need not be limited to the straight-line method if the tax-payer can show that another method results in a more reasonable depreciation allowance. C&S was able to demonstrate that the CDI declines rapidly during the years following the acquisition because of the actual pattern of customer account closing and the present value discounting uses in valuing the CDI. The court therefore allowed a more rapid method.”

Em resumo, pode-se separar o sentido da amortização em dois grupos. E ambas as interpretações são intimamente ligadas. O primeiro refere-se ao grupo da amortização contábil, que nada mais é do que a alocação do custo do ativo às respectivas receitas. O outro grupo é o econômico, que de certa forma fundamenta a amortização contábil. Esse grupo refere-se à amortização como alocação do custo do ativo à medida que os serviços esperados do ativo são realizados e, portanto, geram receitas. Logo é uma só situação, mas com representações contábeis e metodologias de amortização diferenciadas.

No caso do ativo ser avaliado pelo valor presente dos fluxos futuros de caixa, o padrão (quando existir padrão) de alteração do valor presente é substituto para as parcelas de amortização.

4.4.2 MÉTODOS DE DETERMINAÇÃO DA VIDA ÚTIL DOS IDEs

Este tópico discorre sobre algumas metodologias de estimação da vida útil econômica do IDEs. A estimação da vida útil econômica, e da forma mais precisa possível, é de extrema importância porque determina o padrão de amortização do ativo, quando a amortização é pertinente.

Também decorre da estimativa da vida útil econômica e suas alterações subseqüentes, a possibilidade de não haver amortização, caso a vida econômica seja mantida ou aumentada com o passar do tempo.

Uma das metodologias utilizadas para a determinação da vida útil do IDEs é através de cálculos atuariais. PRANN (1987:47) fornece uma rápida explicação do que consiste esse método:

“O objetivo é identificar um padrão de perda de clientes (baseado em registros históricos dos clientes) que possa ser usado para projetar uma taxa de deterioração para a base de clientes existente. Estes padrões podem ser identificados com base nas estatísticas e a combinação dos dados reais do banco com uma família de curvas-padrão. Este processo de ajustamento às curvas pode determinar as vidas remanescentes de contas de depósito a prazo e de poupança e separar aqueles dados pela idade das contas.”²⁰⁰

²⁰⁰ Original: “The objective is to identify a pattern of customer loss (based on historical customer records) that can be used to project a decay rate for the existing customer base. These patterns can be identified on the basis of statistics and the fitting of actual bank data to a family of standard curves. This curve-fitting process can determine the remaining lives of demand and savings deposit accounts and segregate that data by the age of the accounts.”

Essa metodologia atuarial consiste, de maneira geral, em identificar quanto tempo cada cliente deixa seu dinheiro depositado em cada tipo de conta de depósitos. Esses tempos médios formam um padrão que determina a probabilidade de que os depósitos de cada conta ainda permanecerão no banco. Assim, as contas dos depositantes separadas por tipo de depósito e pela idade dos depósitos determinam padrões estatísticos de sobrevivência, ou seja, determinam padrões de curvas de sobrevida.

MILLER (1995:229-30) fornece mais detalhes sobre como o processo pode ser feito:

“O passo inicial na determinação da vida de uma base de depósitos centrais é quantificar a taxa de retenção histórica para cada tipo de conta dos depósitos centrais [...]. Esta taxa de retenção, às vezes chamada de taxa de sobrevivência, pode ser definida como a porcentagem de contas para cada tipo de depósito aberto no começo do ano que ainda estará aberta no final do ano.”²⁰¹ (grifos adicionados)

Dessa forma, identificando ano a ano o percentual de contas que continuam abertas, pode-se estimar o quanto dos depósitos existentes permanecerão no banco e por quanto tempo. Essa é uma metodologia de estimação de vida útil dos depósitos centrais.

²⁰¹ Original: “The initial step in lifing a core deposit base is to quantify the historical retention rate of each type of core deposit account [...]. This retention rate, sometimes called survival rate, can be defined as the percent of accounts for each deposit type open at the beginning of a year that will still be open at the end of the year.”

Com base nas contas de depósito existentes em determinada data, aplicam-se os padrões de sobrevivência para se determinar o quanto dos depósitos permanecerão no banco. Para se determinar o valor do ativo, o que se faz é, com base em uma das metodologias comentadas (lucro marginal ou economia de custo), projetar fluxos de caixa para cada tipo de conta de depósito.

Esse processo de identificação das contas e do tempo em que os depósitos permanecerão no banco deve ser feito de modo claramente comprovável, para evitar que o ativo decorrente tenha um valor arbitrário. Esse aspecto de estimação da vida útil econômica do IDEs converge com as características do SFAS n.º 72, já citadas na pg. 171 do trabalho. Vale novamente reproduzir parte daquela citação do FAS:

*“Os fair values de tais ativos referentes a relações com depositantes ou tomadores de empréstimos serão baseados nos benefícios estimáveis que podem ser atribuídos à relação **existente na data da aquisição sem considerar os poucos depositantes ou tomadores de empréstimos que possam substituí-los**. Aqueles ativos intangíveis identificados serão amortizados ao longo das vidas estimadas dessas relações existentes.”*²⁰² (grifos adicionados)

²⁰² FAS nº 72 (*Accounting for Certain Acquisitions of Banking or Thrift Institutions*), §4, em FASB (1993:726-7). Original : “The fair values of such assets that relate to depositor or borrower relationships shall be based on the estimated benefits attributable to the relationship that exists at the date of acquisition without regard to few depositors or borrowers that may replace them. Those identified intangible assets shall be amortized over the estimated lives of those existing relationships.”

Ou seja, a vida útil econômica, conforme o FAS é determinada num momento estático, no momento onde ocorre a aquisição dos IDEs. E o valor pago refere-se àqueles depósitos existentes na data da aquisição. Se novas contas de depósitos forem abertas por novos depositantes, esses fatos não afetarão o valor do IDEs. Sendo assim, somente o custo de aquisição atribuído ao IDEs na data de aquisição é amortizado ao longo da vida útil econômica do ativo. E essa vida útil econômica, a grosso modo, significa relevar o quanto das contas (e seus respectivos saldos) existentes na data da aquisição permanecerão no banco e por quanto tempo permanecerão.

Procedendo-se dessa forma, os gastos incorridos com a criação de novas contas seriam tratados como despesas, pois não estariam associados ao IDEs inicial, onde preço de aquisição foi alocado a ele. Mas por outro lado, como seriam tratados contabilmente os gastos de manutenção das contas existentes à data da aquisição? Esses gastos estão associados com o valor do IDEs, e conceitualmente são gastos incorridos para manter a vida útil econômica do ativo, e portanto deveriam ser considerados como custo do ativo, e não como despesas.

Portanto esse tratamento parece não ser o mais adequado tratando-se da relevância da informação contábil. Ao se substituir a amortização do custo do intangível ao longo do período de vida útil econômica estimada do ativo pelo teste de recuperabilidade de custo (*impairment test*), o valor do ativo reflete (pelo menos de maneira economicamente mais relevante) o efetivo potencial econômico derivado do ativo, pois leva em consideração também as novas contas que são cativadas pelo banco. Esse procedimento pode causar problemas de conceituação do seguinte tipo: ao potencial econômico das novas contas cativadas podem ser atribuídas características do IDEs ou são características do *goodwill* gerado internamente, portanto ativo não passível de registro contábil?

Outros aspectos devem ser levados em consideração nesse processo. Os dados históricos do banco devem ser confiáveis, caso contrário os padrões das taxas de retenção não poderão ser estabelecidos, ou se estabelecidos, podem não ser confiáveis.

Ainda sobre a estimação da vida útil econômica do IDEs, o aspecto da taxa de sobrevida das contas dos depósitos é relevante. McGUIRK & GIESEN (1990: 12) assim colocam esse aspecto:

*“Mais impreciso, porém, é quanto tempo estas contas continuarão no balanço patrimonial da instituição. Esta saída, ou taxa de ‘deterioração’, é medida pela comparação de um grupo de saldos das contas através de um período longo de tempo e **ambientes de taxa de juros**. Taxas de deterioração podem ser aplicadas a quase qualquer conta com valor ‘central’ Os ritmos de deterioração efetivamente reconhecem a verdadeira natureza das contas insensíveis a taxas: **são passivos a longo prazo com a opção de uma repactuação imediata**, geralmente conhecida como retirada. O ritmo de deterioração possibilita o entendimento de como o cliente exercerá a opção que uma instituição financeira lançou. Por sua vez, isto providencia uma boa estimativa dos fluxos de caixa das contas existentes.”*²⁰³ (grifos adicionados)

Sob esse ponto de vista, a determinação do tempo de vida útil econômica das contas dos depósitos deve ser feita de maneira que seja calculada a sensibilidade dos depósitos em relação a: i) taxas de juros, ii) movimentos de instituições concorrentes, iii) movimentos de fundos de ações ou iv) outros fatores que possam determinar a migração dos recursos dos depositantes para outros bancos, fundos, ou até mesmo determinar o consumo dos recursos. Esses aspectos determinam a estabilidade (ou não estabilidade) dos depósitos, pelo fato de os depósitos permanecerem no banco independente das variações dos fatores comentados.

REILLY (1991:10) fornece o seguinte comentário a respeito da determinação da vida útil econômica do IDEs:

²⁰³ Original: “What is more elusive, however, is how long these accounts will remain on the institution’s balance sheet. This runoff, or ‘decay’ rate, is measured by comparing a pool of accounts’ balances across a broad period of time and interest rate environments. Decay rates can be applied to virtually any account with ‘core’ value The decay speeds effectively recognize rate-insensitive accounts for what they really are: long-term liabilities with an option for an immediate reprice, known generically as withdrawal. The decay speed provides insight into how the customer will exercise the option a financial institution has written. In turn, this gives a good estimation of the cash flows existing accounts.”

“A vida útil remanescente deste ativo intangível que providencia um financiamento favorável pode ser determinada quantitativamente por meio de procedimentos estatísticos sofisticados e outros procedimentos quantitativos. O cálculo do valor presente do custo favorável pós-impostos ao financiar os atributos de cada conta ao longo da vida remanescente esperada da conta exige o uso de um Modelo de Avaliação dos Depósitos Centrais e a análise da vida de uma curva de sobrevivência. Pela seleção do conjunto de funções matemáticas indicado pelas curvas de sobrevivência que melhor mostra o desempenho passado de deterioração de um grupo de depositantes, a deterioração futura pode ser prevista, com base na qual a única vida remanescente de cada depositante individual dentro do grupo possa ser calculada. A vida remanescente representa quantos anos restam para uma instituição financeira usufruir o benefício econômico da relação depositária.”²⁰⁴

A citação revela a existência de métodos quantitativos para a determinação das contas que representam os depósitos estáveis e para a determinação do tempo de permanência das mesmas no banco. Tais modelos não serão abordados no presente trabalho, mas é válido o comentário pelo menos a respeito da existência deles. A relação direta desses modelos é com a confiabilidade da informação contábil, pois esses modelos fornecem subsídios para que a informação sobre os IDEs não seja arbitrária e nem subjetiva, mas sim passível de comprovação por terceiros à entidade.

²⁰⁴ Original: “The remaining useful life of this favorable financing intangible asset can be quantitatively determined using sophisticated statistical and other quantitative procedures. Calculating the present value of the aftertax favorable cost of financing attributes of each account over that account's expected remaining life requires the use of a Core Depositor Valuation Model and a survivor curve lifing analysis. By selecting the set of survivor curve mathematical functions that best depicts the past decay performance of a group of depositors, the future decay can be predicted, from which the unique remaining life of each individual depositor within the group can be calculated. The remaining life represents the remaining number of years that a financial institution will enjoy an economic benefit from the deposit relationship.”

Uma última citação bem detalhada sobre o procedimento de análise da vida útil econômica do IDEs é encontrada em ELLSWORTH (1992:605-6):

“A análise de sobrevivência da conta de depósito central essencialmente é um estudo atuarial. A intenção é determinar um padrão de atividades de retirada para as contas dos depósitos estáveis. O primeiro passo no processo de análise de sobrevivência é a estimação da curva de sobrevivência com base na atividade de retirada observada. A curva de sobrevivência observada mostra a relação entre a porcentagem de contas de depósitos centrais sobreviventes e durante quanto tempo as contas mantiveram suas relações comerciais.

Depois da geração da curva de sobrevivência, é comparada com vários modelos matemáticos tais como as curvas de Iwoa, a distribuição exponencial e a distribuição de Weibull. A comparação determina o modelo que providencia a melhor descrição do comportamento histórico de retirada por meio de uma análise dos mínimos quadrados.

O modelo matemático, que minimiza as diferenças quadradas entre si mesmo e a curva de sobrevivência observada, é selecionado como o modelo que providencia a melhor descrição da atividade de retirada dos depósitos centrais. Depois, a curva de sobrevivência modelada através da matemática é usada para prever e estimar as características de vida para a população dos depósitos centrais. Ao executar essa análise, a vida útil limitada do ativo intangível decorrente dos depósitos centrais será estabelecida.”²⁰⁵

4.4.3 AMORTIZAÇÃO DOS IDEs

Pode-se afirmar que a amortização dos IDEs (CDI – *Core Deposit Intangibles*, nos EUA) foi responsável nos Estados Unidos pela grande discussão sobre o IDEs. Nos dois últimos anos da década de 80 começou a ser discutida a possibilidade de tornar dedutível a parcela de despesa referente à amortização do ativo intangível decorrente dos IDEs. E esse intangível ficava mais evidente em casos de aquisição. Em operações como essa, parcela do preço de compra era alocada aos ativos do banco comprado.

²⁰⁵ Original: “Survival analysis of the core deposit account is essentially an actuarial study. The objective is to determine a pattern of core deposit account retirement activity. The first step in the survivor analysis process is the estimation of the survivor curve from the observed retirement activity. The observed survivor curve depicts the relationship between the percentage of core deposit accounts surviving and the length of time the accounts have maintained their business relationship. After the survivor curve has been generated, it is compared to various mathematical models such as the Iowa curves, the exponential distribution and the Weibull distribution. The comparison determines the model that best describes the historical retirement behavior using a least square analysis. The mathematical model, which minimizes the squared differences between itself and the observed survivor curve, is selected as the model that best describes the core deposit retirement activity. The mathematically modeled survivor curve is then used to forecast and estimate the life characteristics for the core deposit population. In performing this analysis the limited useful life of the core deposit intangible asset will be established.”

O grande problema era que até esse momento esse tipo de ativo era considerado como sendo pertencente ao *goodwill* genérico, e portanto a sua amortização não era dedutível fiscalmente. Para haver descaracterização do IDEs como um ativo de massa²⁰⁶, ou seja, um ativo não separável dos outros ativos da entidade, o caminho tomado foi demonstrar que o IDEs é efetivamente um ativo intangível, separado do *goodwill*, com vida útil determinável e portanto amortizável. E, além da demonstração teórica, os seus valores calculados devem apresentar alta precisão, tanto no seu custo quanto na determinação da vida útil.

A cada período os cálculos da vida útil devem ser refeitos, revisando os padrões de encerramento das contas de depósito. Se notada diminuição da vida útil, então o ativo deve ser ajustado à sua capacidade de geração de benefícios, conforme já comentado sobre o *Impairment Test*.

²⁰⁶ Ativo de massa tem o seguinte significado: o ativo é indivisível. Essa regra é baseada na premissa de que uma base de depositantes é indistinguível de outra, e que, mesmo se um relacionamento adquirido com cliente for perdido durante o tempo, uma nova base de depositantes será conquistada (conforme conceitos de SAVITT; 1990).

4.4.4 TESTE DE RECUPERABILIDADE VERSUS AMORTIZAÇÃO

Existem alguns ativos intangíveis que são considerados como ativos que não possuem vida útil econômica limitada. A vida útil econômica pode ser aumentada por períodos indeterminados, conforme o ativo. Essa característica decorre de ativos que podem ter seus potenciais de geração de riqueza regenerados, decorrente de atitudes da administração e/ou alterações das condições de mercado.

Em termos de benefícios futuros esperados, esses podem ser alterados ou mantidos constantes. Ou seja, os fluxos de caixa esperados não são constantes, estáticos. Decorre dessa característica que a amortização do custo desses ativos se torna impraticável, pois conforme visto anteriormente, a amortização é estreitamente relacionada com a expectativa de vida útil econômica do ativo.

Para que a amortização não seja feita de forma arbitrária, e a informação contábil sobre a amortização não seja irrelevante e não confiável, adota-se o teste de recuperabilidade de custo. Esse teste implica na verificação periódica do potencial de geração de fluxos de caixa futuros decorrentes de um ativo. Caso o potencial seja diminuído, o valor econômico do ativo sofreu uma depreciação (econômica e não contábil), e tal fato deve ser registrado. A parcela de decréscimo de valor econômico do ativo é lançada ao resultado como despesa, de forma que o valor final do ativo represente o seu efetivo potencial econômico.

Em outras palavras, o teste de recuperabilidade de custos (*Impairment test*) implica em verificar se as receitas futuras esperadas do ativo serão suficientes para fazer face à amortização de seu custo. Caso as receitas esperadas sejam inferiores ao custo do ativo, este deve ser ajustado de forma tal que seu valor ajustado seja no máximo igual às receitas esperadas.

Esse procedimento gera informações mais relevantes e confiáveis sobre tanto o valor dos ativos como as suas parcelas de amortização, agora substituídas pelas eventuais parcelas de despesas referentes aos ajustes do custo do ativo.

Esse procedimento estará em vigor nos Estados Unidos a partir do ano de 2002, através do pronunciamento do SFAS n.º 142, de Junho de 2001. O teste de recuperabilidade será aplicado aos ativos intangíveis registrados contabilmente, tanto para o *goodwill* adquirido quanto para outros ativos intangíveis contabilizados.

Com relação ao Brasil, não há no momento indícios de que tal procedimento venha a ser adotado. Muitos passos ainda devem ser dados antes de se chegar a esse ponto. O primeiro passo a ser dado é a mensuração e registro contábil de ativos líquidos adquiridos numa transação de compra e venda a seus respectivos *fair values*, ou simplesmente a seus valores de mercado. Assim ter-se-ia uma avaliação residual do *goodwill* adquirido (ou ágio) mais adequada, proporcionando informação contábil menos irrelevante do que a atualmente encontrada nas demonstrações contábeis brasileiras.

Existem dois aspectos problemáticos decorrentes do *impairment test* de ativos intangíveis. O primeiro pode ser observado quando, ao se efetuar o teste de recuperabilidade de custo, verifica-se que os fluxos futuros esperados aumentaram, implicando no aumento do potencial de geração de riqueza do ativo. Pelo conservadorismo esse aumento de valor econômico não é registrado, de maneira que o valor do ativo fica limitado ao seu custo máximo histórico, dado pelo valor de aquisição. Gerencialmente pode-se (e recomenda-se) que tais ganhos não realizados sejam registrados.

O segundo decorre da confusão entre o *goodwill* adquirido e o gerado internamente. Quando verifica-se o aumento do potencial econômico do ativo, normalmente é difícil atribuir esse aumento de valor ao *goodwill* adquirido já existente ou à geração de um novo ativo *goodwill*.

O *Exposure Draft*²⁰⁷ do SFAS n.º 142 revela pistas para minimizar tal problema:

“Preocupações sobre como Testar a Deterioração do Goodwill

O goodwill gerado internamente

²⁰⁷ Nesse caso em específico ao invés de citar-se o SFAS 142, citou-se o seu Exposure Draft porque possui considerações sobre assuntos referentes a discussões prévias à publicação final do pronunciamento. O material utilizado como origem da citação foi: Exposure Draft (revised) – Business Combinations and Intangible Assets – Accounting for Goodwill; September, 7, 1999. Obtido do site do FASB (www.fasb.org).

68. No *Exposure Draft* de 1999, o Board concluiu que não seria praticável depender somente de testes de recuperabilidade para a mensuração do goodwill depois da sua aquisição. Diferente de muitos outros ativos cuja recuperabilidade é testada, não existe nenhum conjunto de fluxos de caixa que é unicamente associado ao goodwill. Em vez disso, os fluxos de caixa associados com o goodwill adquirido normalmente misturam-se com aqueles associados com o goodwill gerado internamente, visto que as entidades geralmente entram em incorporações para reduzir os custos e alcançar sinergias, que exigem a integração da entidade comprada e da compradora.

69. Na sua reconsideração do assunto sobre a recuperabilidade do goodwill, o Board avaliou até que grau seria adequada deixar que o modelo contábil compensasse **pelo fato que o goodwill adquirido poderia ser substituído pelo goodwill gerado internamente.** Muitos respondentes observaram que o modelo contábil atual não permite o reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente, incluindo o goodwill. Também observaram que uma boa parte do valor de uma empresa pode ser relacionada àqueles ativos intangíveis não reconhecidos. Os respondentes mencionaram a crescente desigualdade entre a capitalização de mercado de muitas empresas e seus valores contábeis como forte prova desse valor não reconhecido. **Os membros do Board concluíram que é apropriado assumir que o goodwill adquirido está sendo substituído pelo goodwill gerado internamente desde que uma entidade for capaz de manter o valor geral do goodwill** (por exemplo, ao gastar recursos com publicidade e serviços ao cliente)

70. O Board observou que as anomalias resultantes das diferenças no tratamento contábil do goodwill adquirido e do goodwill gerado internamente também justificam uma partida do modelo atual para o tratamento contábil do goodwill depois de uma aquisição numa base específica para a aquisição. O Board observou que, muitas vezes, uma entidade possui goodwill e ativos semelhantes ao goodwill gerados internamente que não são reconhecidos no seu balanço patrimonial. Assim, aconteceria muito infreqüentemente que o valor do goodwill atual (reconhecido e não reconhecido) e de ativos parecidos com o goodwill de uma entidade seria menor que o montante evidenciado como goodwill no seu balanço patrimonial, mesmo se o valor do goodwill associado com uma aquisição específica diminuísse subsequente. Este assunto foi significativo para alguns membros do Board ao concordar com a aceitação de uma abordagem de não amortização e partir do modelo normal específico para aquisições para testar a deterioração do goodwill.”²⁰⁸(grifos adicionados)

²⁰⁸ Original: “Concerns with Testing Goodwill for Impairment - Internally generated goodwill 68. In the 1999 Exposure Draft, the Board concluded that it would not be feasible to rely solely on impairment tests as a means of measuring goodwill subsequent to its acquisition. Unlike many other assets that are tested for impairment, goodwill does not have a set of cash flows uniquely associated with it. Instead, the cash flows associated with acquired goodwill usually become intermingled with those associated with internally generated goodwill because entities generally enter into business combinations to reduce costs and achieve synergies, which entail integrating the acquired entity with the acquiring entity. 69. In its reconsideration of the goodwill impairment issue, the Board assessed to what extent it would be appropriate to allow the accounting model to compensate for the fact that acquired goodwill might be replaced by internally generated goodwill. Many respondents noted that the current accounting model does not permit recognition of internally generated intangible assets, including goodwill. They also noted that a good portion of a company’s value may be related to those unrecognized intangible assets. Respondents mentioned the growing disparity between the market capitalization of many companies and their book values as strong evidence of that unrecognized value. Board members concluded that it is appropriate to assume that acquired goodwill is being replaced by internally generated goodwill provided an entity is able to maintain the overall value of goodwill (for example, by expending resources on advertising and customer service). 70. The Board noted that the anomalies that result from the differences in how acquired goodwill and internally generated goodwill are accounted for also justify a departure from the current model of accounting for goodwill subsequent to an acquisition on an acquisition-specific basis. The Board observed that an entity often has internally generated goodwill and goodwill-like assets that are not recognized on its balance sheet. Thus, it would be infrequent that the value of the actual (recognized and unrecognized) goodwill and goodwill-like assets of an entity would be less than the amount portrayed as goodwill in its balance sheet even if the value of the goodwill associated with a specific acquisition declined subsequently. This point was significant to some Board members in agreeing to accept a nonamortization approach and depart from the normal acquisition-specific model for testing goodwill for impairment.”

Portanto conclui-se que seja apropriado que o *goodwill* gerado internamente substitua o *goodwill* adquirido. Dessa maneira elimina-se o problema da atribuição de um eventual aumento de potencial econômico do *goodwill* ao *goodwill* adquirido e ao gerado internamente. Em parte esse problema é minimizado porque o *goodwill* é um ativo residual, onde seus fluxos de caixa específicos não são identificáveis. Sendo assim, também é impraticável a identificação de novas esperanças de benefícios futuros ao *goodwill* adquirido e ao gerado internamente.

A consequência direta da conclusão anterior pode ser observada no SFAS nº. 142 que foi o produto final do Exposure Draft citado. No SFAS nº. 142, na primeira página do seu sumário, no tópico onde as diferenças entre o novo pronunciamento e os anteriores são comentadas, acha-se:

*“Opinião 17 presumiu que goodwill e todos os outros intangíveis eram ativos desgastáveis (ou seja, com vida finita), e portanto os montantes atribuídos a eles deveriam ser amortizados na determinação do lucro líquido; Opinião 17 também estipulava uma limitação arbitrária de 40 anos para a amortização. Esse pronunciamento (com referência ao no. 142) não presume que esses ativos sejam desgastáveis. Ao invés, goodwill e ativos intangíveis que possuem vidas úteis indefinidas não serão amortizados mas serão testados pelo impairment pelo menos anualmente. Ativos intangíveis que possuem vidas úteis finitas continuarão a ser amortizados ao longo de suas vidas úteis, mas sem o restrição de uma limitação arbitrária.”*²⁰⁹

Concluindo, quando o IDEs possui estimativa de vida útil econômica limitada bem determinada, especificamente, e que tal vida útil não seja regenerável, a metodologia de amortização do custo do intangível mais adequada é aquela proporcional aos benefícios esperadas (ou receitas), procedimento este que gera informação contábil mais relevante do que seria gerada com a amortização linear ou por outra metodologia arbitrária.

²⁰⁹ Original: “Opinion 17 presumed that goodwill and all other intangible assets were wasting assets (that is, finite life), and thus the amounts assigned to them should be amortized in determining net income; Opinion 17 also mandated an arbitrary ceiling of 40 years for that amortization. This Statement does not presume that those assets are wasting assets. Instead, goodwill and intangible assets that have indefinite useful lives will not be amortized but rather will be tested at least annually for impairment. Intangible assets that have finite useful lives will continue to be amortized over their useful lives, but without the constraint of an arbitrary ceiling.”

Quando o IDEs possui vida útil econômica não limitada (o mais provável na prática), o procedimento recomendado é o teste de recuperabilidade de custo (*impairment test*), que proporciona informação contábil mais relevante do que os outros procedimentos conhecidos, além de inferir ao ativo melhor aproximação de seu efetivo valor econômico, seu *fair value*.

5 EXEMPLO PRÁTICO

Esse item apresenta um exemplo baseado num caso real de avaliação de instituição financeira brasileira, mais especificamente na avaliação em termos de sensibilidade de valor da manutenção de certos depositantes no banco por tempos estipulados. No caso em questão aplicam-se aspectos teóricos (seleção das contas, estimativa da vida útil e estimativa da taxa de desconto) em dados reais²¹⁰.

Considerando-se a base total de depositantes do banco, uma grande parcela era composta por contas cujos titulares apresentavam características peculiares (tinham seus salários depositados em contas do banco, e a maioria deles era advinda de faixa da população menos abastada, mas que mesmo assim representava potencial de consumo de operações ativas e de geração de receita de prestação de serviço).

²¹⁰Por motivos de confidencialidade, o nome da instituição financeira, assim como os documentos primários obtidos não são apresentados. Os números apresentados no presente trabalho foram todos baseados em dados reais, mas também por motivos de confidencialidade, foram todos multiplicados por um algoritmo randômico, de forma que o resultado final, mesmo que com valores fictícios, efetivamente possua relação direta com a realidade e prática atual.

Devido às características econômico-sociais da maioria dos depositantes que tinham contas no referido banco, os recursos por eles recebidos (salários, em geral) não eram transferidos para outras instituições, permanecendo depositados no banco por longos períodos. Tal fato pôde ser verificado através dos saldos diários médios das contas desses depositantes, que apresentavam relativa estabilidade histórica. Isto é, não eram influenciados por flutuações nas taxas de juros.²¹¹

As contas dos depositantes foram perfeitamente identificadas através de sistemas internos de controle de contas corrente do banco. Dessa forma a identificação das contas que compunham os depósitos centrais foi determinada de maneira objetiva.

O Banco apresentou acompanhamento constante dos *spreads* praticados nas transações com os depositantes (ou seja, os depositantes também se mostraram ser clientes da instituição, conforme padronização dos termos explicada no item “*Bancos Comerciais*” à pág. 151). Além dos *spreads*, as tarifas médias das contas também foram acompanhadas.

²¹¹ Devido à característica das contas e por motivos de simplificação do exemplo aqui apresentado, não se utilizou de nenhum modelo matemático para seleção das contas que fazem parte dos depósitos estáveis. As contas dos depositantes já são uma extratificação do total de depositantes pessoas físicas do banco.

No caso real do banco em questão, a metodologia utilizada para se calcular o valor do ativo intangível foi a do lucro marginal. Nessa situação o método apresenta-se favorável em relação ao da redução de custo.²¹² Outros fatos, como a grande variabilidade dos custos de fontes alternativas também favorecem a utilização do método do lucro marginal em detrimento da redução de custos.²¹³

Para se utilizar o método do lucro marginal, duas opções eram possíveis. A primeira referia-se à determinação do *spread* a ser utilizado sobre o saldo médio diário das contas dos depositantes sobre aplicação dos recursos dos depositantes em títulos que possuíam características de risco baixas. A segunda opção era a de se determinar o *spread* sobre aplicação dos recursos dos depositantes em operações de crédito com a mesma base de depositantes (novamente, os depositantes se mostraram como sendo clientes, conforme padronização dos termos explicada no item “*Bancos Comerciais*” à pág. 151).

A segunda opção foi a escolhida, pelos seguintes motivos: 1) o banco possui controle sobre *spreads* praticados por tipo de operação (cheque especial, financiamento de residências, etc.) com os depositantes/clientes; 2) as contas do depositantes mostraram-se estáveis ao longo do tempo, de forma que pôde-se projetar o fluxo de caixa futuro com mais objetividade.

²¹² Fato corroborado em MILLER (1995:228-29, item 11.5.3) quando se trata de avaliação para fins específicos.

²¹³ Esse aspecto foi fundamental, devido à volatilidade das taxas de juros do mercado interno.

Um último aspecto é o da vida útil. Normalmente a determinação da vida útil é feita de modo complexo, adotando-se cálculos atuariais de determinação da taxa de curva de vida útil das contas e através de cálculos estatísticos que determinam a probabilidade das contas permanecerem no banco por um período determinado de tempo. Entretanto, por motivos especiais, foi estabelecido²¹⁴ que a vida útil das contas dos depositantes era de sete²¹⁵ anos, simplificando deveras a estimativa do tempo que esse ativo deveria ser amortizado²¹⁶ depois de uma eventual transação de mercado que chancelasse seu valor.

Com base nesses dados, os cálculos apresentam-se da seguinte forma:

spreads médios	
carteira geral depositantes (a.m.)	2,50%
carteira imobiliária (a.a.)	0,50%
depósitos a prazo (a.m.)	0,10%
Taxas de crescimento das receitas (para anos de manutenção)	
carteira geral depositantes (a.a.)	7,00%
carteira imobiliária depositantes (a.a.)	5,00%
tarifas e serviços depositantes (a.a.)	9,00%
depósitos a prazo depositantes (a.a.)	6,00%

Tabela 2: spreads por carteira e taxas de crescimento das carteiras

As taxas de crescimento da tabela anterior referem-se às estimativas de crescimento das receitas derivadas de cada atividade econômica. Foram utilizadas para análise de sensibilidade do valor dos depósitos centrais.

²¹⁴ Não é comentado de que forma o tempo de vida útil foi estabelecido por motivos de confidencialidade. Entretanto ressalta-se que efetivamente o período estipulado correspondia ao tempo de vida útil mínimo das contas dos depositantes.

²¹⁵ O número de anos de vida útil utilizado nesse trabalho foi alterado, para não representar o número efetivamente utilizado no caso real.

²¹⁶ Para o caso real foi adotada a metodologia de amortização do ativo intangível ao longo do período de vida útil estimada ao invés de se aplicar o teste de recuperabilidade do custo (*Impairment test*).

Para exemplificar os ajustes de probabilidades de ocorrência e de risco, foram utilizados os seguintes dados:

Valores em R\$ mil	
Taxa de desconto	14%
Taxa única de crescimento das receitas (a.a.)	1,50%
Anos de manutenção	7
Taxa de desconto para fl cx. nominal (R_{fe})	14%
Taxa de desconto para fluxos de cx. esperados (R_{fr})	8%
Taxa livre de risco (R_f)	6%

Tabela 3: taxas de risco para análise de sensibilidade e vida útil dos depósitos centrais

Na análise de sensibilidade a taxa de desconto para os fluxos nominais adotada (R_{fe}) foi de 14%, e representa os riscos associados aos fluxos nominais das atividades da entidade. A taxa para desconto dos fluxos esperados (R_{fr}) adotada foi de 8%. Essa taxa foi utilizada para descontar fluxos nominais ajustados pela esperança matemática de ocorrência dos mesmos. Por esse motivo parte do risco contido na taxa R_{fe} foi ajustada diretamente no fluxo a ser descontado, e não na taxa. A taxa para desconto dos fluxos esperados ajustados pelo risco (R_f) adotada foi de 6%, ou seja, uma taxa livre de risco, porque todos os riscos foram ajustados nos fluxos a serem descontados, e não nas taxas.

Os cálculos foram efetuados com base nos tipos de operação, incluindo-se as tarifas bancárias decorrentes das contas dos depositantes. Por causa de problemas práticos de mensuração, não foram inclusos nos cálculos os custos operacionais do banco para manutenção das contas dos depositantes. Isso implica que deva-se estimar um percentual de deságio sobre os valores calculados.

Os valores calculados foram:

Carteira de crédito geral	
Saldo Médio Diário	R\$500.000
spread médio para depositantes (a.m.)	2,50%
receitas mensais	R\$12.500
receitas anuais	R\$150.000
Taxa de desconto	14,27%
Valor Presente Perpetuidade	R\$1.051.090
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	R\$1.174.545
Valor Presente com manutenção sem crescimento	R\$637.957
Valor Presente com manutenção e crescimento único	R\$662.177
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	R\$760.931
Tarifas e Serviços	
Receita mensal	R\$10.000
spread (a.m.)	100,00%
receitas mensais	R\$10.000
receitas anuais	R\$120.000
Taxa de desconto	14,27%
Valor Presente Perpetuidade	R\$840.872
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	R\$939.636
Valor Presente com manutenção sem crescimento	R\$510.365
Valor Presente com manutenção e crescimento único	R\$529.741
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	R\$640.843

Tabela 4: resultados parciais I

Carteira Imobiliária	
SMD	R\$300.000
spread (a.a.)	0,50%
receitas mensais	R\$1.500
receitas anuais	R\$18.000
Taxa de desconto	14,27%
Valor Presente Perpetuidade	R\$126.131
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	R\$140.945
Valor Presente com manutenção sem crescimento	R\$76.555
Valor Presente com manutenção e crescimento único	R\$79.461
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	R\$86.775
Depósitos a Prazo	
SMD	R\$1.000.000
spread (a.m.)	0,10%
receitas mensais	R\$1.000
receitas anuais	R\$12.000
Taxa de desconto	14,27%
Valor Presente Perpetuidade	R\$84.087
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	R\$93.964
Valor Presente com manutenção sem crescimento	R\$51.037
Valor Presente com manutenção e crescimento único	R\$52.974
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	R\$59.340

Tabela 5: resultados parciais II

As linhas que constam 'valor presente perpetuidade' referem-se aos cálculos considerando que as contas existentes na data de referência dos cálculos permanecerão eternamente no banco, e que as receitas a serem obtidas dessas contas não irão crescer.

As linhas que constam 'valor presente perpetuidade e crescimento único' referem-se a cálculos considerando que as contas existentes na data de referência dos cálculos permanecerão eternamente no banco, e que as receitas a serem obtidas dessas contas irão apresentar taxa de crescimento único de 1,5% ao mês.

As linhas que constam 'valor presente com manutenção e sem crescimento' referem-se a cálculos considerando que as contas existentes na data de referência dos cálculos permanecerão por sete anos no banco, e que as receitas a serem obtidas dessas contas não apresentarão crescimento.

As linhas que constam 'valor presente com manutenção e crescimento único' referem-se a cálculos considerando que as contas existentes na data de referência dos cálculos permanecerão por sete anos no banco, e que as receitas a serem obtidas dessas contas apresentarão crescimento único de 1,5% ao mês.

As linhas que constam 'valor presente com manutenção e crescimento específico' referem-se a cálculos considerando que as contas existentes na data de referência dos cálculos permanecerão por sete anos no banco, e que as receitas a serem obtidas dessas contas irão crescer a taxas diferenciadas por tipo de operação.

Os resultados consolidados apresentam-se da seguinte maneira:

	Carteira de crédito geral	Prob.	Carteira Imobiliária	Prob.
Valor Presente Perpetuidade	1.051.090	4%	126.131	5%
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	1.174.545	2%	140.945	3%
Valor Presente com manutenção sem crescimento	637.957	14%	76.555	15%
Valor Presente com manutenção e crescimento único	662.177	36%	79.461	35%
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	760.931	44%	86.775	42%
	Depósitos a Prazo	Prob.	Tarifas e Serviços	Prob.
Valor Presente Perpetuidade	84.087	1%	840.872	4%
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	93.964	2%	939.636	2%
Valor Presente com manutenção sem crescimento	51.037	15%	510.365	14%
Valor Presente com manutenção e crescimento único	52.974	70%	529.741	36%
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	59.340	12%	640.843	44%
Fluxo de Caixa Esperado	Total Esperado	Prob. tot.	Total Nominal	
Valor Presente Perpetuidade	82.826	4%	2.102.180	
Valor Presente Perpetuidade com crescimento único	48.391	2%	2.349.091	
Valor Presente com manutenção sem crescimento	179.904	14%	1.275.913	
Valor Presente com manutenção e crescimento único	493.984	37%	1.324.353	
Valor Presente com manutenção e crescimento específico	660.347	43%	1.547.889	
Total Esperado	1.465.452	100%		

Tabela 6: resultados consolidados

Nesta tabela pode-se verificar a sensibilidade de valores conforme a metodologia adotada. Por motivos de maior conservadorismo, o valor de referência adotado foi o que considera o valor presente das receitas a serem obtidas com os depósitos estáveis dos depositantes num período de sete anos onde as receitas não apresentarão crescimento. O valor inicial adotado do ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis, conforme tabela anterior foi de R\$ 1.275.913, para ser amortizado ao longo de sete anos.

Este seria o valor econômico mais provável (conforme premissas e ambiente econômico à época da avaliação) atribuível ao intangível. Do total do valor eventualmente pago pela instituição, esse valor se refere ao Ativo Intangível Decorrente dos Depósitos Estáveis. Tal ativo poderia²¹⁷ ser contabilizado nas demonstrações contábeis da entidade compradora como um ativo intangível ao invés de ficar numa única rubrica contábil sem sentido econômico e sem relevância, denominada ágio. Esse valor do IDE deverá ser amortizado ao longo do período de sete anos. O mais recomendável seria a realização do teste de recuperabilidade de custos para verificar-se as possíveis alterações do *fair value* desse ativo. Mas, novamente, a realidade normativa e prática no Brasil ainda não permite que isso seja feito.

Se fosse aplicada a metodologia de se ajustar os fluxos de caixa, conforme esperança de realização e risco, conforme taxas evidenciadas na

Valores em R\$ mil		
	Taxa de desconto	14%
Taxa única de crescimento das receitas (a.a.)		1,50%
	Anos de manutenção	7
	Taxa de desconto para fl cx. nominal (Rfer)	14%
Taxa de desconto para fluxos de cx. esperados (Rfr)		8%
	Taxa livre de risco (Rf)	6%

Tabela 3 da pág. 250, poderia-se ter os seguintes resultados:

²¹⁷Na atual realidade do Brasil não é possível de se contabilizar tal ativo, por causa da grande defasagem prática das regras contábeis, quando comparada com a prática contábil internacional (IASB) e principalmente a norte americana (US GAAP).

Anos	Crédito Geral	Imobiliária	Depósitos	Tarifas	Total	Valor presente
1	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$262.534
2	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$229.747
3	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$201.055
4	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$175.946
5	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$153.972
6	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$134.743
7	R\$150.000	R\$18.000	R\$12.000	R\$120.000	R\$300.000	R\$117.916
					Total	R\$1.275.913

Anos	Prob.	Fluxo Esperado	Valor presente
1	98%	R\$294.000	R\$271.453
2	90%	R\$270.000	R\$230.175
3	85%	R\$255.000	R\$200.715
4	82%	R\$246.000	R\$178.781
5	76%	R\$228.000	R\$152.992
6	71%	R\$213.000	R\$131.965
7	64%	R\$192.000	R\$109.832
			Total R\$1.275.913

Anos	Risco	Fluxo Esperado	Expectativa e Risco	Valor presente
1	3%	R\$294.000	R\$285.180	R\$269.038
2	5%	R\$270.000	R\$256.500	R\$228.284
3	6%	R\$255.000	R\$239.700	R\$201.257
4	8%	R\$246.000	R\$226.320	R\$179.267
5	10%	R\$228.000	R\$205.200	R\$153.337
6	11%	R\$213.000	R\$189.570	R\$133.639
7	13%	R\$192.000	R\$167.040	R\$111.091
				Total R\$1.275.913

Tabela 7: resultados da análise de sensibilidade

O primeiro conjunto da tabela apresenta os fluxos nominais de receita projetados para cada tipo de operação no período de sete anos. Esses fluxos são descontados à taxa de 14%, resultando no valor presente de R\$1.275.913.

No segundo conjunto da tabela, os fluxos nominais foram ajustados para refletir os valores esperados de ocorrer em cada ano. Os ajustes foram feitos multiplicando-se as probabilidades de realização dos fluxos sobre os fluxos nominais. A taxa de desconto utilizada foi de 8%, refletindo um decréscimo na taxa em relação à taxa dos fluxos nominais, já que os ajustes foram efetuados no numerador. O valor presente resultante seria o mesmo, de R\$ 1.275.913.

No último conjunto da tabela, os fluxos esperados foram ajustados pelo risco do negócio. A parcela de risco dos ajustes foi calculada multiplicando-se as probabilidades estimadas de risco sobre os fluxos esperados. Isto é, dos fluxos esperados diminuem-se parcelas que foram consideradas que não serão realizadas. Como os ajustes todos (de esperança de realização e de risco no negócio) foram feitos no numerador, a taxa livre de risco utilizada para descontar tais fluxos ao longo de sete anos foi estimada em 6%. O valor presente calculado foi de R\$ 1.275.913.

Esse caso real foi utilizado somente para ilustração de como o ativo intangível decorrente dos depósitos centrais pode efetivamente ser identificado em separado e também ser mensurado separadamente dos outros ativos da entidade, principalmente do *goodwill*. Também foi exemplificado no caso como se poderia proceder para haver maior poder de informação na adoção do valor presente como estimativa de *fair value* de ativos. Decorrem do estudo de caso algumas implicações práticas que não serão abordadas no presente trabalho:

1. Deve haver maior estudo sobre as taxas de juros utilizadas para desconto dos fluxos de caixa decorrentes do ativo intangível;
 2. Deve haver maior estudo com relação a se desenvolver modelos matemáticos de determinação das contas de depósitos que fazem parte dos depósitos estáveis;
-

3. Deve haver maior estudo com relação a se desenvolver modelos matemáticos de estimação de vida útil econômica do ativo intangível, caso não possua vida útil econômica limitada;
 4. Deve haver maior estudo com relação aos procedimentos a serem adotados para se efetuar o teste de *impairment* caso o ativo possua sua vida útil econômica regenerável;
 5. Deve haver maior estudo com relação a se desenvolver modelos matemáticos de análise de sensibilidade da volatilidade dos depósitos com relação às seguintes variáveis:
 - a. taxas de juros;
 - b. movimentos da concorrência;
 - c. migração de recursos para o mercado de capitais (aplicação em bolsa), entre outros aspectos.
-

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Conforme parte introdutória do trabalho, foram colocados nove problemas de pesquisa, a saber: 1) conceituação adequada do *goodwill*, 2): como mensurar o *goodwill*, 3) qual a contabilização mais adequada do *goodwill*; 4) conceituar a base de depositantes de um banco como ativo, 5) mensurar o ativo decorrente da base de depositantes, 6) contabilização e tratamento contábil do ativo decorrente da base de depositantes, 7) como relacionar o *goodwill* não adquirido de um banco com sua base de depositantes, 8) como utilizar a metodologia de fluxos de caixa descontados para avaliar o *goodwill* não adquirido e 9) como relacionar *fair value* com metodologia de fluxo de caixa descontado e avaliação de ativos.

Com relação aos problemas 1, 2 e 3) chegou-se à conclusão de que o *goodwill* é um ativo residual que somente é identificado após a identificação de todos os ativos tangíveis e intangíveis de uma entidade. Entretanto esse ativo somente é registrado contabilmente quando existe alguma transação de mercado (de compra ou de venda) que chancele seu valor. E esse fato não implica que o *goodwill* gerado internamente não exista, mas sim que as práticas contábeis atuais ainda não consideram prudente registrar esse ativo sem que seu valor tenha passado pelo crivo do mercado. Portanto somente o *goodwill* adquirido é, atualmente, passível de registro contábil nas demonstrações financeiras para finalidade de publicação externa.

Também conclui-se que a esse ativo deve ser atribuído o seu *fair value*, ou seja, a melhor expressão monetária que represente seu potencial de geração de valor econômico para a entidade que o controla. Dentre as metodologias de avaliação do *goodwill* destaca-se a utilização do valor presente dos fluxos de caixa futuros. Ou seja, estimam-se os fluxos de caixa esperados de uma entidade trazendo-os a valor presente por uma taxa de juros que represente da melhor maneira possível os riscos associados a esses fluxos de caixa. Dessa forma tem-se o valor da entidade como um todo, como um único ativo. Por ser o *goodwill* um ativo residual, o seu valor é determinado por diferença, entre o valor da entidade como um todo e o valor dos ativos líquidos da entidade identificados.

Essa forma de avaliação do *goodwill* implica que, conforme a metodologia usada para atribuição de valor aos atributos dos ativos líquido, o valor do *goodwill* calculado por diferença poderá variar de caso a caso. Para minimizar essa volatilidade dos valores calculados, conclui-se que os ativos líquidos devam ser avaliados pelos seus *fair values*, de forma que o valor que não estiver atribuído a esses ativos líquidos possa ser atribuído ao *goodwill*.

Decorre desse fato que, à medida que ativos forem sendo identificados separadamente do *goodwill*, estar-se-á identificando os componentes desse ativo, que antes da identificação desses novos ativos, eram considerados como pertencentes ao *goodwill*. Daí a importância em se identificar novos ativos, principalmente ativos intangíveis, que são os mais difíceis de serem identificados e mensurados de forma individual e separada dos outros ativos da entidade.

Ao se registrar o *goodwill*, a entidade que o controla deve proceder, em bases freqüentes, a reavaliá-lo. Ou seja, ao invés de amortizar o custo desse ativo por alguma metodologia arbitrária, adota-se o teste de recuperabilidade de custo (*impairment test*) para se verificar a variação do *fair value* do *goodwill*. Isto é, deve-se verificar, através de cálculos específicos, se houve alteração do valor do ativo. Caso seja identificado que o valor do ativo tenha diminuído ao longo do tempo, por diversas razões, deve-se proceder ajuste de forma tal que o valor do *goodwill* ajustado seja pelo menos igual ao novo *fair value* calculado.

Caso seja identificado que o valor do *goodwill* tenha se elevado em relação ao valor inicial de registro, não se procede ajuste, pois da mesma forma que o *goodwill* gerado internamente não é contabilizado, não existe validação desse novo valor por parte do mercado.

Quanto ao problema 4, conclui-se que se um banco que possui depositantes (pessoas físicas e jurídicas provedoras de depósitos a vista e a prazo para o banco) e de forma que o relacionamento desses depositantes com o banco perdure ao longo do tempo, então os depósitos desses emprestadores de recursos permanecerão por longos períodos no banco. Isso implica que o banco poderá, ao longo desse período que se espera que os depósitos permaneçam na instituição, utilizar esses recursos para alavancar suas operações ativas, ou seja através de operações de crédito (emprestando os recursos dos depositantes para clientes do banco) ou efetuando aplicação em outros ativos.

Então a estabilidade dos depósitos garante para o banco a possibilidade de obtenção de fluxos futuros de receitas (benefícios econômicos mensuráveis). Comparando-se essas características (colocadas aqui de forma extremamente simplificadas) com as características dos ativos, conclui-se que os depósitos estáveis são agentes que proporcionam para o banco possibilidade de obtenção de benefícios futuros, o que caracteriza os ativos (também de forma bastante simplificada). Sendo assim, os depósitos estáveis representam para a instituição depositária um verdadeiro ativo.

Comparando-se as características desse ativo com as dos ativos intangíveis, conclui-se que os depósitos estáveis são ativos intangíveis das instituições depositárias, por não apresentarem corpo físico, mas por enquadrarem-se em todas os critérios contábeis (atuais) preconizados no reconhecimento de ativos.

Quanto à mensuração desse ativo (problema 5), conclui-se que o conceito mais adequado para atribuição de valor aos seus atributos seja a aplicação do *fair value*, e que a metodologia recomendada para tal seja a utilização do valor presente dos fluxos de caixa esperados de se obter desse ativo. Da mesma forma que o *goodwill*, o teste de *impairment* é a forma mais recomendada para se verificar ao longo do tempo a sustentabilidade de seu valor.

Portanto com a identificação desse ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis, estar-se-á explicando parte do *goodwill* da entidade, pois identifica-se que dentro do *goodwill* antes da identificação do ativo intangível, era misturado o valor desse novo ativo com outros efeitos. A identificação do ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis acaba por também identificar novos componentes ativos da entidade que anteriormente estavam misturados com o *goodwill*.

Da mesma forma que o *goodwill* não adquirido atualmente não é passível de ser registrado nas demonstrações contábeis, quando o ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis não passar pelo crivo do mercado, a prática contábil atual não aceita o registro desse ativo. Mas esse fato nada impede que o intangível seja utilizado com a finalidade gerencial de controle, principalmente quando na administração do valor da entidade.

No caso de uma instituição financeira que controla um ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis ser adquirida, a entidade adquirente possui os requisitos para destacar dentre seus ativos o intangível adquirido juntamente com outros ativos do banco comprado.

Conclui-se que se uma instituição financeira possui depósitos estáveis, ela controla um ativo intangível, mas que somente é passível de registro contábil quando o banco depositário for objeto de compra.

Conclui-se que ao se identificar o ativo intangível decorrente dos depósitos estáveis está-se identificando parcela do *goodwill*, logo esse ativo acaba por ser melhor explicado e avaliado.

Com relação a perspectivas futuras, espera-se que a Contabilidade continue evoluindo no sentido de permitir como prática contábil aceita a possibilidade de se registrar e divulgar nas demonstrações contábeis ativos intangíveis gerados internamente, antes de serem validados por transações de mercado.

7 ANEXO

A seguir são brevemente comentadas as principais formas de atribuição de valor, enfatizando-se as suas características mais relevantes²¹⁸. Ressalta-se que as formas mais relevantes de mensuração de ativos para o trabalho presente são discutidas no corpo da dissertação, nos itens “*Valor Presente Líquido (VPL) dos fluxos futuros de caixa*”, “*Valor Econômico*” e “*Fair Value (Valor Justo)*” nas págs. 45 a 65.

O conceito de valor passa por dois grandes caminhos (ou mercados); dos valores de entrada e dos valores de saída.

(Observação: as diversas formas de mensuração dos ativos também são aplicáveis para os passivos (sob certas circunstâncias), considerando-se que são ativos negativos. O relevante torna-se a avaliação dos ativos, tanto os positivos quanto os negativos, resultando-se sempre na avaliação da riqueza líquida da entidade objeto.)

VALORES DE ENTRADA

Conforme MARTINS^(2000; 27 e 28): Valores de entrada são “*aqueles obtidos nos segmentos de mercado de compra da entidade e refletem a importância associada à obtenção dos recursos. Também representam a entrega de ativos e/ou assunção de dívidas que a empresa teve (passado), tem (presente) ou terá (futuro) que realizar para adquirir um dado recurso.*”

²¹⁸ As obras de HENDRIKSEN⁽¹⁹⁹²⁾ e MARTINS⁽²⁰⁰⁰⁾ foram utilizadas como principais referências para o tópico ‘Avaliação de Ativos’ pelo fato de nelas poderem ser encontrados vários argumentos sobre cada forma de mensuração do ativo, prós e contras, e as suas principais potencialidades de valor informacional.

“As medidas de entrada representam o volume de dinheiro, ou o valor de alguma outra forma de compensação, pago quando um ativo ou seus serviços ingressam na empresa por meio de uma troca ou conversão. Os valores de entrada podem basear-se em trocas passadas, trocas correntes ou trocas futuras esperadas.” (HENDRIKSEN, 1992:491)²¹⁹

As principais características dos valores de entrada como forma de atribuição de valor são:

- “1. maior facilidade de identificação (praticabilidade); e*
- 2. maior facilidade de comprovação, principalmente devido à forte correlação com o fluxo de caixa e com documentos comprobatórios (objetividade)”* (MARTINS, 2000: 25)

São os valores mais utilizados para a elaboração de relatórios contábeis. Por outro lado, esses tipos de valor *“deixam a desejar no tocante à gestão interna da empresa. A principal deficiência dos valores de entrada é a sua propensão ao não-reconhecimento dos resultados potenciais causados pelas ações dos administradores, inviabilizando seu uso exclusivo para a apuração de uma aproximação razoável do valor econômico (capacidade de gerar riqueza) do empreendimento (utilidade).”* (MARTINS, 2000: 25)

Dentre as possibilidades de atribuição de valores de entrada para os ativos, destacam-se as seguintes:

Custo Histórico (CH; ou custo original):

²¹⁹ Original: “Input measures represent the amount of cash, or the value of other consideration, paid when an asset or its service enters the firm by an exchange or conversion. Input values can be based on past exchanges, current exchanges, or expected future exchanges.”

- Custo incorrido no passado; valor estático; não sofre alterações de valor (inflação, níveis de preços etc); preço de troca original; objetivo; pagamento monetário original; praticável; forte correlação com o fluxo de caixa da entidade; mede o lucro somente das transações ocorridas; desconsidera novos desembolsos futuros para reposições de ativos, não mede capacidade futura de geração de riqueza (valor econômico).

Custo Histórico Corrigido²²⁰ (CHC):

- Resultado da combinação do custo histórico com o denominador comum monetário; reflete as variações dos níveis gerais de preços; expressão em moeda de poder aquisitivo constante; possui as vantagens atribuídas ao custo histórico; razoavelmente objetivo e prático; aumento de utilidade informacional; evita a descapitalização do patrimônio da entidade; vinculado ao fluxo de caixa em moeda constante das transações ocorridas; praticável com maiores esforços; perda parcial de objetividade²²¹; importância da informação contábil em ambiente de altas taxas de inflação; mantém o capital monetário investido corrigido pela inflação ou deflação.

Custo Corrente (CC):

“Os custos correntes representam o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo equivalente.” (HENDRIKSEN, 1992:495)²²²

²²⁰ Obrigatória no Brasil até 1995 a publicação das demonstrações contábeis utilizando-se o custo histórico corrigido como base de valor, através da aplicação da metodologia da **Correção Monetária Integral**.

²²¹ Devido à possibilidade de distorções contábeis pela mal utilização de índices de correção monetária.

²²² Original: “Current costs represent the exchange price that would be required today to obtain the same asset or its equivalent.”

- Considera a variação de preços de determinado(s) bem(ns) em específico; com base em preço de mercado que poderia ser pedido para o mesmo ativo ou seu equivalente; preços necessariamente obtidos no(s) mercado(s) em que a entidade adquire seus ativos ou serviços; sacrifício necessário para disponibilizar um item semelhante ao que já existe ou deseja-se repor; perda de consistência (reavaliação de um único item em específico); perda de objetividade (utilização de critérios mais subjetivos); procura manter o capital físico investido; em algumas situações o custo corrente é a medida apropriada para o *fair value*.
- Fornece maior poder de identificação e alocação entre períodos dos resultados de um número maior de decisões dos gestores; avaliação mais adequada dos valores correntes das receitas e despesas; apuração do valor mais significativo do que a soma dos custos históricos incorridos em diferentes datas; identifica parcela do lucro que não pode ser distribuído em cada operação quando se quer reinvestir na continuidade do mesmo negócio; identifica em termos de valor e período lucros de estocagem; melhora previsões dos fluxos futuros de caixa; ganho de utilidade.
- Redução dos níveis de aplicabilidade e objetividade; incremento dos custos de controle das variáveis do sistema de informações; sazonalidade de preços; aumento do nível de subjetividade; alguns custos correntes podem não representar o valor corrente do item para a empresa.

Custo Corrente Corrigido (CCC):

- Aplicação do denominador comum monetário para os custos correntes; preços correntes de mercado ajustados pelos índices de inflação geral; demonstrativo a custos correntes obtido multiplicando-se os saldos pelos coeficientes das datas de suas formações; demonstra o resultado das perdas ou ganhos decorrente da manutenção de disponibilidades ociosas.
- Presta informações mais comparáveis (em relação ao CC; maior utilidade; possui as vantagens do CC; identificação das variações específicas dos preços dos itens patrimoniais utilizados pela entidade; reconhecimento das variações dos preços gerais da economia.

- Praticabilidade prejudicada; sistemas complexos de informações; aumento da subjetividade.

Custo de Reposição Futuro (CRF):

- Expectativa do custo corrente na data da sua reposição; continuidade das mesmas operações como premissa, aumento da utilidade, vantagens do CCC, desvantagens do CCC, aumento da subjetividade.

Custo Futuro de Entrada Descontado (CFED):

- Somente para casos em que o custo do ativo é incorrido em diversas parcelas contratuais; possui todas as desvantagens do custo histórico; reflete mais adequadamente o valor das parcelas de custo no tempo.

VALORES DE SAÍDA

“Os preços de saída representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou seu serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão. Segue-se que o valor dos ativos, como fluxo de caixa esperado descontado, deve ser a medida de interesse quando são usados dados de saída.”

(HENDRIKSEN, 992:498)²²³ (grifos adicionados)

Aos ativos são atribuídos valores de venda ou de realização em datas diversas. Para cada tipo de data pode-se dar um tratamento de avaliação diferenciado. Geralmente os valores de saída mais utilizados são valores situados em datas futuras, fazendo com que a sua estimativa seja mais subjetiva do que a dos valores de entrada.

²²³ Original: “Output prices represent the amount of cash, or the value of other consideration, received when an asset or its service leaves the firm by an exchange or conversion. It follows that the discounted expected cash receipt value of assets is the measurement of most interest when using output measures.”

Com a utilização dos valores de saída o poder de utilidade da informação contábil é deveras aumentado, no sentido de servir de ferramenta para buscar o valor econômico de uma entidade como um todo.

Aliado ao aumento da subjetividade (responsável, sempre), soma-se a sua menor praticidade, o que faz com que relatórios dessa natureza sejam praticamente todos utilizados para fins gerenciais, sem publicação externa.

*“Os valores de saída são aqueles obtidos nos segmentos de mercado onde a empresa oferta seus recursos, representam o benefício que a empresa auferiu (passado), aufere (presente) ou auferirá (futuro) com a **realização** de seus recursos, ou seja, com sua disponibilização no mercado.”²²⁴*

Dentre as possibilidades de atribuição de valores de saída para os ativos, destacam-se as seguintes:

Valor Realizado passado (VR):

- Valor obtido com a venda ou prestação de serviços (da óptica do vendedor ou prestador); associa-se ao custo histórico passado; apuração das receitas; menor grau de subjetividade, transações já ocorridas; valores objetivos; associado a valores realizados; reduz o risco de descapitalização da empresa; auxilia no processo de confrontação das receitas com as despesas; desvantagens do custo histórico (valores estáticos); não demonstra expectativa de geração de valor econômico.

²²⁴MARTINS (2, pg. 95).

Valor Corrente de Venda (VCV):

- O valor que seria obtido na venda hoje (em mercados organizados de atuação da entidade) de um dado item patrimonial; corresponde-se ao custo corrente; o que conseguiríamos com a realização do bem; melhora as previsões de entradas de caixa; aproxima-se do valor econômico da entidade; informações sobre comportamento dos valores de mercado dos itens patrimoniais.
- Proporciona informação mais próxima ao valor econômico; aumento da utilidade da informação; aumento da subjetividade (valor ainda não chancelado pelo mercado); pode ser influenciado por condições de mercado; não auxilia na previsão futura de entradas de caixa.

Valor Realizável Líquido (VRL):

- Valor corrente de venda deduzido de todos os gastos necessários antecipados para a realização do item; patrimonial avaliado; entrada líquida de caixa esperada; aumento da subjetividade; prática difícil devido às inúmeras variáveis de informação do sistema; melhora na previsão das entradas de caixa; mesmas vantagens do corrente de venda; aumento da utilidade da informação; valores mais próximos ao valor econômico; valores de despesas ou custos associados de difícil estimação.

Valor de Liquidação (VL);

- Consideram a condição de realização anormal ou liquidação forçada; ativos e passivos avaliados em situações específicas de realização e liquidação, diferente das dos mercados organizados; patrimônio líquido mensurado em termos de liquidação da entidade; fim da continuidade; identificação do volume de recursos que se pode dispor para que se alterem repentinamente uma posição, assim como para a aquisição de empreendimentos para desmanche; aplicabilidade reduzida; venda forçada; alta subjetividade.
-

Valor de Realização Futuro (VRF):

- Inclui expectativas de alterações no cenário de atuação da entidade durante o período entre a data de avaliação e a data de realização; boa aproximação para o momento de venda; melhora previsão das entradas de caixa; aumento da utilidade; aumento de subjetividade; praticabilidade prejudicada.
-

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

ANDREZO, Andréa F. LIMA, Iran S. *Mercado Financeiro: Aspectos históricos e conceituais*. São Paulo: Pioneira, 1999.

ASSAF Neto, Alexandre. *Mercado Financeiro*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

CHAMBERS, Raymond J. *Accounting, evaluation and economic behavior*. Texas: Scholars Book, 1966. págs. 40 - 58.

FASB (Financial Accounting Standard Board). *Original Pronouncements – Accounting Standards as of June 1, 1993*. Vol I and Vol II. USA, 1993.

FISHER, Irving. *The nature of capital and income*. New York: Macmillian, 1906.

FORTUNA, Eduardo. *Mercado Financeiro: produtos e serviços*. 10ª. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Qualitymark, 1997.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4ª. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

HENDRIKSEN, Eldon S., van BREDA, Michael F. *Accounting theory*. 5th Ed. International Student Edition. Boston: ® Richard D. Irwin, Inc., 1992.

IBRACON, *Princípios Contábeis*. 2ª. Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. GELBECKE, Ernesto R. *Manual de Contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)*. 5ª. Ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Teoria da Contabilidade*. 5ª Ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1997.

KAM, Vernon. *Accounting Theory*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1986.

LAKATOS, Eva M, MARCONI, Marina de A. *Metodologia Científica*. 2ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Ed. Atlas, 1995.

MILLER, William D. *Commercial bank valuation*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1995.

MARTINS, Eliseu. *Avaliação de Empresas: da mensuração contábil à econômica*. São Paulo: Ed. Atlas., 2.000.

MOST, Kenneth S. *Accounting theory*. 2nd Ed. USA, Columbus: Grid Publishing, Inc., 1979.

NIYAMA, Jorge K. GOMES, Amaro L. O. *Contabilidade de Instituições Financeiras*. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

REED, Edward W. GILL, Edward K. *Bancos Comerciais e Múltiplos*. USA: Prentice Hall, Inc., 1983, traduzido e editado no Brasil por Makron Books, 1995.

SANTOS, José Evaristo. *Mercado Financeiro Brasileiro*. São Paulo: Ed. Atlas., 1999.

Teses

MARTINS, Eliseu Contribuição à avaliação dos ativos intangíveis. São Paulo, 1972. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

MONOBE, Massanori. Contribuição à mensuração e contabilização do goodwill não adquirido. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.

Artigos e outras publicações

- BIEBL, Andrew R. et. al. 10th circuit spurns Newark Morning Ledger. *Journal of Accountancy*. USA: April 1993. pg.24-26.
- BOATSMAN, James R. et. al. Response to IASC exposure draft 60, "Intangible assets". *Accounting Horizons*. Vol:12. nº3. USA: American Accounting Association. September 1998. pg.312-316.
- COLLEY, J. Ron., VOLKAN, Ara G. Accounting for goodwill. *Accounting Horizons*. USA: American Accounting Association. March 1988. pg.35-341.
- ELLSWORTH, Richard K. Minimizing financial institution taxes – Amortizing the core deposit intangible. *The Tax Adviser*. Vol:23. Iss:4. USA: September 1992. pg.604-607.
- FASB (Financial Accounting Standards Board). *Exposure Draft (revised) nº195-A*. Proposed statement of financial accounting concepts. Using cash flow information and present value in accounting measurements. USA: March 31, 1999.
- _____. Statement of Financial Accounting Standards. SFAS nº. 142. *Goodwill and Other Intangible Assets*. USA, June 2001.
- FENTON, Edmund D., Van ALST, Lucinda., ISAACS, Patricia. The determination and valuation of goodwill. Using a proven, acceptable method to withstand IRS challenge. *The Tax Adviser*. USA: September 1991. pg.602-612.
- GAMBLE, George O., CRAMER, Joe J. Jr. The role of present value in measurement and recording of nonmonetary financial assets and liabilities: an examination. *Accounting Horizons*. Vol:6. nº3 e 4. USA: American Accounting Association. December 1992. pg.32-41.
-

-
- HARRISON, Walter T. Jr., HOLLINGSWORTH, Danny P., The core deposit intangible asset. *Accounting Horizons*. Vol: 5. nº 3. USA: American Accounting Association. September 1991. USA. pg.38-49.
- HAUGH, James W. National bank's core deposit amortization upheld by tenth circuit. *The Tax Adviser*. Vol: 24. Iss: 6. June 1993. USA. pg.381.
- HOLLINGSWORTH, Danny P., HARRISON, Walter T. Jr. Deducting the cost of intangibles. *Journal of Accountancy*. Vol: 174. ISS 1. USA: July 1992. pg.85-90.
- IASC - IAS 38 (*International Accounting Standard*). Intangible Assets. London, UK: International Accounting Standard Committee. Jan 2001. pg.1071-1151.
- _____. - SIC 22 (*Interpretation – Business Combinations*. Subsequent Adjustment of Fair Values and Goodwill Initially Reported. London. UK: International Accounting Standard Committee, Jan 2001. pg.1443-49.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de., et al. *Ativo intangível*. São Paulo: FEA, USP. 1998. (circulação interna – não publicado)
- JENNINGS, Ross G. et al. Response to FASB Exposure draft, "Proposed statement of financial accounting concepts – Using cash flow information in accounting measurements". *Accounting Horizons*. Vol: 12. nº3. USA: American Accounting Association, September 1998. pg.304-311.
- JOHNSON, L. Todd., PETRONE, Kimberley R. Is goodwill an asset? *Accounting Horizons*. Vol:12. nº3. USA: American Accounting Association, September 1998. pg.293-303.
- McGUIRK, Edward J., GIESEN, David. Core deposits: key to effective planning. *Financial Manager's Statements*. Vol: 12. Iss: 5. USA: September/October 1990. pg.13-13, 36, 41.
-

MONDSCHÉAN, Thomas H. Market Value Accounting May Cure Banking Net Worth Distortions; *Business Credit* Vol. 94. Iss. 6. New York; Jun 1992.

MORGAN, Bruce W. The economic reality of deposit intangibles. *Accounting Horizons*. Vol:5. nº1. USA: American Accounting Association. March 1991. pg.75-77.

_____. Capital flow impeded – Intangible assets deserve to be counted. *Bank Management*. Vol: 67. Iss: 10. USA: October 1991. pg. 66-69.

PRANN, John R. Jr. Allocating the purchase price in taxable bank merger transactions. *Bank Administration*. USA: July 1987. pg.46-47.

REILLY, Robert F. How to determine the value and useful life of core deposit intangibles. *Journal of Bank Taxation*. Vol 4. Iss.2. USA: Winter 1991. pg.10-18.

RINGER, Richard. Can Boatmen's steer to bigger profits? *United States Banker*. Vol: 101. Iss: 8. USA: August 1991. pg.20-24.

SAMUELSON, Richard A. The concept of assets in accounting theory. *Accounting Horizons*. Vol: 10. nº3. USA: American Accounting Association. September 1996. pg.147-157.

SAVITT, Steven. Amortization of a bank's core depositor base. *The Tax Adviser*. Vol: 21. Iss: 4. USA: April 1990. pg.214-216.

SCHIFRIN, Matthew. Fire Sale. *Forbes*. Vol.146, Iss.10, USA: Oct, 29, 1990. pg. 39-40.

SCHUETZE, Walter P. What is an asset? *Accounting Horizons*. Vol:7. nº3. USA: American Accounting Association. September 1993. pg.66-70.

SOLOMONS, David; "Economic and Accounting Concepts of Income"; The Accounting Review; USA, Oct/66.

SPEER, Burton M. Planning for the amortization of core deposit in the wake of recent judicial action. *The Tax Adviser*. USA: July 1989. pg.494-486.

THORNTON, Fred A. Bank core deposit intangibles: a conceptual view. *Accounting Horizons*. USA: American Accounting Association. June 1989. pg.85-91.

_____. The economic reality of deposit intangibles: a reply. *Accounting Horizons*. Vol: 5. nº1. USA: American Accounting Association. March 1991. pg.78-79.

UPTON, Wayne S. Jr. Business and Financial Reporting, Challenges form the New Economy. *Financial Accounting Series* – Special Report. FASB. USA: April 2001

WEYGANDT, Jerry J. et. al. Response to the FASB discussion memorandum “present value-based measurements in accounting”. *Accounting Horizons*. USA: American Accounting Association. Vol:8. nº1. March 1994. pg.114-118.

YAROS, Neal., MEEHAN, Thomas J. Citizen and Southern takes on the IRS. *Tax Planning*. USA: December 1988. pg.89.